



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

MAÍRA SALLES DE SOUZA

**A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS REDES DE ARQUIVOS
HISTÓRICOS**

**SALVADOR
2015**

MAÍRA SALLES DE SOUZA

**A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS REDES DE ARQUIVOS
HISTÓRICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Produção, Circulação e Mediação da Informação

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Katia de Carvalho

**SALVADOR
2015**

S725r Souza, Maíra Salles de.
A Mediação da Informação nas Redes de Arquivos Históricos. / Maíra Salles de Souza – Salvador: BA, 2015.
155 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, 2015.
Orientadora: Prof^a Dr^a Katia de Carvalho.

1. Arquivo Histórico. 2. Rede de Informação. 3. Mediação da Informação.
I. Título.

CDD 025.17

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS REDES DE ARQUIVOS HISTÓRICOS

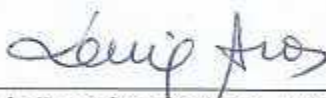
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), linha de pesquisa: Produção, Circulação e Mediação da Informação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA



Katia de Carvalho - Orientadora

Doutora em Comunicação e Ciência da Informação pela
Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995



Lina Maria Brandão de Aras - Membro Externo Titular

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, 1995



Henriette Ferreira Gomes - Membro Interno Titular

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia, 2006

AGRADECIMENTOS

À Deus,

pelo dom da vida e pela oportunidade de, a cada dia, acreditar que podemos ser melhores.

Aos meus amores,

por acreditarem em mim e por incentivar a assumir novos desafios.

Aos meus amigos,

por compreenderem a minha distância.

À Universidade Federal da Bahia,

por possibilitar o meu crescimento profissional e humano.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES,

por propiciar a minha dedicação exclusiva ao mestrado.

À orientadora Profa. Dra. Kátia de Carvalho,

pela paciência, amizade e acompanhamento.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação,

pela competência na assistência educativa.

Aos mestres que cruzaram o meu caminho,

por admirar o trabalho, a forma pedagógica e a humildade.

A todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

O que seria do mundo sem o nosso poder de reflexão
e o querer contestar a vida e seus caminhos.

O que seria do homem sem o respeito
e a humildade de valorizar os atos mais simples.

O que seria da vida sem a perseverança
e a coragem de seguir em frente.

O que seria viver sem a memória dos dias
e o legado do passado no presente.

O que seria dos homens sem os seus arquivos
e órfãos da possibilidade de mudança pelo conhecimento

Maíra Salles de Souza, 2015

RESUMO

Pretendeu-se identificar a mediação da informação nas redes de arquivos históricos na *internet*, tendo em vista que as redes são criadas a partir de um ambiente humanizado e que sugere relações entre indivíduos e documento arquivístico. Ressalta-se a influência das tecnologias da informação e comunicação na redefinição dos arquivos permanentes tradicionais e virtuais, especialmente por possibilitar a recuperação da informação, garantindo a integridade e segurança da informação para a construção do conhecimento e da memória social. Justifica-se o tema através do diálogo e do compartilhamento de informações e experiências que intensificam as relações pessoais, sobretudo nos canais informacionais mediados por computadores, em que a comunicação e a produção de sentido contribuem para a construção das redes sociais e informacionais que promovem o acesso à informação. Em virtude do fenômeno informacional, os procedimentos metodológicos revelam uma pesquisa descritiva e documental, com abordagem qualitativa e método de investigação de múltiplos casos. Para o levantamento de dados, a pesquisa elegeu a técnica de observação direta para a análise das redes e de documentos arquivísticos. As redes de arquivos históricos exercem mediação e permitem o acesso remoto as descrições arquivísticas, instrumentos de pesquisa e documentos digitalizados. Os documentos respondem ao princípio da incerteza na busca pela informação, essenciais para a reinterpretação da memória. Para uma efetiva mediação, as ações devem reforçar o reconhecimento do arquivo permanente como espaço social, dotado de significação coletiva e individual.

Palavras-chave: Arquivo Histórico. Rede de Informação. Mediação da Informação.

ABSTRACT

It was intended to identify the mediation of information in networks of historical archives, considering that networks are created from a humane environment and suggesting relationships between individuals and document archival. Emphasizes the influence of information and communication technologies in the redefinition of traditional and virtual archives, especially by enabling information retrieval, ensuring the integrity and information security for the construction of knowledge and the social memory. Justified the issue through dialogue and the compartment of information and experiences intensify personal relationships, especially in informational media mediated by computers, wherein communication and the production of meaning contribute to the building of social and informational networks, to promote access to information. In view of the informational phenomenon, methodological procedures reveal a descriptive and documentary research, with qualitative approach e method multiple case research. For data collection, research has chosen direct observation technique for the analysis of networks and documents. The networks of historical archives exert mediation and allow remote access to archival descriptions, research instruments and digital documents. Yhe documents respond to the uncertainty principle in the search for information, essential for the reinterpretation of memory. For effective mediation, actions should reinforce the recognition of the permanent archives as social space, endowed with individual and collective significance.

Key words: Historical Archives. Information Network. Information Mediation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Teoria das Três Idades ou Ciclo de Vida dos Documentos	37
Figura 2	Atividades de Referência nos Arquivos Históricos.....	45
Figura 3	Memórias Reveladas: banco de dados	85
Figura 4	Memórias Reveladas: descrição Fundo Memória Sindical de Santos.....	86
Figura 5	PESQUISARQH: página principal	88
Figura 6	PESQUISARQH: orientações para o uso do sistema.....	89
Figura 7	ARCHEION: pesquisa por objeto informacional.....	91
Figura 8	ARCHEION: descrição do Fundo Marcel-Roussin	92
Figura 9	Archives Canada: página principal	93
Figura 10	Archives Canada: pesquisa com o usuário	95
Figura 11	RDAQ: página principal.....	97
Figura 12	RDAQ: pesquisa avançada por região administrativa Centro de Québec.....	98
Figura 13	PARES: página principal	99
Figura 14	PARES: “inventário dinâmico” – <i>Archivo Historico Nacional</i>	100
Figura 15	RADI: página principal	102
Figura 16	RADI: instrumentos descritivos	103
Figura 17	RAALG: página principal	105
Figura 18	RAALG: banco de dados	105
Figura 19	RPA: página principal	107
Figura 20	RPA: resultado da busca simples, termo Brasil	108
Figura 21	Archives Portal Europe: página principal	110
Figura 22	Archives Portal Europe: processo de busca da informação	110
Figura 23	Modelo conceitual de Redes de Arquivos Históricos	126
Figura 24	Memórias Reveladas: exposição virtual “A ditadura por sua agência”	133
Figura 25	Archives Canada: documento sobre <i>Dr. Roberta Lynn Bondar</i>	134
Figura 26	RDAQ: exposição virtual <i>La fête des Mères</i>	135
Figura 27	PARES: documentos sobre as expedições espanholas pelo mundo.....	136
Figura 28	Archives Portal Europe: documento em destaque <i>Bulgaria: Engraving of an old printed Jewish book</i>	138

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Redes de Arquivos Históricos localizadas na <i>internet</i> por região geográfica..	81
Gráfico 2	Redes de Arquivos Históricos localizadas na <i>internet</i>	82
Gráfico 3	Início de atividades das Redes de Arquivos Históricos (por ano).....	112
Gráfico 4	Elementos da página inicial das Redes de Arquivos Históricos	113
Gráfico 5	Documentos de constituição das Redes de Arquivos Históricos (em %)	114
Gráfico 6	Instituições arquivísticas membros das Redes de Arquivos Históricos	115
Gráfico 7	Tipos de acesso à informação nas Redes de Arquivos Históricos	115
Gráfico 8	Níveis de descrição dos acervos nas Redes de Arquivos Históricos.....	116
Gráfico 9	Tipos de busca e recuperação da informação nas Redes de Arquivos Históricos (em %).....	117
Gráfico 10	Usuários: orientação e estatística de uso das Redes de Arquivos Históricos...	117
Gráfico 11	Comunicação com o usuário nas Redes de Arquivos Históricos.....	118
Gráfico 12	Ferramentas da <i>web</i> 2.0 nas Redes de Arquivos Históricos (em %).....	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Traços Essenciais dos Paradigmas Custodial e Pós-custodial nos Serviços de Informação.....	29
Quadro 2	Níveis de Mediação da Informação.....	67
Quadro 3	Indústria da Informação: passado, presente e futuro.....	72
Quadro 4	Relação das Redes de Arquivos Históricos localizadas na <i>internet</i>	79
Quadro 5	Relação das Redes de Arquivos Históricos a serem examinadas na pesquisa.	82
Quadro 6	Contribuição Social das Redes de Arquivos Históricos.....	139

LISTA DE SIGLAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
AAO	Associação dos Arquivistas de Ontário (Canadá)
AC	Arquivo Corrente
ADI	<i>American Documentation Institute</i>
AEL	Arquivo Edgard Leuenroth
AI	Arquivo Intermediário
AP	Arquivo Permanente / Histórico
APENet	<i>Archives Portal Europe Network</i>
APEX	<i>Archives Portal Europe network of excellence</i>
ARCHEION	<i>Archives Association of Ontario</i>
ArchiRed	<i>La Red de Archivos de Puerto Rico</i>
ARCHIVES CANADA	Réseau Canadien d'Information Archivistique
ArchivNet	Archives Austrian Online
ASIS	<i>American Society for Information Science</i>
BanQ	<i>Bibliothèque et Archives nationales du Québec</i>
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BIREME	Biblioteca Regional de Medicina
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAIN	<i>Canadian Archival Information Network</i>
CCA	Conselho Canadense de Arquivos
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CDU	Classificação Decimal Universal
CHDD	Centro de História e Documentação Diplomática
CI	Ciência da Informação
CIA	Conselho Internacional dos Arquivos
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
COMUT	Programa de Comutação Bibliográfica
DARPA	Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos

DGARQ	Direcção Geral de Arquivos de Portugal
EAD	<i>Encoded Archival Description</i>
EaD	Educação à Distância
ICA-AtoM	<i>Software</i> do Conselho Internacional de Arquivos – Acesso à Memória
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBERARCHIVOS	Rede Iberoamericana de Arquivos
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IAN/TT	Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
IES	Instituições de Ensino Superior
ISAAR (CPF)	Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
ISAD(G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISDF	Norma Internacional para Descrição de Funções
ISDIAH	Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico
LAI	Lei de Acesso à Informação
Memórias Reveladas	Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NEDA	<i>Norma Española de Descripción Archivística</i>
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
PESQUISARQH	Rede de cooperação interinstitucional AEL e o Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp
PPGCI/UFBA	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia
RAALG	Rede de Arquivo do Algarve
RADI	<i>Red de Archivos Diplomáticos IberoAmericanos</i>
RAMG	Rede de Arquivos de Minas Gerais
RAQ	<i>Réseau des Services d'Archives du Québec</i>
RDAQ	<i>Réseau de Diffusion des Archives du Québec</i>
RDDA	<i>Règles pour la description des documents d'archives</i>

REDE MEMORIAL	Rede Nacional das Instituições Comprometidas com Políticas de Digitalização dos Acervos Memoriais do Brasil
RIAH	<i>Red Institucional de Archivos Históricos</i>
RNA	<i>Red Nacional de Archivos (Colombia)</i>
RPA	Rede Portuguesa de Arquivos
SAH	Sistema dos Arquivos Históricos
SIAF	<i>Le Service Interministériel des Archives de France</i>
TIC	Tecnologia da informação e comunicação
TTD	Tabela de Temporalidade de Documentos
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UP	Universidade do Porto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Problematização	17
1.2	Justificativa	19
1.3	Objetivos	20
1.3.1	Objetivo Geral	20
1.3.2	Objetivos Específicos	20
1.4	Metodologia	21
1.5	Fundamentação Teórica	22
2	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA	25
3	ARQUIVO E MEMÓRIA: CONHECIMENTO COLETIVO	31
3.1	Antecedentes Históricos	32
3.2	Arquivo e Documento	35
3.3	Arquivo Histórico	39
3.4	A Formação Profissional: o Arquivista	47
3.4.1	Atuação dos Conselhos e Associações	51
3.4.2	Legislação no Brasil	53
4	ARQUIVO, REDE DE INFORMAÇÃO E A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	54
4.1	Arquivos Virtuais	56
4.2	Redes de Informação	59
5	MEDIAÇÃO E ARQUIVO NO ESPAÇO SOCIAL	63
5.1	Mediação da Informação: Conceitos e Definições	64
5.2	Modelos de Acesso à Informação	69
5.3	A Mediação Humana e as Tecnologias de Informação e Comunicação	71
6	A PESQUISA	77
6.1	Universo	77
6.2	Procedimentos Metodológicos	77
6.3	Resultados Obtidos	78
6.3.1	Objeto de Estudo	78
6.3.2	Identificação e descrição das Redes de Arquivos Históricos	83
6.3.2.1	Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil - Memórias Reveladas	84
6.3.2.2	Rede de Cooperação Interinstitucional do Arquivo Edgard Leuenroth e Arquivo	

	Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP – PESQUISARQH	87
6.3.2.3	Archives Association of Ontario – ARCHEION	90
6.3.2.4	Réseau Canadien d'Information Archivistique - Archives Canada.....	92
6.3.2.5	Réseau de Diffusion des Archives du Québec – RDAQ.....	96
6.3.2.6	Portal de Archivos Españoles – PARES	99
6.3.2.7	Red de Archivos Diplomáticos IberoAmericanos – RADI.....	101
6.3.2.8	Rede de Arquivo do Algarve – RAALG.....	104
6.3.2.9	Rede Portuguesa de Arquivos – RPA.....	106
6.3.2.10	Archives Portal Europe Network – APEX.....	109
6.3.3	Redes: avaliação comparativa	111
6.3.4	Aplicação da Teoria Arquivística na organização do acervo nas Redes de Arquivos	119
6.4	Considerações Finais.....	123
7	MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E HISTÓRIA: ELEMENTOS DA PESQUISA QUE EXPLICAM A RELAÇÃO DO SER HUMANO E MÁQUINA	126
8	CONCLUSÃO	141
	REFERÊNCIAS	143
	APÊNDICE	153

1 INTRODUÇÃO

A Arquivologia destaca-se como área em expansão na atividade prática e no campo científico, onde os novos problemas e demandas originados pela tecnologia da informação e comunicação – TIC solicitam soluções para o objeto de estudo, a informação arquivística.

Os procedimentos de organização dos arquivos são essenciais para o fornecimento de informações precisas e necessárias ao processo decisório, à reconstituição histórica institucional e, também, à construção do conhecimento científico.

No entanto, as instituições públicas justificam as dificuldades que enfrentam na gestão documental e na implantação dos seus arquivos pela falta de verbas e recursos humanos. Já as instituições privadas destinam recursos aos acervos, mas o funcionamento nem sempre condiz com as técnicas arquivísticas. Em ambos os casos ocorre a desvalorização da instituição arquivística e, conseqüentemente, reflete o desconhecimento das atividades do arquivista.

Essa falta de visão limita o processo de difusão da informação e a construção histórico-social, em que muitos registros são perdidos, impossibilitando o reconhecimento das organizações na formação da sociedade. O legado humano fica comprometido, como é o caso de algumas civilizações que foram extintas e sabe-se apenas por especulação.

Os documentos, quando preservados corretamente, a partir das técnicas e princípios arquivísticos, servem para o rápido acesso à informação, contribuindo para a (re)construção da memória social e cultural. O indivíduo confere a autenticidade da informação e se sente seguro no seu processo de investigação e compreensão dos fatos, permitindo estabelecer relações com a realidade e satisfazer as suas necessidades informacionais.

O processo de busca e apropriação da informação se intensifica com a utilização da *internet*, que através das ferramentas e dispositivos tecnológicos redefinem o arquivo tradicional e virtual. Assim, o sentido de hibridação pode ser observado nas redes de informação entre instituições arquivísticas que são tentativas mediadoras e surgem nos campos da memória e do patrimônio.

Diante disso, esta dissertação se propõe a identificar como acontece a mediação da informação nas redes de arquivos históricos selecionadas, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista que as interações envolvem os indivíduos e o documento arquivístico.

A escolha deste tema teve origem nas experiências vividas no curso de Licenciatura em Ciência da Informação, na Universidade do Porto - UP (Portugal), intercâmbio realizado pela discente na graduação em Arquivologia, em 2009, atendendo ao anseio de entender a prática arquivística em outros contextos. Na época, alguns eventos acadêmicos discutiam os

arquivos nas perspectivas das redes de informação, como a Rede Portuguesa de Arquivo – RPA, de estudo de usuários e da mediação da informação.

Os conhecimentos adquiridos com essa oportunidade contribuíram para a formação profissional e para as questões científicas, especialmente por cursar disciplinas que não faziam parte do currículo acadêmico da Universidade Federal da Bahia – UFBA, tais como comportamento informacional, organização e representação da informação e análise de sistemas de informação.

A formação humanista mostrava ser mais valorizada nas universidades portuguesas que a técnica, privilegiada no Brasil. Assim, os debates estavam centrados nas mudanças da sociedade e no fazer profissional, em que o arquivista é um dos protagonistas da mediação da informação.

Portanto, a mediação humana precisa ser inserida nas redes virtuais (de informação, cooperação, colaboração), porque possibilita articulações na comunicação que favorecem a circulação de ideias. A interação e o compartilhamento de informações são características próprias da relação social, que a partir da conscientização dos sujeitos / atores, intensificam o processo de aprendizagem.

As ações colaborativas entre os diversos membros (instituições arquivísticas) nas redes, além de ampliar o acesso à informação, representam espaços de formação profissional, já que promovem reuniões e cursos para discutir a prática profissional.

Assim, as redes de informação são “verdadeiros” laboratórios que permitem a aplicação da teoria diante as novas abordagens e promovem o diálogo entre o cultural e o educacional, reforçando a importância dos documentos para a construção historiográfica e a identidade social. A memória individual e coletiva através do registro pode ser analisada e transmitida, criando significações.

A disponibilização dos documentos digitais e instrumentos de pesquisa atingem um grande número de usuários / pesquisadores que estão interessados nos acervos arquivísticos, seja para estudos científicos ou atender a uma mera curiosidade.

A dissertação é estruturada em capítulos com o intuito de auxiliar o leitor na compreensão dos mecanismos de mediação da informação através das redes de arquivos históricos, considerando os materiais arquivísticos como fontes que atendam aos usuários.

1.1 Problematização

Os arquivos apresentam estruturas orgânicas e dinâmicas que envolvem recursos humanos, físicos e materiais, constituindo-se em espaços sociais coletivos que, por meio do acesso a fontes de informação, contribuem para a formação do conhecimento.

Arquivo nacional, estaduais e municipais e ainda os privados, constituído pelos institucionais (educacionais, religiosos, organizações não-governamentais, sociedade de interesse privado, associação, sindicatos, entre outros), comerciais (firmas, corporações, companhias) e familiares ou pessoais, representam os arquivos permanentes ou históricos responsáveis pela preservação do documento e consolidação da cidadania. (PAES, 1991).

Por exemplo, alguns dos arquivos eclesiásticos salvaguardam documentos de caráter público da época da colonização do Brasil, que evidenciam a relação entre a Igreja Católica e o Estado. Tal como os acervos de associações de classes e partidos políticos que contém informações e permitem compreender a presença relativa a gêneros nos movimentos sociais. Outros são os arquivos pessoais que registram a trajetória de vida de artista/político/cidadão e a sua influência no contexto cultural vivido.

No Brasil, existem 27 estados e 5.570 municípios (IBGE, 2013), 32 partidos políticos (BRASIL, [2015?]), aproximadamente 5.028 sindicatos/associações de classes (BRASIL, 2015b), vários conselhos de fiscalização profissional, instituições religiosas, empresas públicas e privadas. No entanto, apesar do grande número de instituições produtoras de documentos, existe um consenso informal de que a realidade brasileira reflete o descaso com o arquivo.

Os baixos investimentos para o tratamento da massa documental e desvalorização do arquivista restringem a construção da memória local e regional. Essa situação agrava-se com os avanços da tecnologia da informação e comunicação, em que os documentos eletrônicos são considerados mais importantes que os físicos, especialmente pela redução de papel e espaços de armazenamento.

Diante de uma prática de acumulação e gestão desordenada de documentos, que são incompatíveis com a teoria arquivística, as organizações questionam e concluem erroneamente qual a importância da preservação documental.

Pode-se dizer com essa tendência que a informação arquivística ainda é pouco valorizada para a construção do saber, embora os acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais possam ser reinterpretados e analisados através do registro. Os documentos

revelam aspectos sobre a origem da instituição, o contexto, o processo de organização e funcionamento, bem como a atuação social.

Os acervos arquivísticos são, portanto, testemunhos das transformações da sociedade que direcionam para novos caminhos. Para Vitorino e Piantola (2011, p. 104), “O conhecimento só pode ser construído se a informação que recebemos tiver valor e significado no contexto do repertório de vivências e conhecimentos que carregamos, permitindo nova interpretação da realidade.”

Como afirma Edgar Morin (2013, p.15), “É o conhecimento vivo que conduz a descoberta do universo, da vida e do homem”. Logo, o conhecimento é formulado a partir da busca de informações no passado, trabalhadas no presente, para desenvolver o futuro, considerando a técnica e a capacidade de reflexão do indivíduo, mostrando que a ciência é complexa e não determinista, sujeita a transformações e influenciada pelas ações do homem.

Desta maneira, a mediação da informação fortalece o papel sócio-cultural do arquivo, porque a interação entre o arquivista e o usuário contribui para a apropriação e uso da informação. A organização do acervo possibilita a recuperação da informação de forma rápida e precisa, garantindo soluções para problemas de pesquisas científicas, práticas sociais e políticas.

A mediação da informação pressupõe a mediação humana, que é a interferência do profissional para satisfazer as necessidades informacionais do usuário. Assim, os arquivos permanentes direcionam os seus serviços para o público, observando o comportamento de busca da informação para projetar-se na comunidade.

A presença humana reforça a acuidade do arquivista que tem competências e habilidades para identificar os tipos documentais a serem preservados, além de promover a sua organização e disponibilização.

Quando se pensa no usuário, criam-se ferramentas para melhor atendê-lo, destacando-se os instrumentos de recuperação da informação e sistemas de informação, os meios de contato (redes sociais, telefone, *e-mail*, dúvidas/sugestões) e os *sites* (plataformas virtuais dos arquivos tradicionais).

Nesse contexto, a *internet* é o que mais interfere na dinâmica da sociedade, sobretudo nas relações de interatividade e compartilhamento da informação. Os novos dispositivos da *web 2.0* diversificam as formas de interação, submetendo o ator social à participação ativa em redes sociais que promovem o intercâmbio de informações.

No Brasil, o uso de redes de informação por bibliotecas e arquivos apresenta realidades distintas. Segundo o estudo de Ideliza Araújo (2012), existem ao menos 96

(noventa e seis) redes de bibliotecas, enquanto que o número de redes de informação entre instituições arquivísticas é desconhecido. Mesmo não havendo um levantamento oficial, na prática, sabe-se que a quantidade de redes de arquivo é restrita e ou pouco divulgada.

Em face ao entendimento deste complexo panorama, as seguintes questões começaram a surgir: quantas e quais redes de arquivos históricos existem no Brasil e nos outros países do ocidente? Como é construída as redes de arquivos no ambiente virtual? Como é qualificado o arquivista para lidar com as redes de arquivos? De que forma o arquivista pode auxiliar o usuário nas buscas por informações?

Essas perguntas servem para orientar a pesquisa, cujo principal *problema* é: Como acontece a mediação da informação dentro das redes de arquivos históricos?

Esta dissertação tem a intenção de introduzir a discussão sobre as ações de mediação da informação na Arquivologia, que podem influenciar a produção científica, além de promover a valorização dos arquivos permanentes como espaços de construção de sentidos. Por preservar informações cruciais para o entendimento da História e o avanço da sociedade, atendem as expectativas do cidadão para o acesso à informação e a memória.

1.2 Justificativa

Em virtude dos avanços tecnológicos e da explosão da informação, os arquivos históricos precisam adaptar-se aos novos processos, adotando estratégias que valorizem os serviços e produtos arquivísticos. As redes de arquivos surgem nesse ambiente de articulação do tradicional e virtual, garantindo a preservação da memória e visando atender as necessidades informacionais dos usuários.

Nos países europeus e norte-americanos (EUA e Canadá), por exemplo, são comuns redes interligando os acervos arquivísticos em um trabalho cooperativo entre as instituições e governo, bem como as fontes primárias são discutidas nas atividades escolares e os arquivos incluídos nos guias turísticos.

Assim, justifica-se a escolha do tema desta dissertação que esboça um interesse pessoal, devido à dificuldade de encontrar redes de arquivos brasileiras e a falta de valorização do arquivista.

A importância acadêmica está relacionada com a temática que é pouco explorada nos cursos de Arquivologia e nas pós-graduações em Ciência da Informação no Brasil, embora apresente-se atual e discutida no âmbito das bibliotecas. Isso é comprovado pela investigação empírica *on-line* realizada no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES, que tem 45 (quarenta e cinco) estudos sobre a mediação da informação, e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, onde existem 11 (onze) trabalhos, porém nenhum deles aborda o papel da mediação no arquivo. (CAPES, 2015; IBICT, 2015a).

Com referência ao aspecto social, as transformações tecnológicas e a consequente demanda por informações *on-line* é pertinente a pesquisa sobre as redes de arquivos. Estes estudos permitem uma análise sobre a mediação da informação através dessas novas plataformas, bem como possibilita a compreensão dos novos papéis do usuário (cidadão e pesquisadores) e do profissional arquivista.

A mediação da informação por meio das redes de arquivos amplia as formas de acesso à informação, que contribui com a criação de espaços de saberes e conhecimento coletivo. Desta maneira, as redes são instrumentos de difusão da informação e servem como ferramentas de cooperação e compartilhamento, em que os participantes (membros) dinamizam os recursos financeiros e materiais.

Assim, as atuais possibilidades da sociedade em rede criam necessidades tanto de adaptação dos serviços de informação quanto do comportamento individual e coletivo na busca e uso da informação. É imprescindível reconhecer este cenário onde novas potencialidades de acesso e divulgação da informação desafiam o seu principal mediador, o arquivista.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Tendo em vista que as redes são criadas a partir de um ambiente humanizado e que sugere relações entre os indivíduos e o documento arquivístico, pretende-se identificar como acontece a mediação da informação nas redes de arquivos históricos na *internet*.

1.3.2 Objetivos Específicos

a) mapear, através das ferramentas de buscas na *internet*, as redes de arquivos históricos que estejam em funcionamento e disponibilizando seus acervos para acesso;

b) levantar situações relativas à mediação da informação nas redes de arquivos históricos encontradas, considerando as questões técnicas de organização do acervo segundo a Teoria Arquivística e a prática profissional;

c) Reconhecer e avaliar as redes de arquivos históricos, quanto a sua forma (organização), conteúdo, interação com o usuário e a existência de ações sociais diretas, que envolvem a apreciação dos valores documentais nas buscas da informação.

1.4 Metodologia

Com o intuito de alcançar os objetivos pretendidos na pesquisa, este estudo apresenta o levantamento bibliográfico sobre o tema, realizando uma revisão seletiva de literatura e reunindo referências brasileiras e internacionais que enriquecem conceitos e definições de arquivos históricos, tecnologias de informação e comunicação, redes virtuais (redes de informação, cooperação e/ou colaboração) e mediação da informação. O aporte teórico para dar sustentação à pesquisa de campo identifica a existência das redes de arquivos históricos na *internet*.

Trata-se de um trabalho na área da Arquivologia, enquadrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI/UFBA, com concentração em “Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea” e na Linha de Pesquisa “Produção, circulação e mediação da informação”. A interdisciplinaridade refere-se aos problemas da informação, sobretudo com referência a mediação nos contextos das redes de arquivos que favorece a produção, intercâmbio e uso da informação.

Para Morin (2013), a ciência é multidimensional e complexa e o seu processo de formação depende de uma consciência moral, considerando as questões éticas e política da atividade científica, e de uma consciência intelectual através da auto-reflexão que vincula pensamento e ação.

Por isso, utilizam-se métodos e teorias da Ciência Social Aplicada que representa um campo do conhecimento compreendido pela consciência histórica e sociológica, focando a identidade entre o sujeito e o objeto.

Assim, considerando as singularidades da temática, utiliza-se informações quantitativas para a **abordagem** que é **qualitativa**, em virtude do fenômeno informacional. Além dos aspectos práticos da produção, organização e difusão, encerra questões particulares decorrentes da relação de proximidade entre o documento e o ser humano.

A pesquisa qualitativa, que por si é descritiva, apresenta dados obtidos subjetivamente, que contribuem para a interpretação dos fenômenos e atribuição de significados. Para Sampieri, Collado e Lucio (2013), ela se baseia em uma lógica e em um processo de explorar e descrever, fundamentada em uma perspectiva interpretativa e centrada no significado das relações sociais, geradas pelas ações humanas na formação das estruturas e instituições.

De acordo com o objetivo da dissertação, é uma **pesquisa descritiva e documental**. A primeira, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem interferência do pesquisador. Consoante Gil (1991), esse tipo de pesquisa descreve as características de determinada população ou o estabelecimento de ligações entre variáveis, através de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação sistemática.

Já a documental tem como princípio a coleta de informações em um conjunto de documentos, descrevendo ou transcrevendo eventualmente seu conteúdo (LAVILLE; DIONNE, 1999). Desta forma, são analisados regulamentos, decretos, relatórios, demais documentos que constituem a rede de informação entre instituições arquivísticas e os critérios de participação dos membros.

O método de investigação é de **múltiplos casos**, tratando-se da análise de mais de uma rede de arquivos históricos. Segundo Yin (2001), esta estratégia de pesquisa aplica-se quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real e coloca questões do tipo “como” e “por que”. É o caso da tecnologia de informação e comunicação que amplia os serviços de arquivos tradicionais e virtuais, sobretudo no uso e acesso à informação arquivística, mostrando-se um desafio da vida moderna.

Assim, com referência as redes de arquivos históricos estudadas, a escolha é justificada no capítulo dedicado aos procedimentos metodológicos que descreve a coleta de dados e instrumentos de pesquisa.

1.5 Fundamentação Teórica

A estrutura da dissertação indica 8 (oito) capítulos. O primeiro apresenta um texto introdutório sobre a temática, expondo a problematização e a justificativa da escolha do objeto de estudo, o objetivo geral e os específicos propostos, a metodologia utilizada e o referencial teórico.

A fundamentação teórica é dedicada aos principais conceitos e definições, a partir dos autores nacionais e internacionais que se fizeram necessários, considerando a terminologia brasileira e estrangeira que em alguns momentos são divergentes.

Observa-se que alguns autores são pilares para a conformação da pesquisa, destacando Carvalho (1999, 2002, 2009), que aborda as questões sobre documento, difusão da informação, interações pessoais, mediação e competências profissionais; Bellotto (1991, 2006) que trata do arquivo permanente; e Valentim (2000, 2010), com a formação profissional diante das inovações tecnológicas nos serviços de informação.

Dentre as referências estrangeiras, tem-se Schellenberg (1973, 2006) que propagou a Teoria Arquivística nos Estados Unidos e inspirou a formação dos arquivistas brasileiros e dos canadenses Rousseau e Couture (1998); Le Goff (1990) que reconhece a importância do arquivo e do documento para a memória e para a consolidação da História como ciência; e Malheiro e Ribeiro (2011) que abordam a informação arquivística e a mediação da informação no atual cenário social.

O segundo capítulo é o enquadramento teórico que evidencia a evolução histórica da Ciência da Informação – CI, tendo como fundamentos as bases epistemológicas para a construção do conhecimento científico, as influências de outros campos para a conceituação do seu objeto de estudo (a informação) e as relações de interdisciplinaridade com a Arquivologia. Apresentam as contribuições de Paul Otlet (1934), Borko (1968), Saracevic (1996), Pinheiro (1999), Gomes (2001), Lancaster (2004), Araújo (2009), Silva; Fujita; Dal’ Evedove (2009) e Barreto (2012).

O terceiro introduz o arquivo para o conhecimento coletivo e memória social, tendo a sua origem na antiga civilização clássica, em que os primeiros registros encontrados estavam associados à escrita e ao suporte da informação. Através do percurso histórico, nota-se a influência dos países europeus e norte-americanos na definição das teorias e técnicas arquivísticas brasileiras, e por isso, as variantes conceituais de arquivos, documentos e documentação arquivística precisaram ser delineadas. As referências apontam os estudos de Esposel (1973, 1994), Michel Duchein (1986), Heredia Herrera (1991), Paes (1991, 2004), Gagnon-Arguin (1998), Jardim (1998), Navarro Bonilla (2001), Mariz (2012) e Posner (2013). Nora (1993) e Dodebei (2009) enfatizam a memória, e Fonseca (1999), Matos (2008) e Ribeiro (2011) destacam a formação do arquivista.

O quarto capítulo é dedicado às tecnologias da informação e da comunicação – TIC que levaram a redefinição dos serviços de arquivos, abordando o impacto da *internet* na sociedade, referenciando as terminologias ciberespaço e cibercultura (LÉVY, 1999) e

sociedade em rede (CASTELLS, 2002). Apresenta-se também a abordagem da *web 2.0* nas instituições arquivísticas e as redes virtuais (redes de arquivo e/ou redes de informação). Utilizam-se definições de Marteleto (2004), Marteleto e Silva (2004), Tomáel (2005), Bufrem e Breda (2009), Varela, Barbosa e Guimarães (2009) e Mattelart e Mattelart (2012). Para arquivos virtuais, tem-se Dollar (1994), Jardim e Fonseca (2004), Mariz (2012) e Oliveira (2012).

O quinto refere-se à mediação da informação e o arquivo no espaço social, ressaltando o trabalho do arquivista que possibilita o acesso e uso da informação, destacando-o como um interventor ao auxiliar as necessidades informacionais. Apresentam-se conceitos de mediação da informação provenientes da Biblioteconomia e Ciência da Informação, apresentadas por Kuhlthau (1993), Davallon (2003), Ribeiro (2010), Almeida Júnior (2008) e Gomes (2014). Observa-se também a mediação humana, nos aspectos da prática profissional apresentados por Heredia Herrera (1991), Pugh (1992), Fonseca (1999), Guimarães (2000), Smit (2003, 2004) e Cook (2007).

O sexto dedica-se a própria pesquisa de campo, a análise descritiva dos fenômenos e os resultados obtidos. As redes de arquivos históricos em funcionamento são examinadas como dispositivos de mediação da informação, apontando as características da rede de acordo com os conceitos estabelecidos, as teorias e técnicas arquivísticas utilizadas, o documento de arquivo e a atuação do arquivista.

O sétimo capítulo destaca a mediação da informação percebida nas redes de arquivos históricos estudadas, destacando o papel do mediador e a relação do homem com o documento e a importância dos registros para a memória individual e social.

No último capítulo são apresentadas reflexões conclusivas diante dos fatos construídos, com base na pesquisa avaliando os dados relacionados com os saberes adquiridos no quadro de referência. O conhecimento produzido pela apropriação da informação contribui para a formulação de novos problemas e para a discussão acadêmica da área.

2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA

O tema em discussão se insere na Ciência da Informação, área que aborda as questões científicas e práticas voltadas para a informação, porém não respondem a todos os problemas da pesquisa. Por ser um campo em construção, observa-se contribuições conceituais e metodológicas de outras áreas, como a Matemática, Ciência da Computação, Psicologia, Estatística, Comunicação, Sociologia e Educação. (BARRETO, 2012; SARACEVIC, 1996)

A evolução histórica sobre ciência e as bases epistemológicas do conhecimento levam a debates acerca da informação e conhecimento. A CI e a Arquivologia apresentam referencial teórico e metodologia em processo de consolidação, originadas no século XX, especialmente nos anos de 1940 a 1970, a partir do desenvolvimento industrial na pós-segunda guerra mundial.

No entanto, as questões sobre arquivo como local de guarda de documentos tem a sua origem no advento da escrita, estruturação da ciência, criação das universidades, assimilando técnicas e tecnologias como a imprensa e a revolução tecnológica.

Destaca-se como objeto de estudo, a mediação da informação nas redes de arquivos históricos, considerando os aspectos relevantes da Ciência da Informação que tem como núcleo comum a Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia.

Os estudos nesta área remontam a Paul Otlet e Henry La Fontaine que contribuíram para a fundação do Instituto Internacional de Bibliografia, em 1895, e a criação da Classificação Decimal Universal – CDU, favorecendo a cooperação e o intercâmbio entre os sistemas de informação com um catálogo bibliográfico universal. Assim, Otlet (1934) designou os fundamentos da Ciência da Documentação no livro *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*.

Mais tarde, Vannevar Bush, com o artigo *As we may think*, publicado em 1945, aponta para os problemas da explosão informacional e o valor da informação, sendo responsável pela concepção do *Memex*, uma máquina para armazenar e recuperar documentos a partir da associação de palavras. (SARACEVIC, 1996; BARRETO, 2012).

Dessa forma, a origem da área tem na base os problemas oriundos do volume informacional e do uso e apropriação da informação científica. As instituições, visando investir em novos produtos e serviços, objetivavam a produção do conhecimento humano gerado pelo acesso aos documentos de forma precisa.

Na década de 40, Norbert Wiener na obra *Cybernetics* abordou a teoria de sistemas de informação e Claude Shannon e Warren Weaver propuseram a Teoria Matemática da

Comunicação (ou Teoria da Informação), analisando os problemas técnicos relativo ao transporte físico da materialidade que compõe a informação, os semânticos com a atribuição de significado e os pragmáticos oriundos da eficácia da informação. Discutia-se a transmissão da informação e a quantificação de dados no processo de comunicação por meio do canal dialógico entre emissor e receptor. (ARAÚJO, 2009; BARRETO, 2012).

Diante das outras abordagens, em 1948, a *Royal Society Scientific Information Conference* reuniu em Londres cientistas com o propósito de discutir e resolver os problemas no tratamento informacional para garantir o acesso à informação.

Nos anos de 1950, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o capitalismo industrial incentivou as pesquisas científicas e tecnológicas e ampliou a quantidade de informação, que acumulada aleatoriamente, dificultava o processo de decisão. Os organismos de Governo e empresas privadas, notadamente dos Estados Unidos e Europa, viam a informação como recurso e/ou mercadoria de valor agregado e, por isso, investiram na busca por soluções para a organização e recuperação da informação. Itens chamados por Saracevic (1996) como núcleo da Ciência da Informação, devido à influência na configuração e na evolução da indústria informacional.

Em 1966, o *American Documentation Institute* – ADI passou a ser *American Society for Information Science* – ASIS, reforçando a ligação da CI com a Biblioteconomia e Documentação. Segundo Borko (1968), essas relações são baseadas nos estudos da teoria, técnica e prática, possuindo características de uma ciência pura que indaga só a teoria e de ciência aplicada que desenvolve soluções para os problemas estudados.

Assim, o autor no artigo *Information Science: what is it?* define a Ciência da Informação como uma disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, o processamento informacional para otimizar a acessibilidade e usabilidade. Considera-se as questões da representação da informação nos sistemas de informação, inclusive o uso de códigos para a transmissão da mensagem e o estudo da tecnologia.

Utilizando-se das discussões colocadas por Borko, Saracevic (1996) afirma que a origem da CI está na documentação, bibliografia e recuperação da informação, preservando a interdisciplinaridade. Deste modo, conceitua Ciência da Informação como:

Campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais. (SARACEVIC, 1996, p.47)

Assim, a utilização de tecnologias complementava os processos de organização, armazenamento, disseminação e uso da informação e operava modificações nas relações do emissor e receptor, envolvendo os estoques informacionais e a teoria da comunicação.

Na década de 1970, a Biblioteconomia encontra na Recuperação da Informação o foco, marcando a presença de Lancaster (2004), especialmente com a avaliação de unidades informacionais, indexação e estudo de usuários. Para ele, a recuperação era domínio exclusivo do bibliotecário e, por conta disso, mostrava-se descontente com a incursão de pesquisadores de outras áreas em virtude da troca de conceitos próprios da Biblioteconomia para outros da Ciência da Computação.

O interesse em conhecer o público para o qual os sistemas se direcionavam marcou a presença das Ciências Humanas e Sociais na CI, e a partir de 1970, os estudos apresentavam perspectiva cognitiva para o conceito de informação (ARAÚJO, 2009). Como afirma Barreto (2012), a produção do conhecimento está diretamente relacionada com a transferência da informação que quando facilitada permite associações e atribuição de significados.

Desta forma, “Se a definição [de CI] parece complicada, é porque o seu assunto principal [objeto] é complexo e multidimensional, e sua definição pretende ser para todos.” (BORKO, 1968, p.3, tradução nossa). Essa concepção reforça a interdisciplinaridade, que por sua vez relaciona o estudo da informação por diversos métodos e em diferentes campos do conhecimento.

Conforme Morin (2013), a complexidade da ciência transforma o mundo, que não deve ser analisado em partes independentes, mas ponderando os seus aspectos de interação. A construção do conhecimento perpassa a realidade social, mediante o processo de reflexão do homem que não se limita a um só método ou aplicação, uma só ciência, ou uma só verdade. A superação de obstáculos à efetivação do trabalho interdisciplinar estabelece uma ciência com consciência.

Mesmo assim, Gomes (2001) reconhece a necessidade da CI delimitar as fronteiras para se criar um corpus conceitual da área, que reflita a construção do conhecimento científico enquanto objeto de ensino e de aprendizagem.

Para Pinheiro (1999), a constituição da Ciência da Informação apresenta relações com a ciência moderna, a partir das teorias, métodos e conceitos estabelecidos na sua origem, e pós-moderna, devido a sua natureza interdisciplinar, identificando os problemas e soluções reais. Essas relações são nitidamente demonstradas quando as disciplinas originárias e tecnológicas passaram a ser estudadas em função das transformações da sociedade e da ação do homem.

Desta maneira, é cabível buscar as origens da CI em Paul Otlet, especialmente por destacar a teoria e práticas profissionais em informação e por promover a pesquisa e a divulgação do conhecimento na área. Barreto (2012) acredita que é Vannevar Bush o pioneiro, por estabelecer propostas para as questões do volume informacional, discutindo a informação em ciência e tecnologia e apontando a falta de profissionais e condições teóricas para o processamento e recuperação da informação. A CI fundamenta-se, portanto, na documentação, com o registro do conhecimento científico e a memória, e na recuperação da informação, com ênfase nas tecnologias de informação.

Diante disso, a Arquivologia, que corresponde a Arquivística na língua francesa, italiana, alemã e espanhola (ARQUIVO NACIONAL, 2005), se reporta a CI em que as relações de proximidade situam questões científicas sobre a informação registrada (o documento) e sua significação e representação simbólica através da memória, abordam os fenômenos sociais que transpõem a técnica.

Segundo Esposel (1994), a Arquivologia apresenta princípios, conceitos e técnicas observados na produção, organização, guarda, preservação e uso de documentos em arquivos. Os contornos da área surgem no século XIX como ciência auxiliar da História sendo suas origens vinculadas a *École des Chartes*. No século XX, em função da revolução técnico-científico e informacional, se caracteriza como ciência social aplicada.

A evolução dos arquivos está diretamente relacionada com a história da escrita que permitiu registrar dados, informação e conhecimento, e dos suportes da informação, que a depender das suas características garantem de forma precisa a preservação da informação e o seu acesso. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Isso demonstra que o campo comum entre as áreas consiste no compartilhamento de seu papel social e a preocupação com a informação registrada, bem como o processo de tratamento e disseminação da informação.

Silva et al (2002, p. 31) admite que o foco da CI refere-se à "informação como um fenômeno inscrito na realidade humana e social", tal objeto coincide com o da Arquivística, que estuda a produção e acumulação de documentos resultantes das atividades do homem em sociedade.

Entretanto, a Arquivologia ainda apresenta divergências conceituais, especialmente na definição de arquivo, que contou com contribuições diversas (holandeses, italianos, americanos, alemães, franceses), sendo Schellenberg (1973; 2006) o autor mais referenciado.

Observa-se que as concepções da Arquivística remetem também a época do progresso científico e tecnológico pós-segunda guerra mundial (anos 1950), quando as instituições, diante da intensa produção de documento científico e administrativo, foram obrigadas a gerir

os acervos acumulados nos arquivos. Os profissionais da informação foram capazes de administrar funções relacionadas com as tecnologias da informação e comunicação e aplicar automação nas atividades das unidades de informação, como planejar e implementar bases de dados, sistemas de informação e redes de compartilhamento. (LANCASTER, 2004; VALENTIM, 2010).

Nesse cenário, o arquivista ganhou notoriedade, por suas competências e habilidades para o tratamento do acervo de acordo com as novas exigências. O fazer técnico, apoiado nas bases teóricas, tais como o Princípio da Proveniência, Respeito aos Fundos e a Teoria das Três Idades, interfere diretamente e indiretamente no processo de busca da informação pelos usuários, possibilitando o acesso à informação.

Esse profissional apresenta um papel social que não se limita apenas a conservação e descrição da informação, características do paradigma custodial, mas abrange o processo de produção, tratamento, destinação e uso dos documentos que é a visão de uma arquivística integrada defendida por Rousseau e Couture (1998) e do paradigma pós-custodial introduzido por Malheiro e Ribeiro (2011) e se insere como mediador entre o acervo e o usuário.

Para compreender a trajetória da Arquivologia e da Ciência da Informação, o Quadro 1 apresenta os traços essenciais dos paradigmas custodial e pós-custodial, que enfocam o avanço da TIC modificando os serviços de informação e o seu relacionamento com o público, mencionando os múltiplos aspectos da interação social.

Quadro 1 - Traços Essenciais dos Paradigmas Custodial e Pós-custodial nos Serviços de Informação

Paradigma Custodial (tecnicista, patrimonialista, historicista)	Paradigma Pós-custodial (informacional, científico)
Surge a partir do século XVIII até a Era da Informação.	Surge com a expansão da Sociedade em rede.
Sobrevalorização da custódia ou guarda.	Valorização da informação enquanto fenômeno humano e social; constatação do dinamismo e circulação da informação.
Identificação do serviço e público de Arquivo com a preservação da cultura intelectualizada.	Prioridade ao acesso à informação por todos os cidadãos – acesso universal.
Memória como fonte legitimadora do Estado-Nação e a cultura como identitário nacionalista.	A memória e a reinterpretação para a construção do conhecimento. Imperativo do indagar, compreender e explicar a informação social.
Acesso ao conteúdo por meio dos instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos, índices).	Acesso ao documento através dos sistemas de informação, bancos de dados e redes de informação.
Prevalência da divisão profissional; tarefas e exigências práticas sem preocupações teóricas e reflexivas.	Profissional com competências e habilidades informacionais e comunicacionais; compreensão do social e do cultural.

Fonte: Adaptação de Malheiro e Ribeiro (2011).

Observa-se nesse quadro que o paradigma pós-custodial emerge com a inserção da *internet*, que influencia decisivamente a vida das pessoas, desde a produção da informação aos novos modelos de acesso, criando perspectivas para o uso da informação arquivística.

Segundo Silva, Fujita e Dal'Evedove (2009, p.283), “A nova Arquivística integradora concebe como objeto a informação, ao mesmo tempo em que defende a gestão documental colocando-se contrária a Arquivística tradicional, que desde sempre, tem os arquivos e os documentos como objeto.”

É nesse contexto que a tecnologia tem contribuído significativamente com as questões de organização e recuperação da informação, a nível profissional e científico. Rousseau e Couture (1998) reconhecem que a moderna arquivística emerge no horizonte das profissões e a integração faz surgir uma profissão com a missão essencial em gerir, tratar e dar acesso à informação.

Contudo, a Arquivologia, embora apresente domínios teóricos e práticos próprios e distintos da Biblioteconomia e da CI, necessita do diálogo, principalmente para refletir sobre a questão da mediação e transferência da informação. As temáticas direcionam as relações sujeito / objeto, enfatizando o ator social como responsável pela dinâmica da apropriação da informação.

3 ARQUIVO E MEMÓRIA: CONHECIMENTO COLETIVO

Neste sentido, o cidadão comum sabe da existência do arquivo quando necessita de documentos para comprovar algo de seu interesse, como é o caso das certidões e títulos de terra, não sabendo ele que as fotografias, históricos escolares e correspondências formam o seu acervo pessoal, bem como os relatórios médicos, que fazem parte do prontuário dos pacientes, preservados nos arquivos médicos e essenciais para as pesquisas científicas. Os registros preservam a memória, permitindo a aproximação entre bibliotecas, museus e arquivos.

Nesse ambiente, a noção de documento, como qualquer elemento gráfico, iconográfico, fônico que permite ao homem se expressar (OTLET, 1934), ultrapassa as características físicas do suporte e valoriza o conteúdo, ou seja, a informação em si.

Os meios de produção de registros e acumulação são os responsáveis pela disseminação de saberes na sociedade que, de acordo com Carvalho (1999), favorecem o estudo das práticas de leitura, vasto objeto historiográfico e sociológico. Parafraseando Le Goff (1990, p.109), “A história tornou-se científica ao fazer a crítica dos documentos a que se chama ‘fontes’”.

Desta maneira, os serviços de informação (arquivos, museus e bibliotecas) disponibilizam elementos para a construção do conhecimento individual e coletivo, seja através do livro, de uma peça de museu, de um documento arquivístico.

As instituições citadas apresentam a função de guardar documentos produzidos pelo ser humano, embora os acervos apresentem diferenças quanto a origem, forma física dos documentos e objetivos de uso. “O interesse das bibliotecas, dos arquivos, dos museus foi e é o de criar coleções que possam simbolizar o conhecimento acumulado, talvez visando a um coletivo que transcenda à singularidade da produção intelectual.” (DODEBEI, 2009, p.88).

Assim, a biblioteca é o conjunto de material impresso ou audiovisual em único exemplar ou múltiplo, para estudo, pesquisa e consulta, destacando o valor cultural e científico. O museu reúne peças e objetos de valor artístico e cultural que possibilitam conhecer o processo histórico de uma época ou atividade. O arquivo tem a preservação da memória, é acumulação ordenada dos documentos produzidos e recebidos por uma instituição e/ou pessoa, no curso de sua atividade, para atender ao objetivo para o qual foram criados (legais, fiscais, contábeis, administrativo), com o intuito de provar e testemunhar.

Essas distinções básicas entre as áreas mostram-se relevantes para os autores Schellenberg (1973) e Bellotto (1991), por especificar a abordagem teórica e metodológica da Arquivística, com o objetivo de consolidar as práticas e pesquisas científicas.

Como afirma Nora (1993), arquivo é o lugar de memória, que envolve a dimensão material nos aspectos simbólicos, no conteúdo demográfico, nas características de um episódio ou uma experiência vivida e funcional e na garantia da lembrança e sua transmissão.

Assim, Le Goff (1990) considera necessário conceituar memória para se entender a importância dos arquivos para a História. Inicialmente, a memória remete ao conjunto de funções psíquicas que conservam informações, permitindo atualização de impressões ou informações passadas. Assim, a ‘memória individual’ abrange o processo da aprendizagem e práticas pedagógicas; a ‘memória coletiva’ refere-se às culturas sem escritas, em que a vida cotidiana reflete a acumulação de conhecimentos; a ‘memória social’ é a memória coletiva registrada, originada pela escrita; e a ‘memória eletrônica’ impõe estabilidade e facilidade de recuperação.

Deste modo, os arquivos são constituídos em função dos usos que fazem da memória. Por isso, Jardim (1998) reconhece os arquivos como lugares de informação, onde os documentos são úteis para estudos, percebendo as influências sociais, políticas e econômicas, e fundamentais na regulamentação das ações do governo.

Pelo seu caráter oficial, os arquivos abrigam acervos criados a partir de uma atividade funcional e representam as fontes de informação mais seguras e completas relativas às instituições e seu papel na sociedade. Apresentam-se como mecanismos de salvaguarda da memória social, em que a reconstrução histórica preenche as lacunas dos indivíduos e promove conexões com as práticas sociais e culturais.

3.1 Antecedentes Históricos

O arquivo, como instituição, tem a origem vinculada à escrita e seus suportes que permitiram a acumulação e conservação dos registros de dados e informação que antes só podiam ser comunicados e transmitidos pela oralidade e imagem.

A forma tangível e material acompanhou o desenvolvimento das técnicas e da sociedade. As primeiras tábuas e placas de argila foram encontradas na Mesopotâmia (no reino de Mari) e na Síria (em Elba e Ugarit). (LE GOFF, 1990). O papiro, criado nas margens do Rio Nilo (Egito), remete à antiguidade. O pergaminho, produzido com pele de animais,

contribuiu para a criação dos códices (justaposição de várias folhas). O papel e a impressão, no século XV, revolucionaram a produção de documentos.

Para Gagnon-Arguin (1998), os suportes apresentam importância na medida em que a durabilidade garante a conservação do testemunho e a consulta aos vestígios do passado. Segundo a autora, os escritos em papiros e inscrições em argilas revelavam que os primeiros arquivos no mundo ocidental foram localizados na Grécia, possivelmente no século III ou II a.C, mencionando o termo *archeion*.

No entanto, nos estudos de Schellenberg (2006), o *Metroon*, templo da mãe dos deuses, em Atenas, guardava documentos como os tratados, leis, contratos, ofícios, poemas, manuscritos teatrais, listas, entre outros, fazendo referência aos séculos V e VI a.C.

A contribuição de Ernest Posner (2013), arquivista americano e professor da *American University* (em Washington), é significativa para a história dos arquivos, em que os principais marcos foram delineados a partir das primeiras civilizações:

- A Antiguidade Egípcia enfatizava a religião e a atuação dos sacerdotes, camada social mais elevada do Egito, nas ciências (Medicina, Física e Matemática) e na formação dos escribas, que eram pessoas instruídas para traçar os caracteres da escrita egípcia e assumir os cargos de magistrados, inspetores, fiscais.
- A Antiguidade Clássica apoiava-se na cidade-estado de Atenas, onde o povo dedicava-se ao comércio, letras e artes e criaram leis escritas como forma de uma administração democrática.
- O Império Romano teve como legado a criação do Estado e do direito, salvaguardando as leis (gravadas em tábuas de bronze) no Fórum e no *Tabularium*.
- A Alta Idade Média contava com a igreja monopolizando a cultura e custodiando os manuscritos. Os religiosos participavam da administração pública e das universidades.
- A Revolução Francesa provocou uma reforma social (liberdade civil e política) que valorizou o documento jurídico como prova, estabelecendo a centralização dos documentos e colaborando com os princípios para a classificação dos arquivos, como será visto mais adiante.

Assim, Posner (2013) evidencia a trajetória de acumulação dos documentos e o porquê de sua produção, observando a informação como instrumento de poder e dominação. A escrita

e a leitura determinavam a posição social do homem, reservadas a alta classe para manipular e moldar a sociedade.

Essas características foram substituídas com o fim do Antigo Regime, em que a *Assemblée Nacional Francesa*, em 1789, fundou um arquivo para guardar os seus atos, transformando-se no *Archives Nationales de Paris*, em 1790. O decreto francês de 24 de junho de 1794 instituiu que o primeiro arquivo nacional do mundo deveria conservar em um único ambiente todos os registros que demonstravam as conquistas francesas, reconhecendo a responsabilidade do Estado na preservação dos documentos históricos e a garantia do direito de acesso. (HEREDIA HERRERA, 1991).

Desta forma, os arquivos públicos tornaram-se espaços de memória. Essa concepção serviu de modelo para alguns países europeus, a exemplo do Arquivo Geral Holandês, dos Arquivos Gerais do Reino da Bélgica e do *Public Record Office* (Inglaterra). Este último criado em 1838, por necessidade de ordem prática, como forma de diminuir os danos nos rolos de pergaminhos, e cultural, com o posicionamento dos historiadores para o valor dos documentos. (SCHELLENBERG, 2006).

No Brasil, o Arquivo Público do Império, estabelecido em 02 de janeiro de 1838, no Rio de Janeiro, tinha a finalidade de guardar os documentos públicos do Executivo e do Legislativo. Nos anos de 1893, essa instituição denominou-se Arquivo Público Nacional e pelo Decreto n.º 9.917, de 09 de fevereiro de 1911, mudou o nome para Arquivo Nacional. (ARQUIVO NACIONAL, 2015).

Nos Estados Unidos, destaca-se o *National Archives*, fundado em 19 de junho de 1934, como resultado dos esforços da Comissão dos Arquivos Públicos e Associação Histórica Americana que pretendiam a conservação dos documentos oficiais para a pesquisa da história.

A partir da contextualização histórica, é evidente que a institucionalização do arquivo obrigou o Estado (governo) a se responsabilizar pelas massas documentais da administração pública e, também, das instituições privadas reconhecidas de interesse público. As influências europeias e norte-americanas serviram de diretrizes para o desenvolvimento da Arquivística no Brasil.

Observa-se que a instituição arquivística brasileira desde a sua concepção foi influenciada pelo legado francês: a centralização, comprovada pela organização das seções em Legislativa, Administrativa, Judiciária e Histórica; a conservação dos documentos básicos para a manutenção de uma antiga sociedade, como o acervo do Brasil Colônia, Brasil Reino Unido e Brasil Império; e a garantia de acesso ao público, quando em 1958 criou-se o Serviço

de Pesquisa Histórica e Seção de Consultas (ARQUIVO NACIONAL, 2015). O Sistema Nacional de Arquivos, fundado em 1978, serviu de base para a implantação da Lei nº 8.159, de 6 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados (BRASIL, 1991).

3.2 Arquivo e Documento

A moderna Arquivologia, difundida a partir de 1970, amplia as discussões sobre informação e conhecimento. Assim, nessa pesquisa adotam-se as definições de arquivo, documento e informação arquivística consagradas na literatura da área, considerando a materialidade e registros, independente dos suportes, para auxiliar na compreensão das características e problemas em estudo.

O **arquivo** neste trabalho é a instituição pública e privada responsável por recolher documentos e por disponibilizá-los ao usuário, de forma rápida e precisa. É o lugar que perpetua fatos e acontecimentos da humanidade, possibilitando debates, reflexões críticas e representação simbólica e identidade cultural.

Entretanto, no Dicionário Aurélio (ARQUIVO, 2015), arquivo significa: a) lugar ou edifício onde se guardam documentos, b) secretaria, cartório, c) pessoa de grande memória, d) doutrina, e) nome de algumas publicações literárias periódicas, f) o mesmo que fichero; refere-se ao arquivo como instituição, setor, lugar de memória e guarda, material de registro.

É um sentido abrangente e incoerente com a área científica. Como afirma Schellenberg (1973), essa explicação é genérica e equivocada, sendo preciso distinguir a instituição e o material de que se ocupa, além de considerar as influências das linguagens e significados próprios de cada região.

Os primeiros termos referem-se à unidade de informação: *archeion*, *government palace* (palácio governamental), *general administrator* (administração geral), *office of the magistrate* (sala do magistrado), *records office* (arquivo), *repository for original records* (repositório para documentos originais), *archives* (lugar onde guarda documentos), e também a expressão em latim, *archivum* (lugar de guarda de documentos e outros títulos). (SCHELLENBERG, 1973; GAGNON-ARGUIN, 1998; PAES, 2004).

Em presença da variedade de significados, Schellenberg (2006) utiliza-se do levantamento histórico sobre a terminologia para perceber as principais influências na consolidação da área. As contribuições destacam o Manual de Arranjo e Descrição (*Handleiding voor het Ordenen em Beschrijven van Archieven*) dos arquivistas holandeses S.

Muller, J.A. Feith e R. Fruin, de 1898; *Archivistica* (1928), do italiano Eugenio Casanova; *Manual of archive administration* (1937), do inglês Hilary Jenkinson; e o *Archivkunde* (1953), de Wolfgang Leesch, com as conferências do alemão Adolf Brenneke (1953) que era diretor do Arquivo do Estado da Prússia. Essas publicações tratavam o arquivo como acumulação ou conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma instituição ou pessoa, com valor legal e destinados a fonte de testemunho.

A partir destas análises, Schellenberg (2006) determina *arquivo* (*archival institution*) para designar a instituição e arquivos (*archives*) para indicar o material do acervo, também conhecido como documentos (*records*):

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados nêles contidos. (SCHELLENBERG, 1973, p.18)

E assim, para Heredia Herrera (1991, p. 125), “Son pues el origen, el carácter seriado, su calidad de únicos y la objetividad las notas que caracterizan a los documentos archivísticos”. Admiti-se que **documento de arquivo** é definido pelos elementos que explicam a razão da sua existência (fins administrativo, legal, social), a preservação para fins oficiais e culturais e a integridade associada à custódia, apresentando-se por materiais de registros únicos e autênticos e de caráter orgânico, independente do suporte e formato.

Com as mudanças tecnológicas, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística utiliza-se da definição generalizada de documento como “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.73). Assim, diferencia documento digital, que é codificado em dígitos binários e acessível por meio de sistema computacional, e documento eletrônico, como sendo o gênero integrado por documentos em meios eletrônicos ou somente acessíveis por equipamentos eletrônicos.

A diferenciação do significado surgiu da necessidade de incorporar os atuais suportes e técnicas, obrigando a redefinição de conceitos já estabelecidos. Segundo Malheiro e Ribeiro (2011), termos como arquivos digitais ou repositórios digitais designam realidades em que a *web* é o ambiente privilegiado para produção, armazenamento e acesso à informação.

Desta maneira, o documento é associado à informação arquivística, referindo-se ao desenvolvimento científico da área perante as novas abordagens, passando a estudar o fenômeno em detrimento da visão tecnicista.

Mariz (2012), em suas pesquisas sobre arquivos públicos brasileiros na *internet*, discorre sobre informação arquivística como aquela contida nos documentos que integram os arquivos produzidos por um organismo em decorrência de suas funções e denominada também de informação registrada orgânica.

No que tange a classificação, os documentos podem ser quanto ao gênero, como os informáticos, escritos ou textuais, cartográficos, iconográficos (fotografia, gravura, diapositivo), filmográfico, sonoros, micrográficos (rolo, microficha, jaqueta, cartão-janela); e quanto à natureza do assunto, sendo ostensivos e sigilosos. (PAES, 2004).

Ressalta-se que a divulgação do documento de caráter ostensivo não prejudica a imagem individual ou da administração, visto que, os sigilosos são de conhecimento restrito e requerem medidas especiais de salvaguarda para a custódia e divulgação. (BRASIL, 2011).

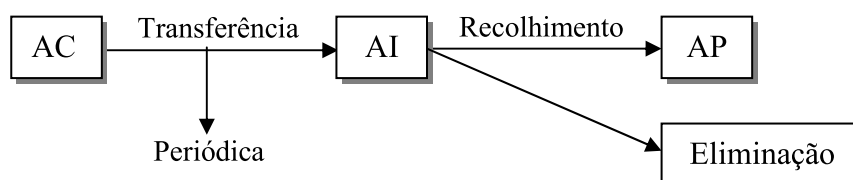
Assim, o conceito de documento não restringe ao suporte tradicional (papel) e o conceito de arquivo vai além da visão de uma instituição de custódia. A variedade de documentos possibilita especificar os diversos arquivos: pessoais, públicos, escolares, fotográficos, engenharia, entre outros.

O estudo das técnicas arquivísticas considera a **Teoria das Três Idades** ou Ciclo de Vida dos Documentos como basilar no que se refere a distinção dos tipos de arquivos e finalidades, sendo que a definição da fase está diretamente associada com a frequência de utilização dos documentos e o valor documental (primário e secundário).

Segundo Rousseau e Couture (1998), o **valor primário** refere-se ao uso corrente, como o administrativo, legal ou fiscal caracterizados pela utilização imediata, de acordo com a sua criação e razões para os quais o documento foi criado; o **valor secundário** serve de testemunho para fins culturais e memória, incluindo a utilização não imediata ou científica.

Desta maneira, a Figura 1 revela as fases de produção dos documentos, passando pelos arquivos correntes - AC, arquivos intermediários - AI, até a custódia nos arquivos permanentes ou históricos - AP.

Figura 1- Teoria das Três Idades ou Ciclo de Vida dos Documentos



Fonte: Adaptação de Schellenberg (1973).

O **Arquivo Corrente** (ativo) é a primeira etapa, que abriga os documentos de valor primário, com usos funcionais e periodicamente consultados, devendo permanecer o mais perto do utilizador por serem essenciais a atividade quotidiana, especialmente para a tomada de decisão (BELLOTTO, 1991; PAES, 2004).

A classificação e o arquivamento estão vinculados à eficiência da administração, sendo difícil classificar se os setores ou órgãos não refletem a organização funcional e estrutural das instituições. Terminado o prazo de uso corrente, na maioria dos casos de 1 (hum) a 2 (dois) anos, a transferência ao AI deveria ser periódica (anual), porém existe a acumulação das massas documentais nas próprias unidades ou são depositadas em outros espaços sem ordenação. (SCHELLENBERG, 1973).

O **Arquivo Intermediário** (semi-ativo) consiste na fase que surgiu como alternativa para a falta de espaços e justificativas de ordem econômica, evitando o acúmulo desordenado de documentos. Rousseau e Couture (1998) afirmam que os arquivistas Pérotin, Dubosq, Wyfle criaram essa idade para evitar a guarda de documentos por demasiado tempo nos locais da administração e a transferência prematura para o AP.

Desta forma, os documentos são conservados por razões administrativas, legais ou financeiras, embora não assegurem as atividades rotineiras e ocasionalmente são requisitados pelo produtor, de acordo com a tabela de temporalidade de documentos – TTD. Este instrumento estabelece os prazos de vigência para a tipologia documental, de acordo com a legislação, indicando se os documentos serão recolhidos a guarda permanente ou eliminados (descarte).

O **Arquivo Permanente** (inativo, histórico, definitivo ou custódia) refere-se ao período de inatividade dos documentos, ou seja, valor secundário que “ultrapassando totalmente o uso primário, inicia-se o uso científico, social e cultural” (BELLOTTO, 1991, p. 6). Assim, os registros adquirem o valor de prova para a instituição que os produziu, essencial a construção da memória institucional e da sociedade.

A apresentação dessas fases auxilia o leitor a compreender os estágios de produção e destinação do documento, destacando a dependência e interligação que reflete o percurso natural dos registros, em que desde o início empregam-se as técnicas e princípios arquivísticos.

Entretanto, as idades apresentam especificidades e métodos distintos, mesmo oferecendo um processo contínuo na organização do acervo. A complexidade das estruturas administrativas e quantidade de documentos exigem a análise individual dos ciclos,

especialmente quando acervos passam do Arquivo Corrente para Arquivo Permanente sem o trabalho arquivístico.

Por conta do ideal de eficiência e controle, é preciso identificar os documentos de arquivo e os seus valores, sobretudo considerando a natureza pública e privada como aspecto relevante para a constituição das instituições. A informação arquivística como fenômeno incorpora reflexões da Ciência da Informação e mostra-se imprescindível na formação do conhecimento. Por isso, o interesse neste trabalho pelo Arquivo Histórico.

3.3 Arquivo Histórico

Diante das descrições do Ciclo de Vida dos Documentos, esta dissertação versa sobre os **arquivos históricos** por conta da dimensão memorialista, patrimonial, social e cultural, que garantem a preservação da memória e a difusão da informação, contribuindo com o conhecimento.

Segundo Paes (1991, p. 73), “a função de um arquivo permanente é reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta dos documentos oficiais, de uso não-corrente, que possam tornar-se úteis para fins administrativos, pesquisas históricas e outros fins”. Assim, a maioria dos arquivistas concorda que dos documentos produzidos e recebidos pela instituição, apenas de 5 a 10% são recolhidos ao arquivo histórico.

Por isso, a avaliação documental na fase corrente precisa ser realizada por uma equipe multidisciplinar, constituída de historiador, arquivista, administrador, advogado, contador, entre outros, para assegurar e decidir os documentos a serem preservados. Essa atitude visa amparar legalmente a destruição e garantir a conservação das fontes primárias, especialmente o patrimônio público.

Os arquivos públicos são entidades coletivas de âmbito nacional, regional e local em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias. Os arquivos privados são representados pelos acervos de pessoas físicas ou jurídicas, podendo ser identificados de interesse público e social. (BRASIL, 1991; ARQUIVO NACIONAL, 2005). Gagnon-Arguin (1998) alega que os arquivos dos notáveis (homens ilustres e personalidades) e de famílias são tão necessários aos particulares como a administração pública.

Para Schellenberg (2006), os arquivos são fontes materiais usados na determinação de direitos, privilégios, obrigações, imunidades e que dizem respeito a relações entre o cidadão e o Estado, como exemplo, os títulos de propriedade rural e urbana, aposentadoria,

naturalização, domicílio (documentos censitários), isenção de indenizações (documentos de perícia de acidentes e contratuais).

Desta maneira, os arquivos permanentes apresentam as atividades de destinação, preservação e arranjo, descrição e publicação e referência, que foram adotadas pelo Arquivo Nacional dos Estados Unidos e amplamente difundidos por Schellenberg (2006). Observa-se que Paes (1991) e Rousseau e Couture (1998) também seguem essas distinções, acrescentando o item conservação. Para o presente estudo, destacam-se **quatro atividades arquivísticas**:

a) **Atividade de destinação** envolve a transferência, recolhimento, análise, avaliação, seleção e eliminação de documentos.

A transferência é a passagem dos documentos do arquivo corrente para o intermediário, sendo o recolhimento a passagem para o arquivo permanente, objetivando facilitar o arquivamento e a localização dos documentos. (PAES, 1991).

A análise e avaliação identificam o valor documental e a frequência de uso dos documentos, recordando a Teoria das Três Idades, tendo como instrumentos de destinação a tabela de temporalidade de documentos, especificando os prazos dos documentos nas fases e a apreciação para preservação e descarte, e a lista de eliminação, relacionando os documentos a serem destruídos, aprovada por autoridade competente.

Como formas de preservar os originais têm-se a microfilmagem, com a garantia de durabilidade, e a digitalização. O primeiro é uma técnica de fazer fotocópias reduzidas, que com o auxílio do aparelho de leitura pode-se ampliar a imagem e projetá-la em um visor. Trata-se de um método de custo elevado e a sua escolha precisa ter uma justificativa coerente com o valor documental. O segundo é um processo simples de escanear o documento por uma impressora e salvá-lo em imagem digital ou fotografar digitalmente. Pela facilidade de custo baixo e qualidade da imagem, é amplamente utilizado, embora desprovido de aparato legal e jurídico.

b) **Atividade de preservação e arranjo** descreve a armazenagem, reunião e ordenação adequada dos documentos.

Com referência ao local de guarda dos documentos, deve-se ponderar os fatores que afetam a preservação, tais como os agentes externos, a exemplo dos gases ácidos atmosféricos, temperatura e umidade relativa do ar desfavorável, e internos que são inerentes a própria natureza do material dos documentos, como a qualidade do suporte.

Para armazenar adequadamente o acervo, o agrupamento e ordenação refletem o Princípio da Proveniência (*Provenance*), desenvolvido na Prússia, em 1874, de Respeito aos Fundos (*Respect pour les Fonds*), atribuído por Natalis de Wailly, em 1841, na França, e da Territorialidade e Pertinência determinados pela Convenção de Viena sobre a Sucessão dos Estados em Matéria de Bens.

Rousseau e Couture (1998) asseguram que a Proveniência visa manter a integridade administrativa dos arquivos, permitindo isolar e circunscrever a entidade que constitui um fundo. O *Respect pour les Fonds* proíbe a mistura dos materiais das diferentes organizações criadoras em um mesmo arquivo. O Princípio da Territorialidade estipula que os documentos devem ser conservados nos serviços de arquivo do território em que foram produzidos. A Pertinência determina que os acervos sejam entregues a jurisdição arquivística do território a que o conteúdo do arquivo se refere, sendo que um mesmo fundo pode ter parte dos documentos num país e o restante no outro.

Desta maneira, o arranjo depende da atividade intelectual para analisar os documentos quanto a forma, origem funcional e conteúdo. Para Paes (1991, p.83), “Em Arquivologia entende-se por arranjo a ordenação dos documentos em fundos, e a ordenação das séries dentro dos fundos e, se necessário, dos itens documentais dentro das séries.”

No entanto, Michel Duchein (1986) admite a dificuldade em definir o arranjo, especialmente os fundos em relação à hierarquia das instituições produtoras, porque os organismos apresentam estruturas complexas e subordinações, e, em alguns casos, não estáveis, sempre passíveis de transferências e extinções. Por isso, utiliza-se das concepções maximalistas e minimalistas para explicar o processo de determinação dos fundos e grupos documentais. A primeira considera o mais alto nível da função administrativa, como se o fundo deve-se concentrar todos os documentos, cobrindo uma realidade vasta. A visão minimalista reduz o fundo ao nível de menor atividade.

Para facilitar o trabalho técnico, Duchein (1986) apresenta alguns critérios para a identificação dos fundos: a) possuir um nome e existência jurídica comprovada por um ato (regimento, Ata, estatuto, decreto, lei, projeto de lei); b) atribuições regulamentadas; c) posição definida na hierarquia; d) chefe responsável pela ação / função, gozando do poder de decisão; e) organização interna conhecida no organograma. Os aspectos mostram-se relevantes por introduzir o assunto de fundos abertos, em que o órgão produtor continua a gerar documentos, e fechados, que consistem na extinção do órgão ou unidade, referindo-se a administrações antigas.

Portanto, os fundos são estabelecidos seguindo a relação orgânica do documento, através do levantamento histórico da instituição até o seu momento atual. Os grupos associam os departamentos ou unidades e as séries relacionam as questões funcionais ou competências comuns. Assim, a ordenação pode ser alfabética, cronológica, numérica, geográfica, definida de acordo com a realidade e especificidade do arquivo.

c) **Atividade de descrição e publicação** possibilita acesso à informação e divulgação do acervo.

A descrição é um processo intelectual de sintetizar elementos e conteúdos de unidades de arquivamento. Pode ser em relação à estrutura do fundo, onde as classes associam a função, atividade ou assunto; a forma unitária ou tipo documentário (gênero), incluindo as espécies documentais (correspondência, requerimentos, contratos, folhas de pagamento); e a substância, segundo a origem do conteúdo dos documentos de certa unidade administrativa ou funções ou atividades específicas. (BELLOTTO, 1991).

Salienta-se que esses elementos de interesse para o usuário são empregados como técnicas para recuperação da informação, que auxiliam a indexação e a determinação de descritores.

As normas de descrição são elaboradas com o objetivo de estabelecer padrões que trazem consistência às representações, classificações e arranjo e ao acesso a documentos. Por serem flexíveis e particulares a realidades locais, o Conselho Internacional de Arquivos – CIA elaborou publicações com procedimentos padronizados para as descrições, que foram utilizadas pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, no Brasil.

Assim, destaca-se a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G), publicada em 1994, que propõe padronizar a descrição a partir de uma estruturação multinível, isto é, do geral ao particular com diferentes graus de detalhamento, apropriados para cada nível de arranjo, descrevendo unidades ou conjuntos documentais de acordo com a relação orgânica.

Nos anos de 1996, a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias - ISAAR (CPF) foi criada com o objetivo de apoiar o compartilhamento de registros de autoridade, fornecer regras para as descrições de entidades (coletivas, pessoas e famílias) relacionadas à produção e manutenção de arquivos. A segunda versão, de 2003, detalha quatro áreas de informação (identificação, descrição, relacionamentos e controle), que fornecem uma visão geral da entidade, o contexto e atividades, os pontos de acesso, entre outros.

A Norma Brasileira de Descrição Arquivística – Nobrade, preparada em 2006, “consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira”. (BRASIL, 2006, p.9). As categorias retratam áreas de identificação, contextualização, conteúdo e estrutura, condições de acesso e uso, fontes relacionadas, notas, controle da descrição e pontos de acesso e descrição de assuntos.

A Norma Internacional para Descrição de Funções - ISDF, de 2007, determina o tipo de informação que pode ser incluída em descrições de funções e atividades de entidades coletivas. É uma forma de reunir diferentes acervos sobre uma ação específica.

Em 2008, publica-se a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico – ISDIAH, com o intuito de atender aos sistemas de informações arquivísticas, onde as regras fornecem orientação prática na identificação e contato com as instituições, acesso ao acervo e serviços disponíveis.

A normalização possibilita descrições do contexto da produção e uso dos documentos, identificação dos produtores e intercâmbio entre instituições, sistemas e/ou redes. Ou seja, assegura a elaboração dos **instrumentos de pesquisas**, obras de referência que identificam, resumem e localizam os fundos, séries e itens documentais, auxiliando o usuário na busca por informações. (BELLOTTO, 1991)

Os instrumentos de pesquisa podem ser:

- Guia: é o mais abrangente, informando a totalidade dos fundos, o histórico do acervo, estrutura, fontes complementares; é a visão geral do conjunto de fundos e coleções de um serviço de arquivo.
- Inventário: pode ser sumário, com a identificação e descrição das unidades de arquivamento de um fundo ou de uma de suas divisões, e analítico, com as unidades descritas pormenorizadas, detalhando o conteúdo para o usuário.
- Catálogo: visa agrupar documentos sobre um mesmo assunto (temático), ou produzidos em um período (cronológico), ou lugares específicos (geográfico) ou sobre uma determinada pessoa (onomástico), pertencente a um ou mais fundos, descritos sumária ou detalhadamente.
- Repertório: descreve minuciosamente documentos selecionados de um ou mais fundos, segundo critério temático, cronológico, onomástico ou geográfico. “Sua elaboração só se justifica em casos específicos, quando há intenção de ressaltar documentos individuais relevantes” (PAES, 1991, p. 95).

- Índice: listagem ordenada sistemática, acompanhada de uma referência dos elementos do conteúdo de um documento ou grupo, disposta em ordem alfabética.
- Tabela de equivalência ou concordância: é um instrumento de pesquisa auxiliar que dá a equivalência de notações antigas.

Esses instrumentos são reconhecidos pela maioria dos autores, entre eles Paes (1991) e Rousseau e Couture (1998), bem como pelos dicionários técnicos da área, como o do Arquivo Nacional (2005) e de Freitas e Nagel (1991). Em síntese, apresentam-se como termos universais, utilizados por diversos países para facilitar o uso dos documentos arquivísticos, e muitas vezes, por refletir o trabalho especializado, são transformados em publicações técnicas e históricas.

d) **Atividade de referência** aborda a política de acesso e uso de documentos.

Diz respeito aos problemas de tornar os documentos acessíveis à consulta e, por isso, trata-se de políticas e normas para determinar e impor limites na utilização dos documentos, estabelecendo critérios para ‘quem’ e ‘como’ consultar. Segundo Paes (1991, p.101), “Compete ao arquivo determinar a liberação ou restrição de acesso, após analisar os aspectos políticos e legais que envolvem as informações, bem como os direitos de terceiros, ou determinação de autoridade superior”.

Assim, os arquivos brasileiros seguem as Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991), que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e a Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI (BRASIL, 2011), para estabelecer as políticas de acesso e uso.

A LAI ressalta o acesso à informação necessária aos direitos fundamentais, embora estabeleça controle das informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possa prejudicar a segurança da sociedade ou do Estado. É o caso dos documentos sigilosos, que precisam de medidas para proteger a informação contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizada. A classificação pode ser ultrassecretos, secretos ou reservados, que apresentam restrições máximas de 25 (vinte e cinco), 15 (quinze) e 5 (cinco) anos, respectivamente. No entanto, “transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público” (BRASIL, 2011).

Salientando-se que os documentos dos Estados são propriedades públicas, o usuário tem direito a acessá-lo, podendo ser nas salas de consulta, empréstimo, fornecimento de

cópias e na *internet*. Desta maneira, os arquivos orientam as suas funções para melhor atender as necessidades informacionais. Garantem qualidade de serviço e rapidez na recuperação da informação e reforçam o seu aspecto social ao promover exposições de documentos e atividades culturais.

A preocupação com o **usuário** refere-se à abordagem pós-custodial da Arquivologia, própria da Era da Informação. Em virtude das mudanças sociais, Navarro Bonilla (2001) afirma que os serviços de referência (Figura 2) devem assimilar as funções de atendimento individual e personalizado, disponibilização de instrumentos de pesquisa, educação dos usuários, divulgação e qualidade dos serviços e entrevista com o usuário.

Figura 2 – Atividades de Referência nos Arquivos Históricos



Fonte: Adaptação de Navarro Bonilla (2001).

No atendimento individual e personalizado, o usuário já sabe o tipo de informação desejada e solicita ao arquivista ou sistema de informação, que rapidamente identifica as fontes imprescindíveis à pesquisa. De acordo com Navarro Bonilla (2001, p.181), a “recuperación de documentos de archivo basada en las necesidades subjetivas del usuario frente a las basadas en la propia organización y génesis documental con el principio de procedencia”.

A disponibilização de instrumentos de pesquisas permite tornar público o conteúdo do arquivo. Para Rousseau e Couture (1998), a pesquisa pode ser realizada tanto nos guias, inventários e catálogos quanto nas publicações (anuário, bibliografia dos anuários e instrumentos), porque representam os canais de comunicação entre o pesquisador e o acervo.

Atualmente, a *internet* permite disponibilizar esses instrumentos, que através da consulta direcionada por campos como assuntos, palavras-chaves, área do conhecimento, reduz o tempo de busca da informação e evita a recuperação de dados desnecessários, que caracterizam o princípio da precisão defendido por Lancaster (2004).

Na educação de usuários, o arquivista identifica as características específicas do pesquisador e associa os diferentes níveis de aprendizagem. A ação tem o objetivo de ensinar o usuário como consultar o acervo e realizar uma pesquisa mais profunda. Por isso, acontece por meio de treinamento, curso, workshop, que fornece informações básicas sobre os princípios arquivísticos, Ciclo de Vida Documental, métodos de descrição e utilização de sistemas de informação.

A divulgação e qualidade dos serviços, estratégia de marketing institucional, serve para promover o arquivo e conquistar novos utilizadores. Pode ser desempenhada na própria instituição e região com a distribuição de panfletos, notícias de jornais, promoção de eventos e na *internet*, informando os horários de funcionamento do arquivo, localização, responsáveis, políticas de acesso, descrição documental, redes sociais, entre outros.

A entrevista com o usuário identifica o perfil (dados pessoais, nível de instrução, sexo, faixa etária), os temas de investigação, as dificuldades encontradas na recuperação da informação, os instrumentos de pesquisas mais consultados e as preferências do pesquisador quanto ao atendimento personalizado. Para Navarro Bonilla (2001, p.158),

Los estudios de usuarios, el análisis de los modos de acceso, así como la capacidad profesional para dirigir con éxito el cúmulo de demandas de información recibidas en un archivo, son tareas que guían la senda del trabajo de referencia archivístico.

Deste modo, ao definir o investigador e suas necessidades, o profissional da área direciona as atividades arquivísticas e viabiliza um atendimento diferenciado, centrado no comportamento informacional do usuário. As pesquisas com o público mostram-se relevantes, visando à satisfação dos clientes e instituir diretrizes para melhorar os serviços.

Smit (2004) reconhece que o usuário ainda é pouco estudado nas questões arquivísticas, possivelmente por conta da inadequação da linguagem e termos utilizados para a organização dos arquivos. A autora propõe que as linguagens utilizadas sejam a do próprio cidadão, a da instituição (costumes e cultura local) e a do arquivo, permitindo aproximar as fontes primárias do potencial utilizador.

Portanto, as funções arquivísticas citadas são específicas do arquivo permanente, que recolhe os documentos do arquivo corrente e intermediário, cumprindo com o seu papel social e cultural ao permitir o acesso à informação e a conscientização da cidadania.

Para Fonseca (1999a) e Mariz (2012), os arquivos permanentes no Brasil apresentam dificuldades em seguir a Teoria da Arquivologia, por descaso do próprio poder local (estadual e municipal) que acredita apenas nos documentos públicos da fase corrente como importantes, eliminando-os antes mesmo de concluído o prazo administrativo, sem o crivo da avaliação documental.

A implantação de arquivos envolve um processo lento de conscientização hierárquica de cima para baixo nas esferas de atuação para valorizar a informação arquivística nos processos decisórios e como valor de testemunho. Isso é observado nas pesquisas de Maria Regina Côrtes (1996) ao verificar a influência do Arquivo Nacional na constituição dos 25 arquivos estaduais, sendo 20% criados no século XIX, 27% na primeira metade do século XX e 46% a partir de 1950. Com referência aos arquivos da esfera municipal e privados, notam-se períodos de estagnação, pois não existem estimativas oficiais e constituem uma incógnita.

Como explica Esposel (1994, p.195), “a realidade é a ausência de uma política para salvaguarda do patrimônio documental, além da total insensibilidade dos governos para o assunto”. Essa situação revela problemas antigos pontuados pelo autor no seu artigo “Os Arquivos no Brasil: atualidade e perspectivas”, de 1973, mais que persistem até hoje, tais como o desinteresse pelo acervo, armazenamento em locais inadequados, conservação precária, falta de classificação e ordenação, inexistência de meios de buscas, pessoal sem formação técnica, remuneração inferior atribuída aos serviços específicos, destruição indiscriminada da documentação e confusão entre os serviços e finalidades dos arquivos, bibliotecas e centros de documentação.

É preciso desmitificar o arquivo como um depósito de papéis velhos e valorizar sua importância para a preservação da memória. O patrimônio arquivístico é um bem público que necessita de políticas eficientes para sua implantação e perpetuação. Neste sentido não se pode negligenciar a formação profissional dos que neles trabalham.

3.4 A Formação Profissional: o Arquivista

As mudanças políticas na França, que renovaram posturas e os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, estabeleceram uma nova visão do mundo levando o ser humano ao autoconhecimento que despertava novas percepções, além do conhecimento religioso e

científico. Para Carvalho (1999, p. 27), “o princípio iluminista de valorização do ser humano voltado para o interior de si mesmo influenciou definitivamente a difusão do conhecimento”.

A Arquivologia se fixa nesse período que assiste as questões que surgem após a Revolução Francesa, a exemplo da divisão política da Europa em estados nacionais e a valorização do patrimônio pátrio, que favoreceu o crescimento da produção cultural. As enciclopédias, periódicos científicos e bibliotecas se afirmam nesse cenário, preparando a ascensão do homem.

O Iluminismo resgatou a função do arquivo enfatizando o “valor secundário” dos documentos, para a memória como fonte legitimadora do Estado-Nação e da cultura como reforço identitário nacionalista. (RIBEIRO, 2011). Assim, o Século das Luzes rompeu com o determinismo religioso e o movimento intelectual gerado pelas artes, política e literatura passaram a valorizar o olhar sobre o passado, contribuindo para a formação da sociedade ocidental.

Diante disso, observou-se que a formação profissional em Arquivologia se deu a partir do século XIX, reforçando a formação científica do arquivista voltada para as questões históricas, sobretudo Paleografia e Diplomática. O domínio sobre a memória foi desenvolvido nos cursos da *Scuola di Archivistica* (Itália), em 1811, *Bayerische Archivschule* (Alemanha) e *École des Chartes* (França), em 1821, seguidas do *Institut für Österreichische Geschichtsforschung* (Viena), em 1854, *Escuela de Diplomática* (Madrid), em 1856, e *Scuola di Archivistica* em Veneza (1854), Palermo (1855) e Florença (1857). (HEREDIA HERRERA, 1991; ROUSSEAU; COUTURE, 1998)

A *École des Chartes*, ancorada no ideal revolucionário francês, estava encarregada do desenvolvimento histórico da Europa e através de pesquisas em fontes primárias e da necessidade de organização técnica dos arquivos departamentais, consolidou a Arquivística. Segundo Le Goff (1990), a *École Nationale des Chartes* foi criada para formar um corpo especializado de arquivistas que deveriam ser mais historiadores que administradores, pois precisavam identificar e compreender os tipos documentais custodiados nos *Archives Nationales de Paris*.

Assim, a educação era baseada nas disciplinas consideradas auxiliares da História, tais como arqueologia, sigilografia (estudo do selo), epigrafia (inscrições lapidares dos monumentos), papirologia, genealogia, que dominavam os currículos acadêmicos e contribuíam com a formação do arquivista com domínio da paleografia. (HEREDIA HERRERA, 1991; RIBEIRO, 2011).

Por isso, essa Instituição de Ensino representava laboratórios de pesquisas científicas, com a finalidade de estabelecer sistemas de classificação atendendo as especificidades dos arquivos e possibilitando o acesso e apoio aos investigadores. De acordo com Matos (2008), a tradição europeia constitui-se como referência na formação profissional nas Américas.

A tradição norte-americana foi observada no começo do século XX, com o pós-segunda guerra mundial, em que a Arquivologia acompanhou as mudanças sociais e tecnológicas e assumiu a postura de conjugar os aspectos da gestão de documentos e administração de arquivos, enfatizando a atividade profissional que lida com a relação orgânica dos documentos e o gerenciamento da informação para tomada de decisão.

Diante desse cenário, Matos (2008) destaca duas tendências para a formação: o arquivista direcionado para o arquivo permanente e o valor dos documentos para a memória, e o *records managers* encarregados da gestão de documentos. Porém, essa cisão foi superada pelo ‘arquivo moderno’ proposto por Schellenberg (1973) e ‘arquivística integrada’ defendida pelos canadenses Rousseau e Couture, que envolvem os valores primários e secundários dos documentos enfatizados na Teoria das Três Idades.

Dessa maneira, a área assumiu uma postura tecnicista e histórica, garantindo o desenvolvimento teórico e metodológico para firmar-se como ciência aplicada, preocupada com a cientificidade e a prática (classificação, descrição, indexação).

A tradição latino-americana destaca-se com a *Escuela Nacional de Bibliotecários y Archivistas*, no México (em 1945), a *Escuela de Biblioteconomia y Archivos*, na Venezuela (em 1957), e a *Escuela de Archiveros de Cordoba*, na Argentina (em 1960). (MATOS, 2008).

Assim, percebe-se que a criação de escolas e programas de Arquivologia estava vinculada a Biblioteconomia e Ciência da Informação. Heredia Herrera (1991) ressalta que a preparação do arquivista depende da cultura de cada país, em algumas localidades pode ser oferecida por universidades, próprios arquivos e associações profissionais.

No Brasil, a Associação de Arquivistas Brasileiros – AAB pressionou para a criação e regulamentação do ensino superior e conseguiu aprovação da Câmara de Ensino Superior para o primeiro curso de Arquivologia em 24 de janeiro de 1972. (FONSECA, 1999b). As primeiras graduações foram implantadas na década de 70, tais como: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1977), Universidade Federal de Santa Maria (1977) e Universidade Federal Fluminense (1978).

As bases curriculares desses cursos tiveram influência teórica da França, Estados Unidos e Canadá e preparavam o profissional para o exercício na administração pública. Como mostra Fonseca (1999b, p. 2), o currículo mínimo constava das disciplinas Introdução

ao Estudo do Direito; Introdução ao Estudo da História; Noções de Contabilidade; Noções de Estatística; Arquivo I – IV; Documentação; Introdução à Administração; História Administrativa, Econômica e Social do Brasil; Paleografia e Diplomática; Introdução à Comunicação; Notariado e língua estrangeira. Assim, a formação profissional perpassa por diferentes áreas, sendo resultado da multiplicidade de conhecimentos.

A partir de 1990, surgiram os demais cursos: Universidade de Brasília (1990), Universidade Estadual de Londrina (1998), Universidade Federal da Bahia (1998), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999), Universidade Federal do Espírito Santo (2000), Universidade Estadual Paulista (2003), Universidade Estadual da Paraíba (2006), Universidade Federal do Amazonas (2008), Universidade Federal da Paraíba (2008), Universidade Federal de Rio Grande (2008), Universidade Federal de Minas Gerais (2008), Universidade Federal do Maranhão (2010), Universidade Federal de Santa Catarina (2010) e Universidade Federal do Pará – UFPA (2012). Atualmente, são 17 (dezessete) cursos de graduação, 14 (quatorze) em âmbito federal e 3 (três) estaduais. (MATOS, 2008; ARQUIVO NACIONAL, 2015).

Segundo Valentim (2000), a formação profissional também é desenvolvida na educação continuada, podendo ser de três formas: a) extensão e atualização que visam qualificação profissional, sendo realizadas, na maioria, por associações e conselhos; b) Pós-graduação *lato sensu*, com os cursos de especialização para o profissional inserido no mercado de trabalho, associando o conhecimento para a produtividade; c) Pós-graduação *stricto sensu*, que forma o profissional para a academia.

Nota-se que as pesquisas científicas ao inserir os arquivos na visão humanista e cultural direcionaram os programas de pós-graduação *stricto sensu* a enquadrar Arquivologia na área de Ciência da Informação e em História Social.

Em 2012, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO foi autorizada a oferecer o mestrado profissional Gestão de Documentos e Arquivos, representando uma conquista para o fortalecimento do caráter científico da área. Como afirma Carvalho (2002, p. 3), “Embora a base humanística seja necessária em qualquer situação há necessidade de reconhecer duas tendências na formação profissional voltadas para as humanidades e para a ciência.”

Valentim (2000) constata nos seus estudos sobre formação dos profissionais da informação no Brasil que, apesar do paradigma da informação, a maioria dos cursos evidencia a formação técnica ao invés da humanista. Essa realidade também é discutida por Fonseca (1999b, p. 6) que aponta

[...] a necessidade de uma transformação profunda nos cursos, para que possam contribuir para o aumento da visibilidade social do arquivista, atingindo um mercado de trabalho potencialmente formado por empresas privadas e de consultoria (a administração pública, nas suas propostas de enxugamento tende a terceirizar os serviços arquivísticos).

Para a autora, as diretrizes propostas para a área de Arquivologia não enfatizam a formação profissional para lidar com gerenciamento e uso de redes internas (*intranet*) e externas (*internet*), gerência e uso de bases de dados, suportes digitais e o impacto na gestão de documentos.

O aprendizado continuado mostra-se necessário para enfrentar as constantes mudanças no espaço de trabalho que ocorrem com as tecnologias. Nesse panorama, o profissional está envolvido com a informação para a cidadania e para a transmissão do conhecimento científico. (CARVALHO, 2002). No entanto, observa-se que a formação arquivística ainda trata das questões técnicas de tratamento da informação, enfatizando os arquivos apenas como lugares de memória, onde a consulta esporádica do usuário é realizada, em grande parte, por historiadores.

Para modificar essa realidade, é preciso a qualificação permanente do corpo docente, incorporação de disciplinas filosóficas e epistemológicas, laboratórios de ensino, cursos de extensão na universidade e intercâmbio entre as instituições de ensino.

Por fim, o arquivista deve contemplar competências e habilidades desenvolvidas no campo educacional (graduação e cursos de especialização, pós-graduações) e nos centros de capacitação (cursos específicos). Ações essenciais para a formação do profissional frente às novas ferramentas tecnológicas e exigências sociais.

As dimensões técnicas e humanistas são amplamente discutidas pelas associações e conselhos de classes que tem atuação efetiva ao reforçar o papel do arquivista na sociedade, seja nas próprias administrações públicas e privadas; junto ao público; e, também, na formalização de leis direcionadas a área.

3.4.1 Atuação dos Conselhos e Associações

Diante dos processos de fortalecimento da Arquivologia, é necessário comentar o desempenho da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO que, em 1948, constituiu o Conselho Internacional dos Arquivos, órgão responsável pela unificação das estratégias e medidas de preservação, descrição, acesso ao patrimônio

cultural mundial, que anualmente promove eventos e encontros para discutir os caminhos da área.

Dentre as suas ações, elaborou o Código de Ética dos Arquivistas (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 1996), que fornece regras de conduta para transmitir confiança ao público. As responsabilidades do profissional enfatizam a integridade dos arquivos, a autenticidade dos documentos, os princípios da proveniência e do respeito ao fundo, a garantia de acesso a maioria dos usuários, o equilíbrio entre o direito ao conhecimento e o respeito à vida privada.

Em meio aos princípios, o arquivista deve ter conhecimentos teóricos e técnicos de alto nível, preparado para trabalhar em colaboração com outros profissionais (equipe multidisciplinar) para assegurar a comunicação e a compreensão dos documentos.

No Brasil, destaca-se o CONARQ, criado pelo artigo 26 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991), como um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, com a finalidade de definir a política nacional de arquivos públicos e privados e exercer orientação visando à gestão documental e à proteção aos documentos de arquivo.

Assim, os conselhos reproduzem o reconhecimento social na consolidação da área científica, servindo para determinar as políticas arquivísticas e conduzir diretrizes que reforcem a atuação das associações de classes.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros, criada em 20 de outubro de 1971, que além de incentivar a produção de periódicos em português sobre a área, a exemplo do *Arquivo & Administração*, realizou o I Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1972. (FONSECA, 1999b).

Vale ressaltar que existem 8 (oito) associações estaduais (Bahia, Brasília, Espírito Santo, Goiás, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul), a Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia e o Sindicato Nacional dos Arquivísticas e Técnicos de Arquivo. (BRASIL, 2015a). Essas entidades promovem atualização profissional e desenvolvimento de pesquisas, permitindo que o diálogo entre os pares seja intensificado nos cursos, congressos, encontros, seminários, simpósios, entre outros.

A partir de um trabalho de conscientização sobre a área e suas funções, os conselhos e associações podem incentivar a valorização do arquivista no quadro permanente das administrações e empresas, além de exigirem legislação específica para as questões arquivísticas.

3.4.2 Legislação no Brasil

As leis e decretos brasileiros direcionados aos arquivistas e instituições de arquivos apresentam incoerência na definição da atividade profissional. Como afirma Smit (2003), é um grande desconhecimento coletivo acerca do trabalho do arquivista. Essa postura agrava-se com a falta de atualização da Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências (BRASIL, 1978b), regularizada pelo Decreto n.º 82.590, de 06 de novembro de 1978.

Ainda hoje, o registro profissional é obtido na Delegacia Regional do Trabalho, do MTE, sem atuação sindical, em que a inexistência de um órgão fiscalizador intensifica a desvalorização da classe. O descaso das administrações públicas com a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, contribuem com o desconhecimento sobre a prática do profissional.

Se “é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, 1991), não justifica a quantidades ínfimas de arquivos públicos na esfera municipal, a dependência dos arquivos estaduais a outros órgãos e a ausência de arquivistas em todas as secretarias na esfera nacional, regional e local.

A Lei de Acesso a Informação (BRASIL, 2011), por ser mais recente, abordam assuntos que visam à transparência da informação pública, as inovações tecnológicas e a prática técnica, tais como: o direito ao acesso à informação por todos os cidadãos, a preservação dos documentos tradicionais e eletrônicos, a questão do sigilo dos documentos – que é direito de um governo reter os documentos produzidos e recebidos no curso de sua atividade –, as penalidades aplicadas ao agente público que negar informações públicas e de interesse coletivo.

Contudo, nota-se que a LAI não explicita a autoridade do arquivista nas organizações, contribuindo para que outros profissionais, como administradores e analistas de sistemas, assumam as atividades arquivísticas.

4 ARQUIVO, REDE DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Nesse momento histórico, a discussão sobre as instituições arquivísticas e a tecnologia da informação e comunicação – TIC tem o objetivo de evidenciar os meios de produção e disseminação da informação no mundo contemporâneo, em que a *internet* direciona o rumo das novas formas de armazenamento e acesso aos documentos.

Os arquivos históricos inserem-se no ambiente virtual, sem antagonismo, mais como forma complementar e de articulação e sinergia. Segundo Canclini (2013, p. xix), as hibridações são “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”.

Essa postura emergiu na década de 50 e 60, em que as transformações tecnológicas e científicas foram marcadas pelos investimentos nortes-americanos (Estados Unidos) e da Europa (França, Alemanha, Rússia) que adotaram práticas e métodos para solucionar o problema do intenso volume informacional nas instituições.

O uso de computadores nas unidades de informação modificou a recuperação da informação e favoreceu os avanços teóricos e metodológicos da Ciência da Informação. A ciência determinar transformações e orienta a sociedade a buscar novos caminhos para responder as prioridades.

A *internet* apresenta-se como uma das principais revoluções tecnológicas que teve como base estrutural a ARPANET, primeira rede de interligação de computadores autônomos, desenvolvida pela Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos – DARPA, em 1969. (CASTELLS, 2002).

A melhoria da transmissão de dados e a criação de protocolos de comunicação possibilitaram a conexão das redes locais e regionais, que foram expandidas para outras localidades através das linhas telefônicas e computadores com *modems*. Assim, Castells (2002) define a sociedade em rede baseada no paradigma econômico e tecnológico da informação, abordando as práticas sociais no decurso do espaço - tempo do conhecimento, enfatizando os espaços de fluxos, mobilidade e sem fronteiras.

O fim das barreiras geográficas ampliou a produção e circulação da informação, sobretudo as transações mercadológicas por diversificar os produtos e serviços. O que antes era restrito apenas a uma comunidade local ganhou dimensão global e as diferentes culturas começaram a interagir.

Como afirma Lévy (1999, p. 47), “É virtual toda entidade “desterritorializada”, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou momento em particular.” Para ele, a *web* é um oceano de informações, navegado e alimentado pelos homens. Essa metáfora contribuiu para a definição de ciberespaço, considerado como ambiente de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, em que a informação e o conhecimento são mercadorias de valor.

Inicialmente, os conceitos de sociedade em rede e ciberespaço foram discutidos na perspectiva da comunicação científica, que consiste no processo de produzir informação e comunicar o que se produz para o desenvolvimento da ciência. Isso porque a criação de redes de cooperação amplia o diálogo entre pesquisadores, organismos de pesquisa e o campo científico.

A produção científica utiliza-se da divulgação nos canais de comunicação, que podem ser formais, através dos livros e periódicos, e informais, que ocorre a transferência da informação a partir do contato interpessoal, com recursos orais e escritos, como eventos científicos e os colégios invisíveis. De acordo com Carvalho (2009, p. 147),

Para viver nessa sociedade, o acesso à informação pode ser realizado de duas maneiras distintas: por meios convencionais e pelas redes sociais colaborativas. Nesse cenário, a desterritorialização no espaço da vida urbana cria o que Marc Augé defende quando conceitua lugar e não-lugar, onde os espaços de convivência tornam-se lugares de falta de interação e de afetividade entre pessoas, espaços próprios da família. Nos espaços de convivência, da emoção e da afetividade, como família, a escola, o trabalho, estão pouco a pouco se tornando lugares de isolamento, de não interação entre as pessoas.

Os canais de comunicação garantem a difusão da informação e articulações pessoais, redimensionando as relações sociais e influenciando a nova condição humana. O diálogo face a face deixa de existir e as pessoas perdem a sensibilidade de lidar com o outro, saber ouvir, perceber os comportamentos. Os espaços de convivência tradicionais são substituídos pelas comunidades virtuais, que são centros de interesses comuns e abertos a colaboração, definidos por Lévy (1999) como cibercultura, por ser o conjunto de técnicas materiais e intelectuais, práticas, atitudes, modos de pensamento e valores.

Dentro dessa abordagem, o autor reflete sobre o futuro dos sistemas de educação e formação para acompanhar a renovação dos saberes e *savoir-faire*. As novas formas de pensamento são construídas a partir das tecnologias de inteligência, concebidas pelas

linguagens, sistemas de signos, recursos lógicos e instrumentos, que constituem a inteligência coletiva.

Portanto, a virtualização das comunidades possibilita que a informação e os serviços sejam adaptados às necessidades específicas do usuário, considerando as funções cognitivas na busca e uso da informação. Para Varela, Barbosa e Guimarães (2009, p. 131), as soluções que facilitem o acesso ao conhecimento, por meio das próprias ferramentas, são identificadas como processos mediados por computador.

4.1 Arquivos Virtuais

A automação aplicada às atividades arquivística foi discutida por Charles Dollar (1994), no trabalho “O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivo: algumas considerações”, que alegava mudanças no documento e nas práticas profissionais, especialmente por conta dos registros eletrônicos e a eficácia na recuperação da informação.

Ainda hoje, esses assuntos continuam como preocupações da área, inclusive questões sobre o armazenamento e a capacidade de garantir que a informação digital permaneça acessível e com qualidade de autenticidade suficiente para que possa ser interpretada no futuro.

Assim, o ciberespaço também é um lugar de memória, que de acordo com Dodebei (2009), precisa ser compreendido para auxiliar as escolhas dos procedimentos de preservação das informações, já que os suportes digitais não têm garantia de salvaguarda por período longo. A autora afirma que o cenário atual não permite adiar o exame da criação de memórias eletrônicas, seja pelo lado memorialista da proteção absoluta de todas as informações e suas variantes, ou pelo lado da transformação constante e sem rastros do conhecimento produzido na sociedade.

No entanto, Dollar (1994, p. 8) reconhece como dificuldade a autenticidade dos registros eletrônicos, pois “qualquer atividade eletrônica que documenta uma transação oficial é um documento”. As certificações digitais representam mecanismos de segurança para garantir autenticidade, confiabilidade e integridade às informações eletrônicas, que através das chaves públicas validam assinaturas nos documentos. Desta forma, é relevante criar legislação e políticas que acolham os documentos eletrônicos, temática recorrente nos debates da Arquivologia.

As tecnologias da informação e da comunicação alcançaram à posição de instrumento de reordenação do mundo (MATTELART, 2005), em que a rede mundial de computadores favorece a formação do conhecimento, que com o auxílio das técnicas interativas, intensifica o diálogo entre os atores sociais e as culturas e entidades materiais naturais e artificiais.

A universalização do saber e autonomia do usuário acarretam modificações nos serviços de informação tradicionais, acompanhando a evolução tecnológica com novas funcionalidades e recursos. Lévy (1999) afirma que a criação coletiva, aprendizagem cooperativa e colaboração em rede colocam em questão o funcionamento das instituições e os modos habituais de divisão do trabalho.

Jardim e Fonseca (2004, p. 1) acreditam que “emergem espaços informacionais virtuais (bibliotecas, arquivos, etc.) cuja existência, longe de excluir as instituições documentais tradicionais, sugere-lhes novas possibilidades de gestão da informação”. Assim, o enfoque é deslocado do acervo para o acesso e do estoque para o fluxo da informação.

A informática favorece a implementação de práticas nas instituições arquivísticas permanentes, a exemplo da indexação automatizada, criação de bases de dados e a divulgação dos acervos. Os equipamentos utilizados na contemporaneidade substituem as formas de armazenamento, no qual o obsoleto disquete cedeu lugar para o CD, DVD, *pen drive* e, hoje, as “nuvens”, que é uma memória virtual acessível a qualquer momento.

Contudo, os princípios e técnicas da Arquivologia continuam os mesmos, enfatizando a organização e difusão da informação em face da multiplicidade de fontes. Carvalho (2009) concorda que os processos de acesso à informação digital convivem com formas tradicionais, prevalecendo nas redes, novos formatos, acessos e produção da informação.

Como meio de incentivar a inserção dos arquivos no ambiente digital, o CONARQ (2000) elaborou o documento “Diretrizes gerais para a construção de *websites* de instituições arquivísticas”, com indicações essenciais que satisfaçam o utilizador. Desta maneira, observa-se que alguns arquivos históricos brasileiros, especialmente as instituições públicas estaduais, estão criando *sites* (ou *sítios*) para a divulgação institucional e disponibilização do acervo.

Inicialmente, as páginas básicas atendiam a demanda da sociedade, tais como apresentação e localização da instituição, breve histórico, horário de funcionamento, principais serviços oferecidos, fotos, contato (telefone e *e-mail*). Essas características da *web* 1.0 em pouco tempo foram adaptadas e acrescidas novas ferramentas colaborativas da *web* 2.0, como o *facebook*, *twitter*, *youtube* (com postagem de vídeos), *instagram* e *flickr* (para fotografias e imagens), *wikis* (páginas *web* cujos conteúdos podem ser editados por múltiplos

utilizadores, sendo um formato útil para o trabalho coletivo) e *blog* (espaços para discussões e diários de campos).

A *Web 2.0* foi apresentada por O'Reilly (2005) como uma ferramenta que proporciona a comunicação de forma participativa e dinâmica, a fim de promover a troca de informação nas comunidades virtuais. Em decorrência da ação autônoma do usuário na criação de conteúdos, é conhecida também como *web social*.

Web 2.0 é uma rede como plataforma, abrangendo todos os dispositivos conectados; aplicações da Web 2.0 são aquelas que fazem mais vantagens intrínsecas dessa plataforma: fornecimento de software como um serviço continuamente atualizado que fica melhor quanto mais pessoas usam, consumindo e remixando dados de várias fontes, incluindo os utilizadores individuais, oferecendo seus próprios dados e serviços de uma forma que permite remixar por outros, criando efeitos de rede através de uma "arquitetura de participação", e indo além da metáfora da Web 1.0 para oferecer ricas experiências ao usuário. (O'REILLY, 2005, tradução nossa)

Sobre essa definição, o autor informa que os aplicativos devem ser elaborados a partir dos modelos de negócio abertos e flexíveis para melhor aproveitar os efeitos da rede e a sua utilização pelo público. As ferramentas de partilha de recursos, por exemplo, trabalham com padrões, protocolos e sistemas operacionais *open source*, tanto que a criação e hospedagem de página *web* já são serviços de custos baixos e gratuitos, que favorecem a democratização da informação.

Oliveira (2012) constata que no Brasil, dos 26 (vinte e seis) arquivos públicos estaduais listados pelo CONARQ, apenas 42,3% (11) possuem sítios próprios e potencializam a transferência e o acesso às informações, sendo que seis (6) expõem as ferramentas web 1.0 e cinco (5) as ferramentas web 2.0. Dos 61 (sessenta e um) arquivos municipais, 18% (11) possuem sítios próprios e potencializam a transferência e acesso às informações, revelando que 82% não têm sítios ou estão com a página fora do ar. Ainda segundo o estudo, os gestores das instituições arquivísticas ibéricas em âmbito nacional indicaram a promoção dos fundos documentais, as necessidades dos usuários e a importância da instituição como motivação para a adoção da *web 2.0*.

Com base nesses dados, é possível demonstrar que os arquivos públicos brasileiros inseridos na *internet* aos poucos acompanham o desenvolvimento tecnológico. Essa preocupação é reforçada pelos estudos de Mariz (2012), que alerta sobre a necessidade de verificar a utilização da *web* como serviço de informação e se as instituições arquivísticas estão utilizando desse dispositivo apenas como *folder* institucional. Para a autora, a *internet* contribui para a transferência da informação arquivística, permitindo o acesso por parte dos

usuários e visibilidade institucional e social dos arquivos, reposicionando-os como espaço público de acesso e legitimação.

Nessa perspectiva, o contexto virtual dos arquivos adquire nova dimensão, ampla e interdependente, e vincula-se a acessibilidade dos documentos digitais, ao controle e permissão de acesso e ao formato compatível com a evolução de versões, verificando a existência de obsolescência do material. Os recursos informacionais acessíveis diretamente na *web* atraem os usuários que se sentem livres para a busca da informação.

4.2 Redes de Informação

Por conseguinte, as redes de arquivos históricos, conhecidas também como redes de informação entre instituições arquivísticas, apresentam-se como novo modelo de acesso à informação, cuja estrutura conecta (hierarquicamente ou não) diversos arquivos sobre um mesmo objetivo. Configuram-se como redes sociais por envolver o processo de interação entre os membros e usuários, que constituem novas abordagens, indicando caminhos emergentes para a efetivação do direito à informação arquivística.

O ambiente virtual remodela as formas tradicionais da produção, armazenamento, difusão e uso da informação, centralizando as modificações para melhor atender as necessidades informacionais do pesquisador e cidadão. A interação e a permuta de informação contribuem para a formação de cadeias de ligações (redes) entre os indivíduos e instituições.

É interessante comentar que a origem das redes está associada à dinâmica de comunidades e a interferência do comportamento dos indivíduos. Deste modo, destacam-se os colégios invisíveis, grupos criados a partir das relações de cooperação entre os pares para discutir determinados assuntos, cuja procedência remete ao grupo multidisciplinar de pesquisadores americanos da escola de Palo Alto (San Francisco, EUA), que na década de 40, tentava explicar a situação de interação que envolvia o modelo circular da comunicação proposto por Norbert Wiener (MATTELART; MATTELART, 2012).

Todavia, Bufrem e Breda (2009) concordam que o conceito de rede está associado à Teoria Geral dos Sistemas, estabelecida por Bertalanffy, em 1925, devido às inter-relações do todo com as partes e a concepção das unidades de informação como elementos dinâmicos.

Assim, a construção do conhecimento, atividade reflexiva e complexa, situa-se na aproximação conceitual de rede e informação, em que conectividade e interatividade proporcionam a produção e circulação de idéias e a inserção dos indivíduos em comunidades virtuais.

As redes são formas de organização flexível e adaptável nos seus objetivos, normas e atores, cuja finalidade é a difusão da informação e a articulação de saberes. Segundo Castells (2002), a sociedade em rede transcende fronteiras e manifesta-se de diversas maneiras, conforme a cultura e as instituições. Deve-se conhecer os contornos dessa sociedade mediada pelo sistema de comunicação e pelo processamento de informação

Em linhas gerais, a rede apresenta-se como uma estrutura formal e social, com sistema de nós interligados e capazes de expandir, compartilhando os mesmos códigos de comunicação. Na análise de Marteleto e Silva (2004), as redes sociais (redes de relacionamento) representam o conjunto de atores (pontos ou agentes), com vínculos ou relações sobre determinado assunto ou ideia, sendo poucos participantes e uma ou mais classes de afinidades entre eles, tendo membros autônomos e/ou dependentes.

Concordando com esse ponto de vista, Lara e Lima (2009, p.32) afirmam que “na Ciência da Informação, o conceito de redes sociais é utilizado para se referir ao conjunto de nós que contém, em si, simultaneamente, a geração, detenção e distribuição da informação”.

Deste modo, a rede é formada por protagonistas (indivíduos, grupos e/ou organizações), com relações direcionais (um ator é o transmissor e o outro é receptor) e não-direcionais (relação de reciprocidade), para a transmissão de informação. Como assegura Carvalho (2009, p. 146):

As redes sociais se movimentam em diferentes direções e se articulam e usufruem de forma positiva do que oferecem os sistemas de informação. [...] As redes representam o mundo em movimento e mediante as relações entre pessoas, vão de modo contínuo reconstruindo a estrutura social sendo a informação o elemento de aglutinação no âmbito das redes.

A informação e a atividade de interação influenciam os domínios da vida cotidiana. “As pessoas integraram as tecnologias nas suas vidas, ligando a realidade virtual com a virtualidade real, vivendo em várias formas tecnológicas de comunicação, articulando-as conforme as suas necessidades.” (CASTELLS, 2006, p. 26)

Segundo Marteleto (2004), as redes sociais apresentam três dimensões: a) sócio-comunicacional, a partir de elos e motivações; b) espaço, que são as ações locais e sua interligação com o regional; e c) produção de sentidos, visando à articulação de diferentes formas de conhecimentos. Essas extensões refletem o impacto da rede na sociedade, em que todos trocam informações constantemente, em qualquer lugar e hora, expõem sugestões e críticas, convocam manifestações, e ainda, divulgam fotos, vídeos e músicas.

Atualmente, o usuário pode estar conectado ao mundo digital apenas com um aparelho *smartphone*, com acesso a *web 2.0* (*facebook, twitter, youtube, wiki*), *tablets* (“computador de mão”) e, até mesmo, relógios inteligentes, que trabalhando interligados aos celulares. A comunicação e a facilidade de acesso à informação estão atreladas à inclusão digital.

Por isso, Castells (2006) considera importante a reformulação no setor público para diminuir as barreiras à inovação e ao funcionamento da sociedade em rede. Para ele, é preciso incluir a participação do cidadão nas tomadas de decisões políticas, implantar reformas educativas atreladas a tecnologia e organização do processo de aprendizagem e diminuir a exclusão social.

Esses elementos são essenciais na reestruturação da sociedade dita democrática, que contribuem para a propagação da informação. Varela, Barbosa e Guimarães (2009) concordam que as redes favorecem a democratização do conhecimento, permitindo o diálogo entre os atores sociais, a comunidade científica e a leiga.

Assim, o principal aspecto das redes de informação é a promoção do acesso à informação, ocasionalmente podendo ser temática. Do ponto de vista de Tomáel (2005, p. 3), “as redes de informação reúnem pessoas e organizações para o intercâmbio de informações, ao mesmo tempo em que contribuem para a organização de produtos e a operacionalização de serviços que sem a participação mútua, não seriam possíveis.”.

Nessa definição, incorporam-se também os elementos de cooperação, colaboração, parceria. Por isso, há uma discussão conceitual recorrente entre os pesquisadores da Ciência da Informação e áreas afins sobre redes de informação, redes de cooperação, redes sociais, redes colaborativas que, em alguns momentos, convergem para os mesmos significados e, em outros, são antagônicos.

Bufrem e Breda (2009, p.323) identificaram que na literatura internacional e nacional existe carência de estudos qualitativos como subsídio ao planejamento de redes de informação, destacando sua conceituação no descritor geral ‘rede’.

Para este estudo, consideram-se todos os modelos acima mencionados, visto que envolvem interação, usuários, compartilhamento de informação e experiências. Para Tomáel (2005), a **rede de informação** é tradicionalmente um grupo de unidades e serviços de informação voltados para um interesse comum, sendo seu foco a partilha de recursos e a cooperação em serviços e produtos.

Portanto, rede de informação entre instituições arquivísticas significa **rede de arquivos**, que visa interligar serviços de informações arquivísticas voltados para as boas

práticas e disponibilização do acervo, ampliando o alcance da rede e a sua estrutura capilar com novos integrantes/nós através da interoperabilidade de sistemas. Desta maneira:

Red de archivos: conjunto sistemático de archivos interrelacionados de instituciones culturales, jurídicas, públicas o privadas, destinadas a custodiar documentos y otro tipo de material, organizados para cumplir un objetivo y propósito cooperativo. En esta se respetan las características constitutivas y funcionales de cada entidad, actúan de una manera descentralizada, pero reticular, para alcanzar el fin común. (ARCHIRED, 2011, p. 15)

As redes de arquivos históricos apresentam-se como novo modelo de organização, preservação e propagação dos documentos históricos, que pela ação colaborativa ampliam a atuação dos arquivos virtuais e desenvolvem espaços para a articulação entre o usuário e a instituição.

As primeiras redes de informação foram formadas por bibliotecas e centros de documentação. Em 1967, criou-se o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, denominado Biblioteca Regional de Medicina – BIREME, que é uma rede virtual de cooperação técnica em informação científica em saúde, constando hoje de 892 bibliotecas e centros de documentações de 27 países. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT foi implantado em 1970, através do Programa de Comutação Bibliográfica – COMUT, que fornecia cópias de artigos e teses dos acervos das principais bibliotecas brasileiras. (BIREME, 2015; IBICT, 2015b).

Esses exemplos de redes de cooperação servem para direcionar as novas redes, inclusive orientar sobre a estruturação básica, como funcionamento, administração, definição da missão e visão, planejamento, tipos de software, entre outros. Itens indispensáveis ao planejamento de sistemas de informação.

Nota-se que as redes devem ter definidas as políticas que minimizam as dificuldades na sua implantação, considerando os vários atores que se coordenam para atingir finalidades relacionadas com alvos estratégicos, materiais e imateriais. As políticas de acesso à informação e de participação dos membros orientam as formas de disponibilizar descrições arquivísticas e instrumentos de pesquisas (guias, inventários), resumos e, quando possível, a imagem do documento.

Assim, a dimensão social da rede é de relevância e associa-se com o contexto e **valor da informação**. A mediação da informação reforça a finalidade dos arquivos históricos como lugares de informação que passam a utilizar as novas tecnologias.

5 MEDIAÇÃO E ARQUIVO NO ESPAÇO SOCIAL

Como lugar de memória, o arquivo histórico configura-se como o ambiente ideal para as relações interpessoais e a circulação da informação, favorecendo a construção de saberes e a transmissão da memória. Nessa circunstância, para atender as necessidades informacionais do usuário, a mediação da informação pode ser o núcleo de relevância e, por isto, é o cerne da questão.

Sendo assim, esta dissertação utiliza-se da definição de **mediação da informação** como a interferência/intervenção humana na busca e apropriação da informação que satisfaça uma necessidade a partir do acesso à informação.

A reconstrução histórica ou patrimonial é feita a partir do tempo presente e pressupõe a mediação dos documentos. O uso da informação condicionado aos diferentes espaços sociais permite ampliar o papel do arquivo na sociedade e o seu reconhecimento. Assim, a dimensão popular e cultural, bem como a assistência educativa, exigem profissionais especializados, capazes de lidar com o tratamento da informação, atendimento ao usuário, novas tecnologias e atividades sociais.

Conforme Jardim e Fonseca (2004), o serviço de informação é direcionado ao usuário e o impacto da informação resulta em transformações na vida cotidiana. O acesso aos documentos arquivísticos permite a identificação de natureza cívica, tais como registro de nascimento, certidão de batismo e casamento; construção da memória histórica e institucional; e preenchimento de lacunas sobre determinado assunto ou tema de interesse.

Bellotto (2006, p. 228) admite que

O arquivo é a “consciência histórica” da administração. Também pode sê-lo relativamente à comunidade, se souber captar as potencialidades que, neste sentido, lhe oferece seu acervo. A par da cultura tradicional, os arquivos podem enveredar pelo caminho da divulgação verdadeiramente popular, sem se esquecer do constante reaquecimento de suas relações com seus usuários correntes: os pesquisadores – cidadãos comuns ou historiadores.

Desta maneira, o arquivo preserva a memória de uma localidade ou grupo, traçando o percurso das organizações e administrações. O uso das fontes primárias pode promover exposições, estimular a produção de publicações periódicas e livros e fornecer informações essenciais aos estudos críticos.

O documento apresenta as relações entre pessoas, instituições e governos e, por conta destas afinidades, os arquivos são considerados pela UNESCO ([2015]) como bem cultural

nacional e constituem parte do patrimônio cultural mundial, sendo preservados e protegidos por todos e permanentemente acessível, sem obstáculos.

Diante do excesso de informação, a eficiência da ação de mediação nos arquivos permite a apropriação da informação como resultado do encontro do usuário com a fonte, propiciando a memória coletiva a se eternizar por diversas gerações.

5.1 Mediação da Informação: Conceitos e Definições

A Arquivologia busca na Ciência da Informação o aporte teórico necessário e relativo a mediação da informação nas instituições arquivísticas. Para Davallon (2003) é um desafio conceituar mediação, reafirmando o diálogo entre as diversas áreas (comunicação, educação, sociologia) para desenvolver um ponto de vista teórico e científico.

De acordo com Almeida Jr. (2008, p. 3), mediação da informação é:

[...] toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Segundo o autor, é incoerente a concepção da mediação entendida apenas como vinculada ao serviço de referência que visa o atendimento do usuário. A mediação faz parte das práticas do profissional da informação, sendo de duas maneiras distintas: implícita e explícita. A primeira ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais, representados pelas unidades de informação, em que as ações de seleção, armazenamento e processamento da informação são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. A segunda acontece nos contextos em que a presença do usuário é inevitável, mesmo que de forma virtual, como nos acessos à distância em que não é solicitada a interferência do profissional da informação. (ALMEIDA Jr., 2008)

Fernanda Ribeiro (2009), em seus estudos sobre mediação e comportamento informacional, assegura que a prática profissional de bibliotecários, arquivistas e documentalistas inclui como componente essencial a função de mediadores, porque os serviços de informação visam disponibilizar a documentação a quem dela precisa. Como descreve a autora, o papel do mediador contribuiu para a valorização do conhecimento especializado, transformando o arquivista na ‘peça chave’ para o acesso à informação, embora responsável por fornecer ou negar o acesso, facilitar ou dificultar a vida dos utilizadores.

A interferência e a apropriação são características fundamentais para a compreensão do fazer profissional. Ressalta-se a preocupação com o poder e/ou manipulação sobre a informação, aspecto encontrado nos arquivos históricos inseridos no paradigma custodial. Atualmente, com o paradigma pós-custodial, a mediação mostra-se apolítica e a apropriação pressupõe a desenvolvimento individual.

Para Mattelart (2005, p. 98),

A idéia de apropriação individual e coletiva corresponde a uma mudança de paradigma no conjunto das ciências humanas, que abre para novos objetos de pesquisa, para novos métodos, para novas referências teóricas. Visão reticular da organização social, retorno ao sujeito em seu estatuto de ator, aos mediadores e intermediários, aos vínculos intersubjetivos, aos rituais do cotidiano, aos saberes comuns, às artes de fazer dos usuários ou praticantes, às identidades de proximidade e às inscrições múltiplas são alguns de seus traços.

Assim, a aprendizagem inerente a construção do conhecimento envolve técnicas e abordagens que aproximam os mediadores e usuários, considerando as funções cognitivas, níveis de aprendizado, signos e linguagens. A ação de mediação motiva mudanças sociais que incidem na natureza humana.

Almeida Júnior (2009) comenta os limites da imparcialidade e neutralidade presentes no profissional, argumentando que a informação está imersa em ideologias e a atividade de mediação deve ser consciente. A seleção e avaliação documental, por exemplo, são atividades que dependem da interpretação do arquivista.

Esse posicionamento é enfatizado também por Davallon (2003), que utilizam o modelo francês de Bernard Lamizet e Ahmed Silem para definir mediação como uma “instância articuladora, na comunicação e na vida social, entre a dimensão individual do sujeito e sua singularidade e a dimensão coletiva da sociabilidade e da relação social”. (RIBEIRO, 2010, p. 65).

Davallon (2003) demonstra diferentes tipos de mediação, tais como cultural, pedagógica, comunicacional, e reconhece que não existe um determinismo entre técnico e social, pois a mediação é relacionada com o funcionamento simbólico da sociedade. Apresenta-se a mediação técnica (máquinas, métodos e procedimentos formalizados, regras de ação estratégica) e a mediação simbólica no campo da interação social.

Visando compreender a ação dos protagonistas (sujeito mediador e usuário) na mediação, Gomes (2014) discorre sobre a dimensão dialógica, estética, formativa e ética. A primeira possibilita a interação dos atores, que a partir do compartilhamento de informações

geram a construção de sentido. A estética confere prazer e beleza na mediação e está associada às linguagens e signos, a conquista de autonomia do usuário, à estética dos próprios ambientes, “abordagens do mediador e dos instrumentos, produtos e serviços acessados nesse ambiente.” (GOMES, 2014, p. 56)

Por envolver as atividades de formação do usuário, a dimensão formativa ocorre no processo de apropriação da informação que dependem da experiência e contextos culturalmente vividos e que recai sobre as questões de ordem valorativa e moral. Assim, a dimensão ética ressalta a preocupação com a interferência e manipulação, em que o agente mediador deve ter competência e consciência para intervir, sem dominar, e gerar confiança, cumplicidade e cooperação. A habilidade de acolher e dialogar implica na observação sensível dos comportamentos.

Deste modo, Gomes (2014) reforça que a mediação explícita é direta porque ocorre nas relações presenciais ou virtuais com os sujeitos que buscam a informação, sendo possível observar as dimensões estética, ética e formativa do fazer informacional. A mediação implícita é indireta por se relacionar a ações de representação, organização e demais atividades, sendo mais difícil de identificar as dimensões.

Na teoria norte-americana, a mediação da informação e o processo de busca da informação em bibliotecas e serviços de informação abordam a visão construtivista da aprendizagem. Carol Kuhlthau (1993, p. 107) considera a mediação como a “intervenção humana para auxiliar a busca de informação e aprendizagem a partir do acesso e uso da informação” e o mediador como “uma pessoa que ajuda, orienta e intervém no processo de busca de informação de outra pessoa”. Nesse sentido, as redes de informação são tentativas mediadoras e os arquivistas, com os conhecimentos técnicos, representam a interferência.

Salienta-se que os mediadores podem ser formais, empregados no sistema de informação como os arquivista, e informais, que são outras pessoas (familiares e amigos) que os usuários recorrem para a sua pesquisa. No entanto, Kuhlthau (1993) admite que o termo intermediário é utilizado inadequadamente para referir à mediação, porque significa o intercâmbio entre a informação e o usuário sem o envolvimento humano.

A interação no processo de busca influencia o nível da mediação, este identificado a partir da complexidade do problema do usuário e do estágio de aprendizagem. Para a autora, o Quadro 2 detalha as características:

Quadro 2 - Níveis de Mediação da Informação

	Nível	Descrição
1	Organizador	Nenhuma intervenção Busca de auto-serviço em uma coleção organizada.
2	Localizador	Intervenção de referência Fato de procurar sozinho pela fonte de pesquisa; consulta / resposta.
3	Identificador	Intervenção de referência padrão Pesquisar assunto; grupo de fontes com nenhuma ordem particular; problemas / entrevista / fontes
4	Conselheiro	Intervenção padrão Pesquisar assunto; grupo de fontes na ordem recomendada; problema / negociação / sequência
5	Orientador	Processo de intervenção Busca construtiva; experiência holística; problema / diálogo / estratégia / fontes / sequência / redefinição

Fonte: KUHLLTHAU (1993, p.115, tradução nossa).

Assim, percebe-se a mediação humana no processo que reúne a ação do ser humano versus máquina. O nível do *organizador* é restrito a organização do sistema, disponibilizando a classificação, instruções, fontes de informação, índices e catálogos, para o acesso autônomo do usuário. No *localizador*, o usuário questiona e o mediador age diretamente respondendo ou localizando informações por meios de ferramentas específicas. No *identificador*, o mediador interage com o usuário com o fim de localizar o conjunto de fontes que atendam aos interesses solicitados. O *conselheiro*, o usuário pede ajuda ao mediador, que tenta captar o problema para identificar as fontes e tópicos, para sugerir uma sequência de fontes, partindo do geral para o específico. O *orientador* é identificado com a intervenção construtivamente no processo de busca, mantendo interação e diálogo com o usuário.

Portanto, o profissional da área ao distinguir os níveis de mediação promove a intervenção necessária para elaboração de serviços de informação, podendo inclusive incentivar a análise crítica (ato de pensar) em jovens e adultos.

A fim de prestar assistência e orientação efetivas na aprendizagem, Kuhlthau (1993) propõe zonas de intervenção, onde o processo baseia-se no princípio da incerteza e no estágio do conhecimento do usuário. Morin (2013) afirma que conhecer sugere possibilidade de

responder a incertezas (eventualidades) assimilando estratégias de ordem / desordem / interação / organização, que direcionam o agir para modificar as decisões.

Desta maneira, as necessidades referem-se à experiência subjetiva, influenciada pelo contexto e motivada, inicialmente, por aspectos fisiológicos que evoluem para respostas às lacunas e vazios existenciais. “O uso da informação compõe-se de atividades em que o indivíduo se engaja para apreender a informação e transformá-la em conhecimento, compreendendo habilidades intelectuais como decodificação, interpretação, controle e organização do conhecimento.” (VARELA, BARBOSA E GUIMARÃES, 2009, p. 151).

A busca informacional segue duas formas de proatividade: 1) sob a ótica do usuário, responsável pela busca utilizando-se da mediação máquina; e 2) sob a ótica da instituição, adequando os serviços de disseminação seletiva de informação a identificação prévia dos perfis dos usuários e notificando-os sobre assuntos relevantes para suprir uma necessidade existente ou estimulá-los as outras necessidades. (SOUTO, 2010)

Essas formas dependem da interação que está relacionada com a linguagem (oral e escrita), signos e interpretação, sendo um processo de construção de significado, desenvolvido a partir das lembranças e associações com a leitura.

Como estratégias de busca, Kuhlthau (1997) verificou seis estágios (iniciação, seleção, exploração, formulação, coleta e apresentação), partindo da mediação informal para a formal, com consulta a conhecimentos prévios, livros, periódicos e arquivos.

Assim, a mediação da informação é um processo histórico-social que resulta da relação dos sujeitos com o mundo. As constantes mudanças na mediação ocorrem em virtude da substituição do caráter difusor de transmissão de conhecimentos para o caráter dialógico das unidades de informação. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009).

Ora, para que o arquivo possa cumprir sua função social e garantir o direito aos cidadãos, há de se pensar não somente na relação do pesquisador-usuário do arquivo, como, também, nos procedimentos adotados para que os documentos possam ser encontrados, recuperados, consultados e, dessa forma, possibilitar o êxito do usuário e garantir efetiva mediação da informação arquivística. (ALMEIDA JR.; FERREIRA, 2013, p.164-165)

Diante disso, a mediação nos arquivos permanentes depende da correta aplicação da teoria arquivística e do contato direto entre os indivíduos e o documento. As pesquisas com o usuário direcionam as atividades e avaliam a qualidade da prestação de serviços.

Para muitos autores, a exemplo de Mary Jo Pugh (1992), Jardim e Fonseca (2004) e Smit (2004), é preciso aprofundar o debate sobre estudos de usuários no campo arquivístico a fim de garantir suas necessidades e otimizar recursos e tempo de trabalho.

Por isto, valoriza-se o arquivo histórico como espaço social, em que o processo de mediação da informação é adequado e a mediação máquina pelas redes de informação amplia a difusão do acervo arquivístico, tendo a mediação humana exercida pela figura do arquivista.

5.2 Modelos de Acesso à Informação

As redes de arquivos históricos são formas eficientes de interação e colaboração entre as próprias instituições e entre os usuários, sujeitos a mediação da informação. A ação mediadora possibilita padrões de qualidade do serviço técnico, inserção da instituição no ambiente social e acesso direto aos documentos.

A comunicação mediada por computadores motiva a participação do sujeito nas atividades que incluem a formação de comunidades virtuais e a transmissão de culturas. A infinidade de informações produzidas pela sociedade em rede dificulta o processo de busca, elemento determinante para o conhecimento, mostrando-se como um processo complexo e carente de orientação.

Pugh (1992) sugere que as necessidades individuais podem ser analisadas em termos de sua finalidade de pesquisa, como da utilização de informações, tipos de perguntas e grau de experiência. Isso porque a subjetividade pode tornar algo interessante para alguém, mais sem valor para outra pessoa.

Este ponto de vista também é defendido por Kuhlthau (1999), em que a necessidade está associada ao princípio da incerteza que representa a falta de entendimento, lacuna no significado ou construção limitada que inicia a busca pela informação. Como este princípio envolve o estado cognitivo e afetivo do indivíduo, os problemas da recuperação da informação abarcam preocupações com a validação da informação, confiabilidade e autenticidade das fontes de informação.

A ação de mediação, por meio da intervenção, potencializa as relações dos indivíduos com as fontes primárias, colaborando para a integração dos diversos tipos de saberes que envolvem os processos de aprendizagem. As práticas pedagógicas e estratégias de uso são imprescindíveis para facilitar o acesso à informação.

Os documentos disponíveis no ambiente virtual estabelecem vínculos entre o passado e o presente e estimulam a mediação memorial e patrimonial. Para Le Goff (1990), a análise do documento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente.

Desta forma, os usuários recorrem à informação arquivística para múltiplos estudos, no campo político, econômico, administrativo, considerando os princípios de unicidade, forma e importância, expostos por Schellenberg (2006).

A unicidade é expressa pela informação única contida no documento, não encontrada em outras fontes documentárias. A forma considera a informação extensa (poucos fatos sobre muitas pessoas, coisas ou fenômenos), intensa (muito fatos sobre poucas pessoas, coisas ou fenômenos) e diversa (muitos fatos sobre matérias diversas). A importância diz respeito às informações que satisfaçam as necessidades do próprio governo e as dos pesquisadores e do público.

Diante da especificidade do documento de arquivo, é relevante identificar os **valores informativos**, que Schellenberg (2006) destaca como relativos a pessoas, que diz respeito aos direitos financeiros, legais ou civis; relativos a coisas, que apresentam documentos sobre recursos minerais, energias renováveis, edificações, objetos feitos pelo homem, como as construções marítimas e aviação, e à concessão de patentes pelo governo; e relativos a fenômenos, que será apreciado pelo seu valor ou interesse histórico, se são antigos, atraem historiadores, e se novos, sociólogos, economistas ou estudiosos da administração.

Vale ressaltar que esses valores refletem o desenvolvimento tecnológico e científico de um país e despertam valores sentimentais associados a lugares e acontecimentos importantes, tendo significação coletiva, a exemplo dos documentos sobre causas trabalhistas, que estão diretamente associados à identidade cultural.

Assim, as redes de arquivo seduzem especialistas de diversas áreas para a pesquisa administrativa e histórica e de uso educativo e natureza técnico-operativa. Os materiais arquivísticos permitem satisfazer a curiosidade, preencher o desconhecido e, em casos recorrentes, a reconstituição histórica, método utilizado por outras disciplinas além da História.

O caráter social da informação envolve atores e mediadores que apresentam problemas referentes à produção da informação e apropriação coletiva. (MATTELART; MATTELART, 2012; ALMEIDA, 2008). Por isso, a mediação da informação torna-se um processo fundamental, devendo ser realizada por um profissional da área com competências informacionais e comunicacionais, especialmente para elaboração de sistemas e redes de informação.

Os recursos da tecnologia permitem expandir os serviços de informação nas redes de arquivo, inclusive com a utilização da *web 2.0* ou *web social*, em que as instituições arquivísticas podem segmentar as categorias de usuários, identificando o perfil para adequar o tipo de interação ao nível de mediação a ser oferecido. As interações contribuem para a conscientização do ator sobre sua postura e atuação nas transformações sociais, já que o desenvolvimento do conhecimento consiste nas experiências vividas.

5.3 A Mediação Humana e as Tecnologias de Informação e Comunicação

A produção desenfreada de informação em ambientes de convivência físicos (casa, trabalho, instituições de ensino) e virtuais impõe o gerenciamento informacional como solução para atender as demandas individuais e coletivas. O profissional mediando à busca da informação garante a recuperação de informação de forma precisa e em curto tempo.

Essas características definem o ciberespaço e apontam para inovações tecnológicas e sociais que consideram a informação como mercadoria. Para Valentim (2010), em uma economia de informação, a concorrência entre as instituições baseia-se em sua capacidade de adquirir, tratar, interpretar e utilizar a informação de forma eficaz e eficiente.

Assegura-se, portanto, que a mediação está centrada no profissional que é o autor da intervenção ou interferência no processo de busca da informação. Por isso, esse mediador é incentivado na sua formação educacional a adquirir competências comunicacionais e técnico-científicas e habilidades para satisfazer as necessidades informacionais do usuário. Como ofício, é responsável pela definição de políticas da informação, como acesso e uso, e questões éticas.

Ribeiro (2010) enfatiza a compreensão do social e do cultural, que implica nos modelos formativos dos futuros profissionais da informação, em que os graduados devem preparar-se, através de uma base científica, para os desafios da sociedade em rede.

É interessante lembrar que a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (BRASIL, 2015c), especifica que profissionais da informação, bibliotecários e documentalistas visam disponibilizar informação em qualquer suporte e gerenciar unidades, além de redes e sistemas de informação, disseminar informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento.

Essas atividades remetem também ao arquivista, que enquadra-se em outra descrição da CBO. Porém, neste estudo adotam-se as duas terminologias para referenciar o mediador,

que conjugam com a teoria e literatura aqui presentes, mencionadas nos modelos estrangeiros (franceses, norte-americanos, portugueses) e nacionais, enfocando as atividades arquivísticas.

Os serviços de informação existem por conta do trabalho técnico e especializado do arquivista, bibliotecário, museólogo, que além de reduzir as massas documentais desorganizadas, analisam e identificam os tipos de informação que poderão ser utilizadas pelo usuário padrão ou potencial.

O ponto forte da especialização é a produção de autoridades na área, e segundo Canclini (2013, p. 33), acentua a distância entre a cultura profissional e o público. A dificuldade está centrada na conjunção dos serviços e sistemas de informação com os usuários, em alguns casos, os termos técnicos afastam o pesquisador comum.

Para minimizar esse tipo de obstáculo, as unidades de informação utilizam a medição da informação: estocam informações, as organizam produzindo informação documentária e servem à sociedade através do resgate da informação. (SMIT, 2003).

Por conta desse processo, Valentim (2000) enfatiza que o profissional da informação deve antever as mudanças nos canais de distribuição da informação que modificam as formas e os meios de mediar. Isto porque, a influência das tecnologias na indústria da informação (Quadro 3) interfere na prática profissional.

Quadro 3 – Indústria da Informação: passado, presente e futuro

<i>Indústria da informação</i>	<i>Passado</i>	<i>Presente</i>	<i>Futuro</i>
Arquivos	Armazenagem do papel em arquivos de aço e em pastas A/Z ou suspensas	Armazenagem em arquivos de aço, microfilme e tecnologia óptica e eletrônica	Armazenagem em microfilme, tecnologia óptica (digitalização de imagem) e eletrônica (redes)
	Recuperação e disseminação local através de catálogos impressos	Recuperação e disseminação local (institucional) e através de sistemas de informação e redes de comunicação	Recuperação e disseminação local: acesso domiciliar à sistemas eletrônicos / digitais próprios e externos; redes de comunicação (Internet), acesso virtual

Fonte: VALENTIM (2000, p. 147).

Diante do quadro, as expectativas para o profissional no ano de 2000, em pouco tempo transformou-se em realidade, oferecendo armazenagem eletrônica e digitalização de imagem e o acesso virtual. Assim, as redes de arquivos históricos contribuem para a democratização da informação, bem como, para a construção da memória coletiva. Os documentos arquivísticos representam as ações administrativas, políticas e culturais de uma época e de determinada comunidade; são fontes indispensáveis para a busca de informação dos pesquisadores.

A partir desse cenário, o arquivista é um agente implementador desses arquivos híbridos e, também, protagonista no processo de mediação por reduzir as desigualdades de acesso, procurando atingir diferentes públicos, mesmo os adolescentes e jovens que nasceram na era digital. A acessibilidade e a abrangência que sustentam a rede são indispensáveis ao efetivo desempenho dos arquivos históricos contemporâneos.

Com base nas reflexões de Almeida (2008), a mediação humana muitas vezes é esquecida na discussão sobre as novas tecnologias de informação e comunicação. As organizações investem nos equipamentos e funcionalidades e desvalorizam o profissional, sobretudo o arquivista que tem a imagem estereotipada como “guardador de papéis velhos”.

Para Smit (2004, p. 6),

Será ainda necessário repensar o acesso à informação quando este não é mediado por um profissional da informação, mas por um sistema de informação informatizado, ou seja, quando o fator humano é substituído por uma tecnologia – obviamente dimensionada pelo ser humano, mas que estabelece uma relação diferenciada (e/ou distanciada?) entre o usuário e o estoque informacional.

O mediador redefine sua função e responsabilidade mudando o foco dos objetos físicos para o contexto que é criado o registro, prevalecendo novas perspectivas do valor dos documentos que podem basear reinterpretações e estimular a consciência coletiva. Segundo Carvalho (2002), esse sujeito assume funções que se inserem em uma visão estratégica tornando-o um profissional multifacetado, com um olhar plural.

Corroborando com este ponto de vista, Cook (2007) afirma que a reorientação pós-custodial do arquivista é a revolução fundamental que afeta a própria natureza da memória coletiva da sociedade causada pelo uso generalizado do computador. A tecnologia oferece a esses profissionais a oportunidade de seguir um fluxo de informações orientado a novas relações com as bibliotecas e museus, excluindo o rótulo de curadores passivos do passado (DOLLAR, 1994).

Assim, na realidade brasileira, essa visão patrimonialista vem sendo substituída pela científica. A prioridade na gestão documental reforça o arquivo como lugar de informação, onde os métodos e abordagens são centrados no usuário, enriquecendo o escopo teórico e fortalecendo o papel do arquivista.

Isso demonstra que a posição do arquivo no organograma das instituições ou da administração federal, estadual ou municipal representa a valorização da profissão, oferecendo autonomia e liberdade para as ações e atividades técnicas, culturais e educativas.

No caso dos arquivos públicos, muitos são subordinados a outros órgãos, cuja dependência associa recursos humanos e financeiros, limitando, até mesmo, a aceitação de ferramentas e dispositivos tecnológicos. O progresso profissional está associado à consciência dos deveres administrativos gerados pelo serviço especializado.

O serviço em arquivos conta com três importantes componentes intelectuais: facilitar a pesquisa, compromisso com a pesquisa e educar os usuários. (PUGH, 1992). A parceria entre os arquivistas e usuários garante a função mediadora e a qualidade da pesquisa, pois o profissional identifica o porquê das pessoas recorrerem aos arquivos, seja por interesse pessoal ou empenho coletivo, do valor da informação e da representação simbólica.

A função do mediador está dedicada à filtragem da informação obtida através da comunicação formal e informal; é a capacidade intelectual de distinguir o significado de irrelevância em termos de memória institucional e documentos de herança social. Assim, o arquivista integra habilidades de pensamento crítico sobre o uso e análise de fontes primárias, e por localizar e ponderar os fatos que parecem relevantes, comprometendo-se com a neutralidade no processo de investigação (COOK, 2007; CARVALHO, 2009)

A construção do conhecimento é resultado das relações entre o acervo arquivísticos e o usuário que, no geral, desconhece os tipos de informação. Logo, o arquivista colabora para o entendimento individual e a pesquisa acadêmica e por conta da missão de preservar os documentos públicos e garantir o acesso à informação é legalmente responsabilizado pelo acervo e segue princípios éticos e morais.

Diante do perfil e competências profissionais, o arquivista segue regras e normas das entidades custodiadoras que confiam privilégios sobre o acervo para execução das atividades de análise, identificação, avaliação, arranjo, descrição e publicação. Deve-se também ser comprometido com a elaboração de políticas de acesso e uso dos documentos e definição e normatização dos métodos técnicos.

De acordo com Guimarães (2000), a formação do profissional da informação precisa contemplar quatro dimensões:

a) profissional: enfatiza os aspectos relativos às especificidades de conteúdo que caracterizam as áreas, entre eles, os suportes documentais, organização e disponibilização da informação, princípios e metodologias;

b) cidadã: pressupõe o contexto social, a proatividade na comunidade e o reconhecimento dos direitos e deveres;

c) investigativa: envolve a universidade e a postura de reflexão para a geração do conhecimento;

d) Comunicativa: é o papel do mediador, que associa a educação e o acesso à informação, incentivando a atividade de pesquisa, a produção do saber.

As dimensões citadas contemplam competências e habilidades técnicas e humanistas presentes no arquivista, preparado para auxiliar as necessidades informacionais dos seus usuários: administradores, pesquisadores e cidadão. Conforme Carvalho (2009, p. 158), “O trabalhador do século XXI deve distinguir competências técnicas das relacionais e sociais, saber comunicar a informação disponível e de interesse do planejamento realizado.”

Desta maneira, o profissional deve saber usar a informação estratégica e desenvolver a criatividade, dinamismo e domínios culturais. Assim, o mediador (o arquivista) é preparado para a sociedade em redes e para o trabalho coletivo, com o intercâmbio de informações e experiências.

As dimensões sociais e comunicativas estão associadas à intervenção do profissional desde o tratamento documental, qualquer que seja o suporte, até o processo de busca da informação, que envolve a aprendizagem.

É imprescindível ao profissional ter sabedoria em integrar elementos intelectuais, interpessoais e administrativos, prezando pela qualidade do serviço informacional e promovendo o uso eficiente do acervo, além de proteger os registros do manuseio e divulgação indevida. Assim, Bellotto (2006, p. 306) confessa que

Do arquivista depende a eficácia da recuperação da informação: sua uniformidade, ritmo, integridade, dinamismo de acesso, pertinência e precisão nas buscas, porque terá havido precisão na classificação, na avaliação e na descrição. Sua atuação pode influir – e muito – no processo decisório das organizações e nas conclusões a que chegam os historiadores a respeito da evolução e da identidade da sociedade.

A especialização na área direciona as ações para o correto tratamento informacional. Enquanto os organismos não perceberem a importância do arquivista no quadro pessoal, os problemas da acumulação desordenada ocasionarão perdas definitivas de informações.

Para modificar essa situação, as instituições de ensino precisam interagir com o mercado de trabalho. No Brasil, o Ministério da Educação - MEC define as diretrizes curriculares para a área de Arquivologia, em que o futuro profissional deve ter competência e habilidade gerais para identificar as fronteiras do campo científico, formular e exercer políticas institucionais, desenvolver e utilizar novas tecnologias, traduzir as necessidades dos indivíduos. A específica relaciona compreender o estatuto probatório do documento

arquivístico, identificar o contexto de produção de documentos, realizar operações de arranjo, descrição e difusão. (BRASIL, 2001).

No entanto, observa-se que dentre essas aptidões, não constam desenvolver atividades sociais e pedagógicas. A promoção de visitas guiadas, exposições e conferências aproximam o arquivo e a comunidade, introduzindo a realidade social para incentivar a busca da informação. A arte de ensinar conduz o homem a pensar e a questionar, libertando-se da rigidez de algumas estruturas sociais.

Por isso, a Resolução da Câmara do Ensino Superior n.º 20, de 13 de março de 2002, determina que o projeto pedagógico da formação acadêmica e profissional deve contemplar o perfil dos formados, competências e habilidades gerais e específicas, conteúdo curriculares de formação geral e específico, formato dos estágios, atividades complementares, estrutura do curso e formas de avaliação. (BRASIL, 2002).

Assim, o ensino é um dos principais meios de formação pessoal e profissional, e os docentes precisam manter a qualidade da educação e incentivar a reflexão crítica, necessária as inovações e ao desenvolvimento social. É comprovado que o educador é capaz de influenciar decisivamente a vida de um estudante, inclusive demonstrando atitudes éticas e caminhos para a pesquisa científica.

Mesmo com a presença tecnológica, nota-se que o profissional não necessita ter conhecimentos aprofundados de interoperabilidade de sistemas de informação, protocolos de comunicação, linguagens de sistemas operacionais. Eles necessitam conhecer os softwares da área, inclusive os arquivos abertos (*open archives*), e trabalhar com uma equipe multidisciplinar.

6 A PESQUISA

Este capítulo refere-se à própria pesquisa de campo, delimitando o universo, os procedimentos metodológicos adotados para se alcançar os objetivos propostos, os resultados obtidos com a coleta de dados e o processo de análise.

6.1 Universo

A pesquisa visou verificar a mediação da informação nas redes de arquivos históricos, considerando a aplicação da teoria arquivística na organização do acervo disponibilizado e a atuação do arquivista, demonstrando que o diálogo se constrói com a Ciência da Informação, contribuindo com a teoria e prática profissional.

6.2 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos na pesquisa tiveram por base o levantamento e técnica de coleta de dados. A **técnica de observação direta** foi realizada através da observação sistemática estruturada:

- a) Nas redes de arquivos históricos selecionadas. Período de julho de 2014 até março de 2015.
- b) Procedimentos técnicos arquivísticos utilizados pelo profissional nas redes de arquivos históricos: produção, tratamento e acesso à informação. Período de julho de 2014 até março de 2015.
- c) Processo de mediação da informação que auxilia a busca da informação pelo usuário, destacando-se a mediação máquina e a mediação humana (arquivista). Período de julho de 2014 até março de 2015.

Para a coleta de dados, utilizou-se o “Roteiro de observação sistemática das Redes de Arquivos Históricos” (APÊNDICE), que contemplou os seguintes itens:

- a) informações da página principal das redes de arquivos históricos;
- b) administração das redes, histórico e políticas (adesão de membros, conteúdo e acesso e uso da informação);

- c) instituições arquivísticas participantes, considerando a quantidade, identificação dos membros, *links* de direcionamento;
- d) fundos e coleções;
- e) publicações;
- f) elementos sobre busca e recuperação da informação;
- g) elementos sobre o *layout* (desenho *web*);
- h) comunicação com os usuários;
- i) conteúdo do acervo das redes;
- j) Mediação humana nas redes.

A **análise de alguns documentos** disponibilizados pelas redes de arquivos históricos ocorreu no período de março a abril de 2015 e apreciou a perspectiva política, social e cultural que despertam um interesse ou significado para o usuário. Assim, a escolha sucedeu de maneira intencional, selecionando manuscritos, fotografias, gravuras, tendo como fonte as exposições virtuais das redes de arquivos. Essa estratégia foi utilizada por ser similar a forma como o usuário comum realiza a busca e se apropria da informação.

A análise de dados consistiu na descrição das redes de arquivos históricos selecionadas, observando a estrutura, conteúdo e tipos de mediação da informação. O processo considerou as técnicas e princípios arquivística adotadas nas redes, atuação profissional dos arquivistas (quanto às normas, conduta ética, qualificação), apreciação dos documentos em relação ao valor da informação, a inserção dessas redes dentro das redes sociais, tipos de busca (simples e avançada), interatividade da interface para o usuário e formato dos documentos digitais.

6.3 Resultados Obtidos

A pesquisa realizada reúne resultados que são apresentados por etapas, considerando a definição do objeto de estudo, a identificação e descrição das redes de arquivos históricos (por ordem alfabética), a avaliação comparativa e aplicação da teoria arquivística.

6.3.1 Objeto de Estudo

Diante da sociedade em rede e do ciberespaço, é interessante esboçar a realidade brasileira com referência a redefinição do arquivo tradicional a partir do uso das tecnologias

de informação e da comunicação. Assim, no período de março a junho de 2014, foram mapeadas na *internet* as redes de arquivos históricos brasileiros, para identificar a viabilidade da pesquisa.

Desta forma, utilizaram-se as ferramentas universais, *Yahoo!* (www.yahoo.com) e *Google* (www.google.com.br), e *sites* de instituições arquivísticas e associações de arquivistas que poderiam indicar *links* relacionados à área de cultura e informação.

Como resultados encontrados, 4 (quatro) redes brasileiras, sendo 2 (duas) em funcionamento e as outras 2 (duas) em fase de implantação, concepção conceitual. Devido a este número de amostra, optou-se por ampliar a busca para as redes de arquivos internacionais.

No período de julho de 2014 até março de 2015, realizou-se a pesquisa usando as palavras-chave rede de arquivos e rede de informação, em português, e suas traduções em espanhol (*red de archivos*), inglês (*network record e network archives*), francês (*réseau d'archives*) e italiano (*rete degli archivi*).

Assim, os *sites* indicados pelas ferramentas foram superiores a 1.500 (mil e quinhentos), acessados um a um. O Quadro 4 apresenta o resultado da triagem das redes de arquivos localizadas, sendo um total de 29 (vinte e nove) redes: 25 (vinte e cinco) internacionais e 4 (quatro) brasileiras.

Quadro 4 - Relação das Redes de Arquivos Históricos localizadas na *internet*
(continua)

INTERNACIONAIS			
Rede de Informação	Quantidade de membros	Link	Idioma
APEX - Archives Portal Europe network (União Europeia)	3538	http://www.archivesportaleurope.net/ http://www.apex-project.eu/	Inglês Português + 23 línguas
ARCHEION – Archives Association of Ontario (Canadá)	171	http://www.archeion.ca/	Inglês Português + 7 línguas
ArchiRed – Red de Archivos de Puerto Rico (Porto Rico)	12	https://archiredpr.wordpress.com/	Espanhol
ARCHIVES CANADA – Réseau canadien d'information archivistique (Canadá)	+ de 800	http://www.archivescanada.ca/	Francês Inglês
ArchivNet – Archives Austrian Online (Austria)	7	http://www.archivnet.at/	Inglês Alemão
Centro Rete Biellese Archivi Tessile e Moda (Itália)	20	http://www.archivitessili.biella.it/site	Italiano Inglês
Direzione Generale per gli Archivi (Itália)	6	http://archivi.beniculturali.it/	Italiano
IBERARCHIVOS - Rede Iberoamericana de Arquivos	18	http://www.iberarchivos.org/ (concepção conceitual)	Espanhol Português

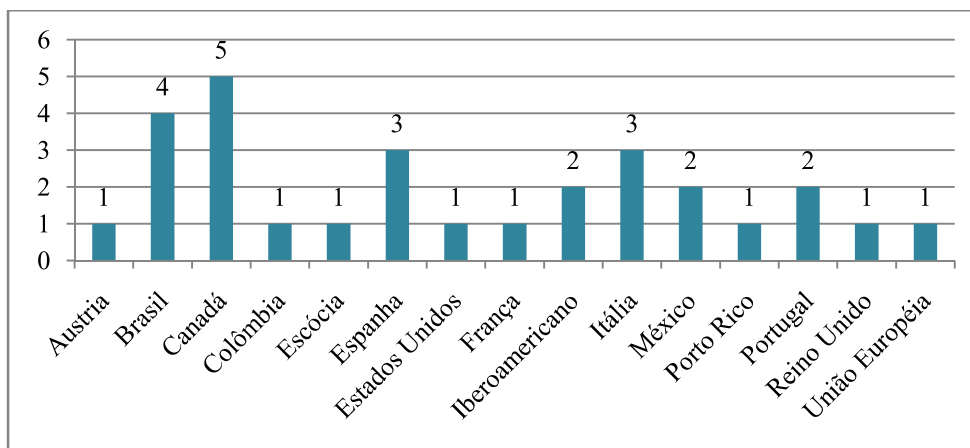
(conclusão)

INTERNACIONAIS			
Rede de Informação	Quantidade de membros	Link	Idioma
National Archives and Records Administration (Estados Unidos)	11	http://www.archives.gov/	Inglês Espanhol
PARES - Portal de Archivos Españoles (Espanha)	+ de 3.538	http://pares.mcu.es/	Espanhol
RAALG – Rede de Arquivo do Algarve (Portugal)	16	https://rededearquivosdoalgarve.wordpress.com	Português + 4 línguas
RADI – Red de Archivos Diplomáticos IberoAmericanos (Iberoamericano)	21	http://archivosiberoamericanos.org/	Espanhol
RAQ - Réseau des services d'archives du Québec (Canadá)	21	http://archivisteraq.com/	Francês
RDAQ – Réseau de diffusion des archives du Québec (Canadá)	255	http://rdaq.banq.qc.ca/accueil/	Francês
Red de Archivos de los Centros de Integración Juvenil (México)	-	(concepção conceitual)	Espanhol
Red de Archivos Historicos de Comisiones Obreras – CC.OO (Espanha)	6	http://www.archivoshistoricos.ccoo.es/	Espanhol
Red de Archivos Históricos de la UGT (Espanha)	15	http://archivos.ugt.es/	Espanhol
Réseau d'Archives des francophonies nord-américaines (Canadá)	14	http://www.cfqlmc.org/reseau-des-archives (concepção conceitual)	Francês
Rete degli archivi Per non dimenticare (Itália)	25	http://www.memoria.san.beniculturali.it/web/memoria/home	Italiano
RIAH – Red Institucional de Archivos Históricos (México)	-	http://www.decanato.ipn.mx/central11a.htm (concepção conceitual)	Espanhol
RNA - Red Nacional de Archivos (Colômbia)	-	http://www.archivogeneral.gov.co/RNA-archivos (concepção conceitual)	Espanhol
RPA – Rede Portuguesa de Arquivos (Portugal)	27	http://portal.arquivos.pt/	Português Inglês
SIAF - Le Service Interministériel des Archives de France (França)	97	http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/	Francês
The National Archives (Reino Unido)	+ de 2000	http://www.nationalarchives.gov.uk/archives-sector/	Inglês
Scottish Archive Network (Escócia)	52	http://www.scan.org.uk/	Inglês
NACIONAIS			
Rede de Informação	Qt. membros	Link	Idioma
Memórias Reveladas - Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas	89	http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home	Português
PESQUISARQH - Rede de cooperação interinstitucional do Arquivo Edgard Leuenroth – AEL e o Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp - São Paulo	5	http://www.unicamp.br/sahu/	Português
RAMG – Rede de Arquivos de Minas Gerais	-	- (concepção conceitual)	Português
Rede Memorial - Rede Nacional das Instituições Comprometidas com Políticas de Digitalização dos Acervos Memoriais do Brasil	31	http://redememorial.org.br/ (concepção conceitual; problemas no site)	Português

Fonte: Elaboração da autora, 2015.

Com referência a localização geográfica (Gráfico 1), Canadá, Brasil, Espanha e Itália destacam-se com a inclusão de redes de arquivos, seguidos por México, Portugal e Nações Iberoamericanas.

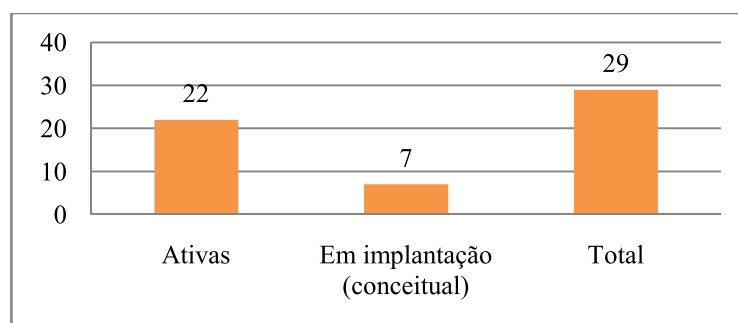
Gráfico 1 - Redes de Arquivos Históricos localizadas na *internet* por região geográfica



Fonte: Pesquisa da autora, 2015.

Esse dado é relevante para demonstrar que as instituições arquivísticas brasileiras estão se esforçando para acompanhar a tendência mundial de utilização das redes de informação para promover o acesso à informação. Tanto que, das 29 (vinte e nove) redes, 5 (cinco) apresentam mais de 200 membros e 9 (nove) oferecem no mínimo dois idiomas, enfatizando que as redes são criadas para atender as diferentes culturas e os mais diversos usuários, ultrapassando fronteiras.

No entanto, o Gráfico 2 mostra que das redes relacionadas, 22 (vinte e duas) estão em funcionamento e 7 (sete) em fase de implantação, expondo a concepção conceitual, ou seja, o projeto, com metas e objetivos, membros participantes e tipos de serviços e produtos a serem disponibilizados. Assim, IBERARCHIVOS (Iberoamericana), *Red de Archivos de los Centros de Integracion Juvenil* (México), *Réseau d'Archives des francophonies nord-américaines* (Canadá), RIAH (México), *Red Nacional de Archivos* (Colômbia), RAMG (Brasil) e Rede Memorial (Brasil) apresentam as primeiras etapas da institucionalização, visando diminuir os problemas e dificuldades na consolidação das redes.

Gráfico 2 - Redes de Arquivos Históricos localizadas na *internet*

Fonte: Pesquisa da autora, 2015.

Diante desses valores, estabeleceram-se os seguintes critérios para a escolha das redes de arquivos históricos a serem estudadas:

- a) *site* em funcionamento;
- b) *site* em língua portuguesa, inglês, francês e espanhol;
- c) *site* que disponibiliza documentos sobre o Brasil e/ou participação de arquivos históricos brasileiros;
- d) descrição do acervo arquivístico e acesso *on-line* as fontes primárias;
- e) Redes não pertencentes a arquivos nacionais.

De acordo com as especificações acima, o Quadro 5 apresenta a seleção das 10 (dez) redes de arquivos históricos, nosso **objeto de estudo**:

Quadro 5 – Relação das Redes de Arquivos Históricos a serem examinadas na pesquisa

	Sigla	Nome da rede de arquivos históricos	Abrangência
1	Memórias Reveladas	Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas	Brasil
2	PESQUISARQH	Rede de cooperação interinstitucional do Arquivo Edgard Leuenroth – AEL e o Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp – São Paulo	Brasil
3	ARCHEION	<i>Archives Association of Ontario</i>	Canadá
4	Archives Canada	<i>Réseau Canadien d'Information Archivistique</i>	Canadá
5	RDAQ	<i>Réseau de Diffusion 82u82 Archives 82u Québec</i>	Canadá
6	PARES	<i>Portal de Archivos Españoles</i>	Espanha
7	RADI	<i>Red de Archivos Diplomáticos IberoAmericanos</i>	Iberoamericano
8	RAALG	Rede de Arquivo do Algarve	Portugal
9	RPA	Rede Portuguesa de Arquivos	Portugal
10	APEX	<i>Archives Portal Europe Network</i>	União Europeia

Fonte: Pesquisa da autora, 2015.

6.3.2 Identificação e descrição das Redes de Arquivos Históricos

A tecnologia da informação e da comunicação direciona as novas formas de organizações sociais, de produção de conhecimento e de armazenamento e uso da informação. Assim, as unidades de informação utilizam-se das ferramentas tecnológicas para projetar-se na comunidade virtual, inicialmente a partir dos *sites* institucionais e através da *web* 2.0, nas redes sociais.

Por permitir a interação e o compartilhamento, as redes de informação entre instituições arquivísticas configuram-se como o ideal da inteligência coletiva, porque apresentam-se como novo modelo de acesso à informação, cuja estrutura formal conecta hierarquicamente diversos arquivos com objetivos comuns.

No entanto, para a formação de redes é necessário, inicialmente, refletir sobre um modelo operacional e conceitual, diante das novas demandas dos públicos envolvidos, e posteriormente, os arquivos permanentes devem ser organizados, de acordo com a Teoria Arquivística, e institucionalizados na sociedade, em que o tradicional é o alicerce para o virtual.

As redes de arquivos históricos, por interligar *on-line* diversos nós, motivadas por temáticas recorrentes e/ou serviços especializados, são criadas para atender as necessidades informacionais do público, em um espaço desterritorializado e com acesso remoto. Representam a mediação da informação, por ter a interferência do profissional da informação no processo de busca e apropriação da informação do indivíduo.

É nesse ambiente que as relações pessoais são intensificadas, sobretudo nos canais informacionais mediados por computadores, com o processo comunicacional ágil, que envolve as redes informacionais.

Dessa maneira, as redes de arquivos históricos estudadas são identificadas por ordem geográfica e de acordo com o roteiro de observação (Apêndice). A descrição segue as seguintes categorias: informações da página principal, administração da Rede, instituições arquivísticas participantes, fundos e coleções, publicações, elementos sobre busca e recuperação da informação, elementos sobre o *layout* (desenho *web*) da rede, comunicação com o usuário, conteúdo do acervo e mediação humana. Essas informações fornecem subsídios para perceber os aspectos sociais que influenciam a construção do conhecimento individual e coletivo e justificam a implantação das redes.

Deste modo, por questão de método, as redes mais relevantes foram selecionadas no âmbito nacional e internacional.

6.3.2.1 Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil - Memórias Reveladas

Memórias Reveladas configura-se como uma Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas, criada pela Portaria nº 204, de 13 de maio de 2009 e implantada pelo Arquivo Nacional.

O objetivo é reunir e difundir informações sobre os fatos da história política do Brasil, da época da ditadura militar. A intenção é fazer garantir “o direito à verdade e à memória”, cumprindo o acesso à informação e o serviço da cidadania.

A Rede foi idealizada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2005, e teve como ação imediata o recolhimento para o Arquivo Nacional de documentos históricos dos órgãos extintos: Agência Brasileira de Inteligência, Conselho de Segurança Nacional, Comissão Geral de Investigações e Serviço Nacional de Informações. Em 2009, criou-se o Centro de Referência Memórias Reveladas, responsável por custodiar acervos doados pela sociedade brasileira sobre o regime militar.

O tratamento dos acervos contou com a captação de recursos através da Lei Rouanet (Lei nº 8.313/91), em que os patrocinadores investiam na contratação, treinamento de equipes, aquisição de equipamentos e materiais de consumo.

Observa-se que Memórias Reveladas promove eventos (premiação de monografias, seminários internacionais, exposições, oficinas) e publicações de livros, como ações para aproximar a sociedade dos arquivos e estimular as pesquisas na área de história, sociologia, antropologia, ciência política e direito.

Apresenta organização hierárquica gerenciada pelo Arquivo Nacional, promovendo treinamentos em diversas regiões brasileiras para qualificar técnicos e difundir as boas práticas nos campos da Arquivologia.

Itens observados:

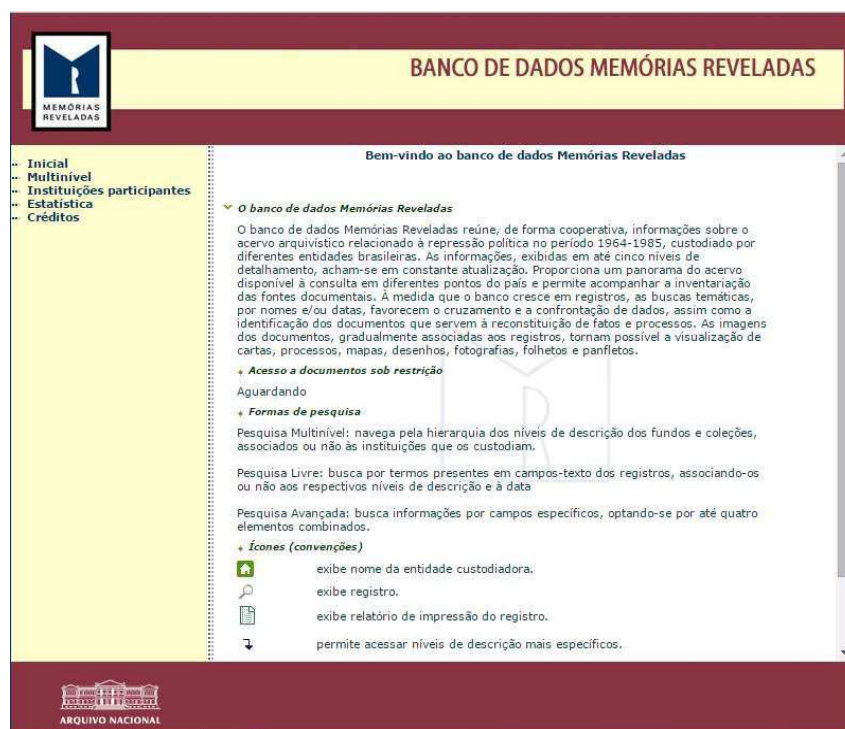
- a) *Membros da Rede*: 89 (oitenta e nove) instituições arquivísticas do Brasil e exterior.
- b) *Página principal da Rede*: apresenta logomarca, espaços para notícias, buscadores internos e no próprio banco de dados, *hiperlinks* na parte superior e inferior. Apesar de ser um portal simples, é carregado de informações: perfil, memórias, publicações, sala de aula (em construção), banco de dados.

O item “perfil” direciona o usuário para a estruturação da Rede e seu conteúdo, onde se encontra a apresentação, histórico, objetivos, ações, estrutura organizacional, prêmios, legislação, participantes e parceiros. O ícone “memórias” inclui documentos digitalizados, como as rotas das passeatas e manifestações no Rio de Janeiro em 1968, áudios com o

discurso do deputado Francisco Julião (em 1964, na Câmara dos Deputados), vídeos documentários e gravações dos eventos realizados pela Rede, exposições virtuais e campanhas. As “publicações” fazem referência a Revista Anistia Política e Justiça de Transição, Revista do Arquivo Público Mineiro, Revista Acervo, ao Jornal Ex- (publicado entre 1973 e 1975), e 26 livros que abordam o processo da ditadura militar no País.

c) *Elementos sobre busca e recuperação da informação*: o banco de dados (Figura 3) é a plataforma para consulta ao acervo.

Figura 3 - Memórias Reveladas: banco de dados



Fonte: Memórias Reveladas (<http://www.an.gov.br/mr/Seguranca/Principal.asp>), 2015.

A pesquisa pode ser efetuada de três formas: multinível, através da hierarquia da descrição dos fundos e coleções; livre, por termos, associados ou não ao nível de descrição, instituição arquivística e data-limite; e avançada, com campos específicos combinados, tais como: nível, instituição, cargo, gênero documental, espécie documental, formato, forma de escrita, idioma, estado de conservação, estágio de tratamento documental, título, código de referência, local de produção, data-limite.

d) *Fundos e coleções*: contém documentos sobre os anos de 1960 a 1980, época das lutas de resistência à ditadura militar, da censura e da violação dos direitos políticos, custodiado por diferentes entidades brasileiras.

O banco de dados oferece a opção estatística, mostrando que 415.678 registros foram publicados na base (entre descrição do documento e a imagem digitalizada), pertencentes a 232 fundos, 395.105 dossiês e 20.341 itens documentais, e a seleção de gráficos para ilustrar os resultados.

Ao realizar uma busca multinível por Fundo/Coleção (nível 1) e instituição (todas), o resultado foi de 231 documentos. Deste, escolheu-se o título Memória Sindical de Santos – 1930-1964, apresentado na Figura 4.

Figura 4 – Memórias Reveladas: descrição Fundo Memória Sindical de Santos

Consulta Multinível - Google Chrome
www.an.gov.br/mr/Multinivel/Exibe_Pesquisa.asp?v_CodReferencia_ID=33311

1.3.1 - Data de Produção
Inicial: 1990 Final: 1997

1.3.2 - Data de Assunto
Inicial: 1930 Final: 1964

1.5 - Dimensão e suporte

2 - ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 - Nome(s) do(s) Produtor(es)

2.2 - História administrativa / biografia
A Fundação Arquivo e Memória de Santos teve início em 1992, quando foi criado o Centro de Memória, então vinculado à Secretaria Municipal de Cultura. Passou a denominar-se Centro de Memória Cultural, em abril de 1993 e a responder à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. No final de 1994, passou à subordinação da Secretaria Municipal de Administração e recebeu o nome de Centro de Memória e Arquivo. Em 1995 a Administração Municipal, atribuiu autonomia administrativa e maior liberdade na busca de recursos humanos, técnicos e financeiros ao Centro de Memória, criando assim a Fundação Arquivo e Memória de Santos - FAMS. Coleção Memória Sindical - 1930/1964: A história do movimento operário de Santos remete ao último quartel do século XIX, quando a cidade passou por imensas transformações. Nesse período foi construído o cais do Porto de Santos, criado o Centro Socialista de Santos, foi o período de grandes migrações para a cidade, a São Paulo Railway para escoar o café do interior paulista, e a obra de saneamento de Saturnino de Brito. Na década de 20 surge o Partido Comunista Brasileiro (PCB) de grande influência política em Santos e na organização sindical dos trabalhadores. Na década de 30 surgem os sindicatos, que após a ditadura de Vargas adquirem grande desenvoltura. Na década de 50 o movimento sindical amplia sua atuação, sendo no porto destaque os trabalhadores ligados aos sindicatos dos Operários, da Administração (Companhia Docas de Santos) e da Estiva. Nesse período dois partidos se destacam na cidade: o Partido Comunista brasileiro (PCB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Temos na década de 60 o Fórum Sindical de Debates, e no Rio de Janeiro é criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), central única em nível nacional, presidida pelo estivador santista Osvaldo Pacheco da Silva. Esse processo tem uma interrupção violenta com o golpe militar de 1964. O Projeto procurou estudar o período de 1930 a 1964 privilegiando os depoimentos dos chamados líderes sindicais, ou seja, dos trabalhadores com militância mais ativa nessa fase. Essa coleção tem valor importante para o Memórias Reveladas pois seus depoimentos relatam a fase dura da repressão pela qual passaram os trabalhadores de Santos na fase logo posterior ao Golpe de 64. Os depoimentos dos trabalhadores relatam as prisões torturas, perseguições, demissões e também as detenções no navio Raul Soares. Esse projeto foi coordenado pela Profª Conceição da Piedade Martins, sob a orientação do Profª Reinaldo Lopes Martins.

2.3 - História arquivística (história da acumulação)

2.3.1 - Natureza Jurídica
Pública

2.3.2 - Forma de Acumulação
Coleção

2.3.3 - Especificação da história arquivística
Acumulação decorrente do Projeto Memória Sindical de Santos 1930/1964. Iniciado na Secretaria de Cultura de Santos, o projeto foi transferido para o Centro de Memória e Arquivo de Santos, que por sua vez se transformou na Fundação Arquivo e Memória de Santos, que atualmente tem a sua guarda. Desde 1998 até 2008 a coleção sofreu desmembramentos de sua parte iconográfica e textual, que estão sendo avaliadas. Em 2008 a documentação audiovisual passou por processo de recuperação e digitalização para ser disponibilizado para consulta pública.

2.4 - Procedência

Fonte: Memórias Reveladas (<http://www.an.gov.br/mr/Seguranca/PrincipaI.asp>), 2015

A descrição informa a área de identificação, contextualização, conteúdo e estrutura, condições de acesso e uso, fontes relacionadas, notas e controle. Informações essenciais que permitem rememorar o movimento operário da cidade de Santos, em São Paulo, deste a época da produção de café até o período depois da ditadura militar, e a formação dos partidos políticos brasileiros.

e) *Comunicação com o usuário:* na página na Rede percebe-se ausência de formas de contato. No entanto, no *hiperlink* “Doe seu acervo” encontra-se orientações de como contribuir com o banco de dados, informando correio eletrônico, telefone e endereço. Utiliza-se do *YouTube* e *Facebook* para divulgar suas atividades e acervo. A página do *Facebook*, por exemplo, tem 8.440 seguidores e foi avaliada pelo público com 4.8 estrelas (máximo de 5

estrelas), em que contém 28 comentários, elogiando os serviços prestados e a importância da Rede para a sociedade: “para que os crimes da Ditadura Militar não fiquem impunes e esquecidos”.

f) *Outras informações*: é possível ter acesso ao Regimento Interno do Conselho Consultivo do Centro de Referência Memórias Reveladas. Não estão disponíveis as normas de descrição e políticas de adesão de membros.

6.3.2.2 Rede de Cooperação Interinstitucional do Arquivo Edgard Leuenroth – AEL e Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP - PESQUISARQH

O PESQUISARQH foi produzido pelo Arquivo Edgard Leuenroth e Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, representando uma rede de cooperação interinstitucional.

Com o intuito de atender a gestão dos arquivos permanentes e servir como instrumento de pesquisa dos acervos históricos da Universidade, visa satisfazer as necessidades dos seus usuários e demais envolvidos.

Em 2005, o Projeto Sistema dos Arquivos Históricos – SAH / PESQUISARQH especificava os objetivos, problematização, motivação do projeto, público-alvo, cronograma, as linhas de ações e metodologia de implantação. Esses procedimentos básicos visavam disponibilizar o acervo de forma imediata, as estatísticas de uso e acesso aos documentos e o cadastro automatizado dos pesquisadores, além de realizar periodicamente uma avaliação dos serviços prestados.

Em 2006, a Portaria GR nº 9, de 20 de fevereiro de 2006, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, determinou a criação do Comitê Gestor, responsável pelas diretrizes da Rede, bem como políticas de adesão de usuários e uso e acesso ao sistema.

A descrição arquivística é elaborada seguindo a estruturação multinível da ISAD(G), devendo ter 06 (seis) campos obrigatórios em qualquer nível de descrição: código de referência, título, produtor, data(s), dimensão e suporte, nível de descrição. Essa exigência é para facilitar a integração dos arquivos históricos e auxiliar o utilizador no processo de busca da informação.

Itens observados:

a) *Membros da Rede*: 5 (cinco) instituições, entre arquivos e centros de documentação, ligadas à UNICAMP (São Paulo).

b) *Página principal da Rede* (Figura 5): apresenta uma infraestrutura simples, com um *layout* limpo e cores claras, logomarca centralizada e fácil acessibilidade pelos *hiperlinks*.

Figura 5 - PESQUISARQH: página principal




Fonte: PESQUISARQH (<http://www.unicamp.br/sahu/index.html>), 2015.

A figura detalha as características da página principal que dispõe da apresentação da Rede, acesso ao Projeto SAH – PESQUISARQH (em PDF), orientações para o uso do sistema e ao Manual de Uso e Preenchimento dos Campos Informativos do Sistema PESQUISARQH, e contato. Ênfase nos membros e os tipos de documentos custodiados.

c) *Elementos sobre busca e recuperação da informação*: o ícone “Orientações” indica os processos de como realizar a consulta pública e o acesso restrito para os membros da Rede. De acordo com a Figura 6, a consulta pode ser simples, avançada, por acervos e listas de fundos, e é direcionada para o Sistema dos Arquivos Históricos – SAH.

Figura 6 - PESQUISARQH: orientações para o uso do sistema



PESQUISARQH Sistema de Arquivos Históricos

Home O Projeto Orientações Manual Contato

Orientações para uso do Sistema:

1 - Módulo de Consulta Pública:
Não necessita identificação e nem autorização.

+ **Consulta Busca Avançada:**

A consulta pode ser feita por qualquer campo ou combinação de campos. Se houver mais de um campo preenchido/selecionado, o resultado da consulta será a lista dos documentos que apresentam TODOS os campos que foram requisitados.

A consulta não diferencia letras maiúsculas e minúsculas.
A acentuação não interfere na consulta.
Há duas possibilidades de consulta: por palavra(s) e/ou por uma frase. Para fazer uma consulta por palavra(s), basta digitá-la(s) separada(s) por espaço em branco. A consulta por frase é feita acrescentando aspas (") como delimitador da frase.

Por exemplo: uma consulta pelos campos:

Título : "Núcleo de Estudos"
Produtor/Autor : Nucleo Estudos

Traz os documentos cujo título contenha exatamente esta parte do título "Núcleo de Estudos" e o nome do produtor/autor contenha as palavras "Nucleo" e "Estudos".

Consulta por descritores:

Os descritores são palavras-chave que representam o conteúdo de um documento.

- Descritor temático: **assuntos** relacionados ao tema do documento.
- Descritor onomástico: **nomes próprios** relacionados ao documento.
- Descritor geográfico: **locais** relacionados ao documento.
- Descritor cronológico: **datas** relacionadas ao conteúdo do documento.

Após preenchimento dos campos , clicar no botão "**Pesquisar**" para realizar a Consulta desejada.

Resultado da Busca Avançada:
Com os dados informados na tela da Consulta, o sistema exibe a Lista de Resultado com Links que, ao clicar, direciona ao detalhamento da opção desejada.

2 - Consulta Acervos:
Após seleção do arquivo desejado, escolher o Fundo, clicar no botão "Pesquisar" e o sistema exibirá o Arranjo do Fundo selecionado.

3 - Consulta Simples:

- A Consulta Simples foi desenvolvida como ferramenta de consulta simplificada aos dados. A pesquisa será feita nos campos: Código de referência, Título, Data, História administrativa/Biográfica, Procedência, Âmbito e conteúdo, Local, Notas e Descritores (Onomásticos, Temáticos, Geográficos e Cronológicos).
- A consulta não diferencia letras maiúsculas e minúsculas.
- A acentuação interfere na consulta.

Após preenchimento dos campos , clicar no botão "**Pesquisar**" para realizar a Consulta desejada.

Resultado da Consulta Simples:
Com os dados informados na tela da Consulta Simples, o sistema exibe a Lista de Resultado com Links que, ao clicar, direciona ao detalhamento da opção desejada.

Fonte: PESQUISARQH (<http://www.unicamp.br/sahu/orientacoes.html>), 2015.

A pesquisa simples, o usuário é obrigado a escolher a instituição arquivística e a palavra-chave. A avançada contém campos específicos, tais como nível de descrição, data-limite, termos temático, geográfico, onomástico (nomes próprios), e gênero documental (audiovisual, eletrônico, iconográfico, fonográfico, multimeios, textual e tridimensional); a terceira identifica a instituição de custódia e o fundo documental; e, a última, seleciona-se a instituição para gerar o guia de fundo e/ou coleção, que é baixado automaticamente em formato PDF, apresentado a descrição detalhada de todos os fundos.

d) *Fundos e coleções:* tem a descrição do documento e imagens digitalizadas. Conta com o acervo das instituições parceiras e arquivos pessoais de cientistas brasileiros, docentes e servidores da UNICAMP. Existe uma variedade de documentos a partir de 1904, incluindo

os primeiros centros técnicos de São Paulo, a Associação Brasileira de Antropologia, Banco Comércio e Indústria de São Paulo S. A, entre outros organismos.

e) *Comunicação com o usuário*: é realizado por formulário (envio de dúvidas, sugestões ou críticas). Nota-se a ausência de ferramentas da *web 2.0*, como meios para aproximar o usuário do sistema e avaliar os serviços prestados.

f) *Outras informações*: a Rede disponibiliza o Projeto SAH – PESQUISARQH e Manual de Uso e Preenchimento dos Campos Informativos do Sistema PESQUISARQH.

6.3.2.3 Archives Association of Ontario – ARCHEION

A ARCHEION foi desenvolvida pela Associação dos Arquivistas de Ontário – AAO, para possibilitar o acesso a descrições de documentos arquivísticos de empresas, indivíduos, famílias e organizações de todos os períodos da história da província de Ontário (Canadá).

Com o objetivo de promover a preservação e utilização do patrimônio documental de Ontário, foi criada para valorizar o conhecimento especializado do arquivista. Assim, a AAO oferece programas educativos e de assistência aos arquivistas, como treinamento *on-line*, cursos, workshops e outros eventos, a fim de manter padrões profissionais para os procedimentos e práticas em arquivos históricos.

O histórico da Rede não foi localizado, nem mesmo na AAO que centraliza a administração e orienta o gerenciamento de informações, com base no Código de Conduta que tem o poder de regular as normas de participação, políticas de acesso e uso dos documentos.

O *site* usa os *softwares* do Conselho Internacional de Arquivos – Acesso à Memória – *ICA-AtoM* e *Qubit*, que são aplicativos de código aberto, baseados em padrões para a descrição arquivística num contexto multilíngüe e ambiente multiarquivos, que servem para hospedar *on-line* conjuntos de recursos informacionais, a exemplo de fotografias, vídeos, livros, áudios, mapas, diários e a descrição de acervos.

Itens observados:

a) *Membros da Rede*: são 171 instituições arquivísticas públicas e privadas que participam da AAO e elegíveis para serem incluídas no ARCHEION.

b) *Página principal da Rede*: é simples e objetiva, com breve apresentação, logomarca, buscadores internos, relação dos documentos mais visitados na semana, acesso ao sistema por *login* e idiomas (inglês, francês, holandês, português, finlandês, tcheco, eslovaco).

c) *Elementos sobre busca e recuperação da informação*: a pesquisa pode ser simples, colocando o assunto de interesse, e avançada, desempenhada pelo objeto informacional, pessoa/organização, repositório, assuntos, locais, objeto digital.

A busca por “objeto informacional” (Figura 7) aparece 31.361 resultados. No lado esquerdo, indica-se a quantidade de documentos por idiomas, entidades custodiadoras, órgão produtor, local do órgão produtor, por assuntos, nível de descrição (item, fundo, série, dossiê/processo, subsérie, coleção, seção/subfundo, parte), e tipos de mídias (imagens, textos, áudio, vídeo). Na parte central, a relação dos registros por ordem alfabética do título, informando o código e nível de descrição.

Figura 7 - ARCHEION: pesquisa por objeto informacional

The screenshot shows the ARCHEION website interface. The browser address bar displays 'www.archeion.ca/informationobject/browse'. The page header includes the ARCHEION logo and navigation options like 'Buscar' and 'Navegar'. The main content area shows 'Mostrar 31361 resultados' for 'Objeto informacional'. On the left, there are filters for 'IDIOMA' and 'ENTIDADE CUSTODIADORA'. The 'IDIOMA' filter shows 31361 results for 'Únicos registros', 31349 for 'Inglês', 140 for 'francês', 8 for 'eslovaco', and 8 for 'finlandês'. The 'ENTIDADE CUSTODIADORA' filter lists various institutions with their respective result counts. The main results list shows '11617 results with digital objects' and includes entries such as 'City of Kitchener - Municipal Elections fonds', 'John W. Mayne fonds', and 'Inspection Board of the United Kingdom and Canada fonds'. Each entry provides a brief description and the CA ID number.

Fonte: ARCHEION (<http://www.archeion.ca/>), 2015.

Caso a consulta seja por “pessoa/organização”, aparecem 13.954 indicações, por idioma (inglês, francês, eslovaco, finlandês) e tipo de entidade (entidade coletiva, pessoa e família). Em “repositórios”, exhibe-se 171 instituições e categorias com informações da instituição, tipo de acervo e contato. O item “locais” mostra 2.777 resultados para os termos geográficos.

d) *Fundos e coleções*: acessível a descrição do documento e a imagem digitalizada. Como exemplo, a Figura 8 mostra a descrição completa do Fundo Marcel-Roussin.

Figura 8 - ARCHEION: descrição do Fundo Marcel-Roussin

The screenshot shows the ARCHEION website interface. The main content area is titled 'Fundo P232 - Fonds Marcel-Roussin'. It features a dropdown menu for 'Other languages available'. The metadata is organized into several sections:

- Area do título e menção de responsabilidade:**
 - Título próprio: Fonds Marcel-Roussin
 - Nível de descrição: Fundo
 - Entidade detentora: University of Ottawa, Centre for Research on French Canadian Culture
 - Código de referência: CA ON00341 P232
- Zona de datas de criação:**
 - Data(s): [ca 1926]-1990 (Produção)
- Zona de descrição física:**
 - Descrição física: 2,875 m linéaires de doc. textuels Env. 260 doc. photographiques 6 doc. sonores
- Zona da descrição do arquivo:**
 - Nome do produtor: Roussin, Marcel, 1918-1993
 - História biográfica: Roussin, Marcel. Fonctionnaire et professeur. Joliette (Québec), 12 mai 1918 - Ottawa (Ont.), 18 novembre 1993. Fils d'Eugène G. Roussin et de Marie-Anne Riopel; marié à Bernadette Gaudet, 1917-11 juin 2003. Institut Saint-Viateur, Joliette, certificat d'...
 - Âmbito e conteúdo: Le fonds témoigne surtout de l'intérêt et des activités de Marcel Roussin

On the right side, there are options for 'Relatorios', 'Exportar' (Dublin Core 1.1 XML, EAD 2002 XML), and 'Related people and organizations' (Roussin, Marcel, 1918-1993 (Produtor)).

Fonte: ARCHEION (<http://www.archeon.ca/>), 2015.

A imagem apresenta informações sobre a área do título e menção de responsabilidade, datas de criação, descrição física e do arquivo, notas, pontos de acesso, metadados (pontos de referência) do objeto digital, código de classificação e localização. Dispõem de *link* de direcionamento para a instituição, opções de impressão e exportação da descrição.

e) *Comunicação com o usuário:* utiliza-se o correio eletrônico e o *Facebook* da Associação dos Arquivistas de Ontário.

f) *Outras informações:* os documentos sobre a constituição da Rede (histórico, ano de fundação, missão) não foram localizados.

6.3.2.4 Réseau Canadien d'Information Archivistique - Archives Canada

A Rede Canadense de Informação Arquivística foi lançada em 20 de outubro de 2001, pelo Conselho Canadense de Arquivos – CCA, com o nome *Canadian Archival Information Network* – CAIN. Como prioridade, visava melhorar a administração e eficiência dos arquivos, a partir de políticas e programas para o desenvolvimento de um sistema de arquivo.

O objetivo do CCA é utilizar as ferramentas tecnológicas (a *internet*) para proporcionar ao público canadense o acesso ao maior número de documentos históricos e desempenhar um papel importante na promoção de valores compartilhados para a aquisição de recursos e conhecimentos técnicos.

As normas de descrições e as regras de adesão de membros não são referenciadas na Rede, embora no *site* do CCA encontre as Normas de Descrição Arquivísticas Internacionais (ISAD(G), ISAAR(CPF)) e as canadenses.

O Conselho Canadense de Arquivos assume a centralização da Rede, oferecendo um diálogo direto com participantes e usuários e orientando os procedimentos técnicos para a inclusão das instituições arquivísticas. Dentre suas ações, incentiva a utilização dos arquivos para o público escolar, em que o arquivista utiliza-se de fontes primárias nas aulas de História.

A *Archives Canada* obtém apoio governamental, da Associação Canadense de História, conselhos provinciais de arquivos e associações de arquivistas.

Itens observados:

a) *Membros da Rede*: mais de 800 instituições arquivísticas canadenses, tais como arquivos das províncias e territórios, empresas privadas, instituições de ensino e religiosas.

b) *Página principal da Rede*: o primeiro acesso pergunta o idioma desejado (inglês ou francês) e, depois, redireciona para a página principal (Figura 9), com um *layout* simples, logomarca visível e um *slogan* (“Sua porta de entrada para o passado do Canadá”).

Figura 9 - Archives Canada: página principal



Fonte: Archives Canada (<http://www.archivescanada.ca/english/index.html>), 2015.

A figura mostra a apresentação da Rede, os benefícios oferecidos aos usuários e imagens de pessoas com frases justificando o porquê acessam o *site* (para a pesquisa escolar e acadêmica e curiosidades). As seções indicam a busca nos arquivos, os membros da Rede por regiões, exposição virtual de documentos, *links* das instituições, ajuda, contato, informações sobre a Rede, pesquisa de usuário e instituições parceiras.

c) *Elementos sobre busca e recuperação da informação*: o item “pesquisar arquivos” dispõe da consulta simples, com orientações para os comandos gerais, e avançada que até o momento está indisponível. A ajuda informa como navegar no *site*, realizar a busca, formas de apresentação dos resultados e descrição arquivística, como localizar e salvar os registros e enviá-los por *e-mail*.

d) *Fundos e coleções*: existem mais de 50.000 descrições dos acervos sobre a história do Canadá, tornando acessíveis mapas, fotografias, gravações de som, vídeos. O registro acessado pode ser caracterizado como curto, com elementos de título (que é um *hiperlink* para a descrição completa), descrição física, datas e repositório. Se escolher a opção longa, observa-se uma descrição detalhada: classificação, título (do fundo ou coleção), descrição física (extensão do material por metros lineares, número de caixas, quantidades de fotografias, etc.), datas, história administrativa (breve esboço biográfico do criador e do material), alcance e conteúdo (tipos de documentos, funções e atividades), procedência (nome da pessoa física ou coletiva e família responsáveis pela criação dos registros), entre outros.

e) *Comunicação com o usuário*: através do *e-mail*, endereço e telefone. A Rede não está inserida nas redes sociais. No entanto, a pesquisa com o usuário (Figura 10) no próprio portal é uma estratégia eficiente para identificar o perfil e melhorar a prestação de serviços, sendo a participação voluntária e confidencial.

Figura 10 - Archives Canada: pesquisa com o usuário

www.archivescanada.ca/english/survey.asp

ARCHIVESCANADA.ca
Canadian Archival Information Network
Réseau canadien d'information archivistique

your gateway to Canada's past

survey

FRANÇAIS
SEARCH ARCHIVES
NETWORKS
VIRTUAL EXHIBITS
LINKS
HELP
CONTACT US
ABOUT US
SURVEY
CONTRIBUTORS SECTION
HOME

Help us improve the Archives Canada Web site!

Filling out our survey, as well as adding any comments or suggestions you may have about the Archives Canada Web site, good or bad, is very important to us.

Participation is voluntary and all answers will be kept confidential.

Please take the time to fill out the form below.

Please mark the boxes which would best describe you.

Province/Territory of residence if in Canada, country of residence if outside Canada.

Province/Territory Country

1a) Are you a frequent , occasional , or relatively new user of archives?
(Archivists please do not answer this question)

1b) In which capacities do you use the resources of the Archives Canada Web site?
(please check as many as apply)

Student, elementary school

Student, high school

CEGEP

College

Student, university undergraduate

Fonte: Archives Canada (<http://www.archivescanada.ca/english/index.html>), 2015.

As questões procuram saber qual a localização do usuário, frequência de uso de documentos arquivísticos, em que situação o usuário procura a *Archives Canada*, como ele ficou sabendo da Rede, se faz visita aos arquivos para saber sobre o passado, que tipo de informação tem interesse na Rede (genealogia, um interesse em pessoa e/ou evento, governo, organizações culturais, políticas, grupos étnicos, outros), se a pesquisa foi atendida, que tipos de documentos (fotografias, mapas, plantas arquitetônicas, dados estatísticos, documentos textuais sobre militares e imigração, títulos e registros de terra, documentos audiovisuais, história oral, documentais legais e pesquisa literária), qual a opinião sobre o banco de dados da Rede e descrições arquivísticas e sobre a página do Portal, e por fim, a qualidade dos serviços prestados na Rede.

f) *Outras informações:* os documentos de constituição da Rede não foram localizados. É interessante comentar, que a Rede interliga-se com a *Réseau de diffusion des Archives du Québec – RDAQ*.

6.3.2.5 Réseau de Diffusion des Archives du Québec – RDAQ

A *Réseau des services d'archives du Québec* – RAQ sentiu a necessidade de criar a RDAQ para divulgar e descrever fundos e coleções dos serviços de arquivo de diferentes organizações de Québec (Canadá).

Como histórico, foi idealizada em 1996, mais a sua consolidação ocorreu em 2006, com a parceria da RAQ e *Bibliothèque et Archives nationales du Québec* – BanQ, apresentando como missão, a promoção e valorização dos arquivos, intercâmbios de informação e experiências profissionais e desenvolvimento de pesquisa.

A instituição centralizadora promove eventos e atividades (cursos, treinamento, encontros) para os associados, valorizando a formação profissional e conscientizando a administração pública sobre a função do arquivista.

Para a descrição de acervos, a RDAQ utiliza a *Règles pour la description des documents d'archives* – RDDA (Regras de descrição de documentos de Arquivos), do Conselho Canadense de Arquivos, baseada na ISAD(G) e ISAD(CPF).

Como formas de participação têm-se os membros regulares, que é unidades administrativas de Quebec designadas para a conservação, tratamento e acesso aos arquivos históricos; e membros associados que são as organizações não lucrativas com a missão de valorizar a Arquivística ou a formação profissional dos arquivistas. Para se associar, deve preencher um formulário de adesão, aguardar aprovação da Assembléia Geral, e se aceito, pagar a anuidade.

Itens observados:

a) *Membros da Rede*: aproximadamente 255 parceiros de Québec.

b) *Página principal da Rede* (Figura 11): em francês, mostra-se dinâmica, com cores claras, logomarca no canto superior esquerdo, apresentação central, *hiperlinks*, novidades (a direita da tela), e logomarcas dos colaboradores.

Figura 11 - RDAQ: página principal

rdq.banq.qc.ca/accueil/

RDAQ Le Réseau de diffusion des archives du Québec

Accueil À propos de nous Recherche sur les archives Expositions virtuelles Services aux participants Contactez-nous

Accueil

Le Réseau de diffusion des archives du Québec (RDAQ) a pour objectif la mise en commun des descriptions de fonds et de collections de tous les services d'archives du Québec. Le RDAQ permet la recherche d'archives québécoises ainsi que la mise en valeur des expositions virtuelles créées par les centres d'archives québécois.

Consultez les descriptions de fonds ou de collections, de séries ou de sous-séries, de dossiers ou de pièces conservés au Québec en vous rendant à la section *Recherche des archives*. Vous y trouverez au-delà de 170 000 descriptions de documents historiques et patrimoniaux.

Pour explorer les expositions virtuelles des services d'archives, visitez la section *Expositions virtuelles*. Dans cette même section, vous y verrez l'exposition du RAQ intitulée *Coutumes et culture* regroupant des chroniques culturelles rédigées par une équipe d'ethnologues sous la direction de Martine Roberge à partir principalement des Archives de folklore et d'ethnologie de l'Université Laval.

Entrez et cherchez les documents qui ont fait l'Histoire!

La nouvelle version du RDAQ est une réalisation conjointe du Réseau des services d'archives du Québec (RAQ) et de Bibliothèque et Archives nationales du Québec (BANQ) en vertu d'une convention de partenariat et de services signée en novembre 2006.

Quoi de neuf?

Derniers fonds ajoutés

- [Fonds Cour supérieure, District judiciaire de Gaspé, Greffes de notaires](#)
- [Fonds Coté, Boivin et compagnie inc](#)
- [Fonds Centre régional d'initiation pour le progrès économique](#)
- [Fonds Centenaire du Saguenay](#)
- [Fonds Paul Prévost](#)

RAQ RÉSEAU DES SERVICES D'ARCHIVES DU QUÉBEC

Bibliothèque et Archives nationales Québec

© Le Réseau de diffusion des archives du Québec

Fonte: RDAQ (<http://rdq.banq.qc.ca/accueil/>), 2015.

A seção “Sobre nós” apresenta o histórico e o manual de orientação para descrição do acervo na RDAQ. O item “pesquisa nos arquivos” é onde realiza a busca por informações. As “exposições virtuais” subdividem-se “costumes e culturas” e “exposições dos membros”, que é o local de exibições dos únicos documentos digitalizados e a sua contextualização. O ícone “serviços aos participantes” dispõe do formulário para adesão, a *intranet* para a publicação da descrição arquivística e a lista de todos os colaboradores, em ordem alfabética.

c) *Elementos sobre busca e recuperação da informação:* a pesquisa pode ser direta, por palavra chave, ou combinada, por região administrativa, organização / arquivos e por termo de uma área de descrição. A Figura 12 é um exemplo de uma pesquisa avançada, escolhendo a região administrativa Centro de Quebec, todas as organizações. Obteve como resultado a descrição de 572 elementos, sendo 529 fundos e 43 séries.

Figura 12 - RDAQ: pesquisa avançada por região administrativa Centro de Québec

Rechercher dans les fonds :
 Rechercher dans les séries :
 Rechercher dans les dossiers :
 Rechercher dans les pièces :

Effacer Rechercher

Nombre d'éléments trouvés : 529 fonds
 43 série(s)
 0 dossier(s)
 0 pièce(s)
 Total : 572 élément(s) trouvé(s)
 Répartition : 520 fonds distinct(s)

Résultats de recherche

Résultats : ligne(s) 1 - 25 sur 635 Suivant

Organisme	Données générales			Données reliées à la recherche				
	Région	Cote	Fonds	Niv.	Numéro	Titre	Genre(s) de documents	Dates extrêmes
Séminaire de Nicolet	Centre-du-Québec	C007	FAMILLE SMITH	Fonds	C007	FAMILLE SMITH	16,1 cm de documents textuels. - 110 photographies. - 2 documents iconographiques.	1867-1974
Séminaire de Nicolet	Centre-du-Québec	C008	MME RÉNAUD CHAPDELAINÉ (Rolande Garon)	Fonds	C008	MME RÉNAUD CHAPDELAINÉ (Rolande Garon)	11 cm de documents textuels.	1873-1940
Séminaire de Nicolet	Centre-du-Québec	C026	NICOLET	Fonds	C026	NICOLET	1,10 m de documents textuels. - 858 photographies. - 29 documents cartographiques. - 1 document iconographique. - 24 cassettes audio (environ 22 h).	1801-2007
Séminaire de Nicolet	Centre-du-Québec	C027	FAMILLE KATIE PROULX	Fonds	C027	FAMILLE KATIE PROULX	2 cm de documents textuels.	1809-1921
Séminaire de Nicolet	Centre-du-Québec	C029	SOEURS DE L'ASSOMPTION DE LA SAINTE VIERGE	Fonds	C029	SOEURS DE L'ASSOMPTION DE LA SAINTE VIERGE	31 cm de documents textuels. ? 2 photographies. ? 2 cassettes audio (environ 1 h 30 min).	(1856)-2006
Séminaire de Nicolet	Centre-du-Québec	C050	JEAN-OLIVIER BRIAND	Fonds	C050	JEAN-OLIVIER BRIAND	1 cm de documents textuels.	1763-1775
Séminaire de Nicolet	Centre-du-Québec	C052	ELZÉAR-ALEXANDRE TROUSSEAU	Fonds	C052	ELZÉAR-ALEXANDRE TROUSSEAU	0,2 cm de documents textuels.	1877-1880

Fonte: RDAQ (<http://rdaq.banq.qc.ca/recherche/index.html>), 2015.

Observa-se na figura o resultado da busca, mostrando o intenso volume informacional. Se o usuário sabe o que está procurando, ele sentirá a necessidade de refinar a pesquisa, selecionando outros itens de restrição até encontrar a informação desejada e de forma rápida. No caso de ter dúvidas, se depara com uma enorme quantidade de informações e acaba por encontrar novas oportunidades de investigação.

d) *Fundos e coleções*: tem mais de 170.000 descrições de documentos históricos de Quebec, embora disponíveis poucos documentos digitalizados.

e) *Comunicação com o usuário*: através do correio eletrônico, telefone e endereço e redes sociais (*Facebook*, *twitter* e *LinkedIn*) da RAQ.

f) *Outras informações*: os documentos de constituição da Rede não foram localizados.

6.3.2.6 Portal de Archivos Españoles – PARES

O Portal de Arquivos Espanhóis foi projetado pelo Ministério da Educação, Cultura e Esporte da Espanha e gerenciado pela Secretaria de Cultura do Governo Espanhol, com o objetivo de integrar em rede os arquivos históricos para divulgar na *internet* o patrimônio histórico espanhol.

Os antecedentes do portal referem-se à informatização do Archivo General de Indias, em 1986, e a sua interligação com outros arquivos do Estado, em 1994, para a elaboração de sistemas de informação e digitalização de documentos.

As normas de descrição estão disponíveis na Rede, tais como a Norma para la elaboración de puntos de acceso normalizados, ISDIAH, ISAD(G), ISAAR (CPF) e *Norma Española de Descripción Archivística – NEDA*.

Itens observados:

a) *Membros da Rede*: 11 (onze) participantes, entre arquivos estaduais e centros de documentação da Espanha.

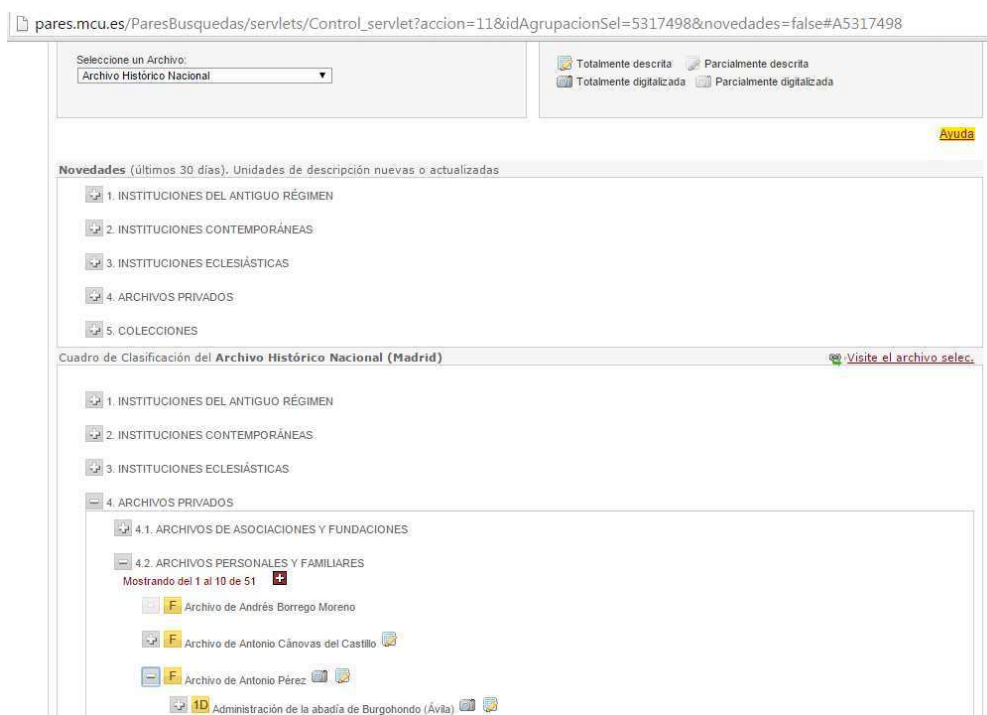
b) *Página principal da Rede* (Figura 13): em espanhol, cores em tons pastel, logomarca na parte superior ao lado direito e próxima as logos do administrador, apresentação da Rede, vídeo tutorial sobre a Rede e seus participantes, notícias de exposições e eventos, sugestões de *sites* sobre acervos arquivísticos e instituições arquivísticas.

Figura 13 - PARES: página principal

Fonte: PARES (<http://pares.mcu.es/index.html>), 2015.

c) *Elementos sobre busca e recuperação da informação*: busca simples e avançada, inclusive no inventário dinâmico, monográficos ou em outros tipos de referências, como os catálogos e guias. A Figura 14 demonstra como o usuário pode fazer uma consulta no inventário dinâmico, selecionando o *Archivo Historico Nacional*. Convém salientar que nos *links* para pesquisa, o ícone ajuda abre os manuais de orientações (em PDF), a exemplo do Manual de Busca Avançada e Manual do Inventário Dinâmico.

Figura 14 - PARES: “inventário dinâmico” - Archivo Historico Nacional



Fonte: PARES (<http://pares.mcu.es/>), 2015.

Os resultados são exibidos por novidades e por quadro de classificação, seguidos de uma legenda, ao lado direito, que informa se o acervo está totalmente ou parcialmente descrito, totalmente ou parcialmente digitalizado. Assim, o usuário poderá escolher só os que estão digitalizados ou a descrição completa.

d) *Fundos e coleções*: apresenta a descrição de acervos e documentos digitalizados, disponibilizando o acesso aos registros sobre a sociedade espanhola.

e) *Comunicação com o usuário*: por *e-mail* e redes sociais. A página do *Facebook* tem aproximadamente 10.000 curtidas e é atualizada diariamente, inclusive referenciando outros serviços de informação e dispendo imagens de alguns documentos digitalizados e sua contextualização histórica. No *YouTube*, um vídeo sobre o Portal, de 14 (quatorze) minutos de

duração, informando os participantes, objetivos, tipos de documentos, comentários de satisfação dos usuários sobre as exposições virtuais, os serviços prestados e a importância da Rede para a cultura.

f) *Outras informações*: os documentos de constituição da Rede não foram localizados, bem como as políticas de adesão dos membros e acesso e uso dos documentos.

6.3.2.7 Red de Archivos Diplomáticos IberoAmericanos - RADI

A Rede de Arquivos Diplomáticos Iberoamericanos, proposta pelo Chile, México, Uruguai e Venezuela, em 1997, foi aprovada como programa na VIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Porto - Portugal, em 1998, com o objetivo de promover a cooperação na organização, gestão, conservação e utilização de sistemas dos arquivos dos Ministérios das Relações Exteriores da América Latina e estimular a investigação sobre as relações diplomáticas dos países membros.

O trabalho colaborativo, de intercâmbio de informações e experiências, contribui para a implementação de projetos que valorizam as instituições arquivísticas e a formação especializada em documentos diplomáticos.

Dentre as linhas de ação, destaca-se a realização de reuniões anuais, para informar sobre os progressos do programa e partilhar experiências, diagnóstico de avaliação das condições e necessidades específicas de cada membro, incentivo aos países participantes a fazer contribuições financeiras para a manutenção da Rede, financiamento de projetos de preservação e digitalização de documentos e formação de arquivistas.

A Rede é coordenada por uma administração central (a Secretaria Executiva), eleita por Assembléia Geral. Atualmente, o Ministério de Relações Exteriores do Peru assume o gerenciamento.

Segundo o *Informe Anual* de 2013 da RADI, a página da *web* atingiu o total de 3.960 visitantes e, na Aula Virtual (Academia) tem 595 utilizadores cadastrados, que fazem os cursos destinados a descrição, tipologia documental e documentos eletrônicos. Desta forma, a divulgação da Rede acontece principalmente nos eventos científicos da área de Arquivologia (congressos, encontros e simpósios).

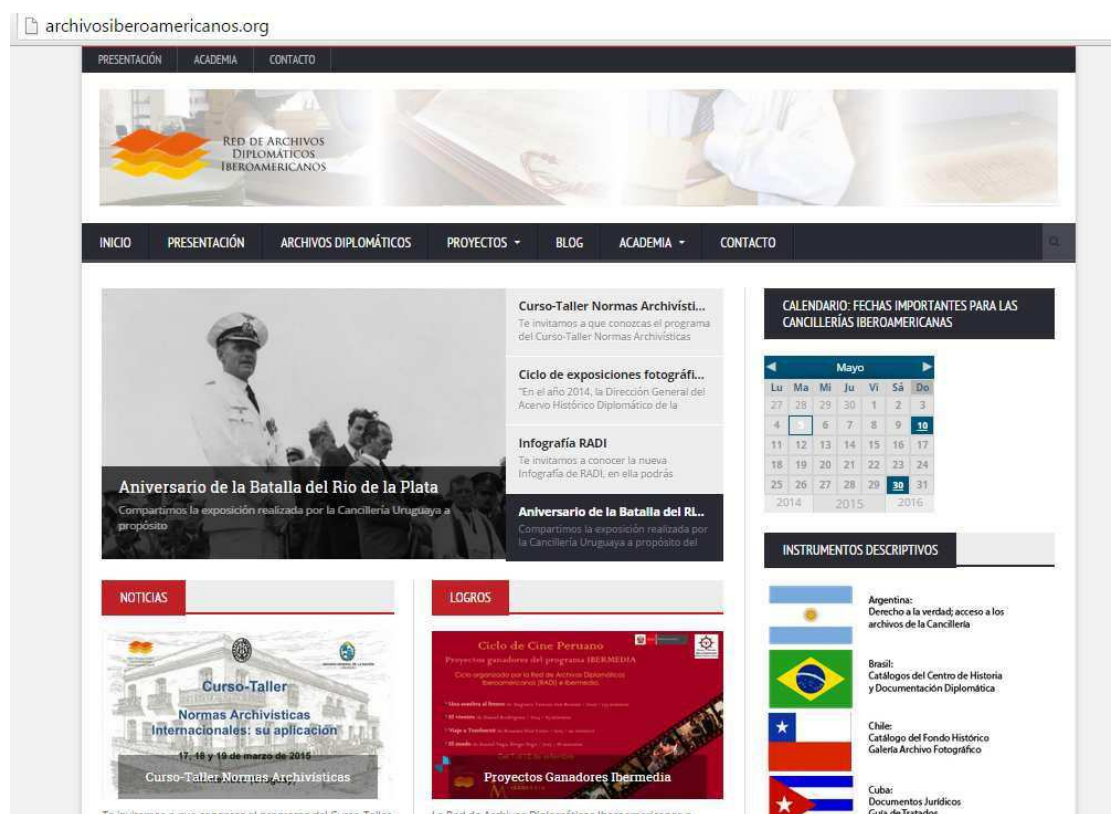
Itens observados:

a) *Membros da Rede*: 21 (vinte e um) países membros: Argentina, Brasil, Bolívia, Costa Rica, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras,

México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

b) *Página principal da Rede* (Figura 15): em espanhol, com logomarca destacada na parte superior e no lado esquerdo, com notícias sobre os eventos e atividades realizadas pela Rede.

Figura 15 - RADI: página principal



Fonte: RADI (<http://archivosiberoamericanos.org/>), 2015.

A página expõe um calendário para marcar as datas relevantes para a comunidade Iberoamericana, vídeos dos eventos publicados no *YouTube*, uma imagem do *Facebook*, e ainda *hiperlinks* direcionados para a apresentação e os representantes, arquivos diplomáticos, projetos de financiamento, *blog* e academia (área reservada para os cursos e treinamentos na modalidade de educação a distância).

c) *Elementos sobre busca e recuperação da informação*: as buscas podem ser nos “Instrumentos descritivos”, destacados de vermelho na Figura 16, que indicam às descrições dos acervos arquivísticos dos membros da Rede.

Figura 16 - RADI: instrumentos descriptivos

archivosiberoamericanos.org

2014 2015 2016

INSTRUMENTOS DESCRIPTIVOS

- Argentina: Derecho a la verdad; acceso a los archivos de la Cancillería
- Brasil: Catálogos del Centro de Historia y Documentación Diplomática
- Chile: Catálogo del Fondo Histórico Galena Archivo Fotográfico
- Cuba: Documentos Jurídicos Guía de Tratados
- Ecuador: Mapoteca Histórica
- México: Acervos
- Panamá: Tratados Bilaterales, Convenios y Tratados Multilaterales
- Perú: Catálogos correspondia y guerras Mapoteca Libros Copiadores Cartas Credenciales
- Portugal: Jefes de Gobierno Gobiernos Constitucionales Gobiernos Provisionales
- Uruguay: Documentos Históricos Listado de Ministros

FACEBOOK

Fonte: RADI (<http://archivosiberoamericanos.org/>), 2015.

Os países participantes, identificados por suas bandeiras, colaboram com bancos de dados dos arquivos nacionais, documentos digitalizados (correspondências, fotografias, relatórios) e instrumentos de pesquisas (catálogos, inventários, guias). Ao selecionar a bandeira do Brasil, por exemplo, é direcionada para o *hiperlink* “instrumentos de pesquisa” do *site* do Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, que permite o acesso aos catálogos dos Documentos sobre o Brasil Colônia nos Arquivos de Goa (Índia) e aos documentos digitalizados sobre Relatórios Ministeriais do Império, de 1830 a 1960.

d) *Fundos e coleções*: apresentam descrições dos acervos, documentos digitalizados e instrumentos de pesquisa. Os arquivos diplomáticos representam a memória das relações internacionais, fonte de conhecimento de políticas externas, das lutas pela independência e processos de criação dos Estados-Nação da América Latina.

e) *Comunicação com o usuário*: endereço, telefone, *e-mail*, formulário de contato, *blog*, *Facebook*, *You Tube*, e cadastramento no *site*. Interessante comentar que a visibilidade

da Rede no *Facebook*, com 203 seguidores, está associada à capacitação de qualidade para os profissionais de arquivos diplomáticos.

f) *Outras informações*: estão disponíveis o *Documento de Formulacion e Bases de Operación, Proyectos de Financiamentos* (2010-2012), Boletins das Reuniões anuais, Relatórios das atividades da RADI (2004-2014), Programa da RADI e Ficha descritiva do Projeto.

6.3.2.8 Rede de Arquivo do Algarve – RAALG

A RAALG foi proposta pelo Arquivo Distrital de Faro (Portugal), com a finalidade de ser uma rede de cooperação técnica entre os arquivistas, para valorizar os arquivos como sistemas de informação essenciais às organizações e para promover a preservação, gestão e divulgação do patrimônio arquivístico. As primeiras reuniões para a implementação do projeto aconteceram em 2010.

A Rede estabeleceu uma Carta de Princípios que explica a missão, valores, princípios e organização. É coordenada por quatro membros eleitos anualmente e intercalados entre instituições arquivísticas e profissionais, que são encarregados pela dinamização e coordenação dos grupos de trabalho.

Por ser um trabalho coletivo e colaborativo, são intensas as trocas de conhecimentos e abordagens profissionais. A Rede possibilita partilhar experiências práticas na organização dos acervos, normalizar as descrições arquivísticas, integrar diversos acervos em um único espaço virtual.

Os membros se responsabilizam pelas normas de descrição, que são baseadas na ISAD(G), ISAAR (CPF) e ISDIAH, autenticidade das fontes, digitalização dos documentos, e políticas de acesso e uso das informações. A adesão dos participantes concretiza-se pela aceitação da Carta de Princípios e nomeação de um arquivista.

Itens observados:

a) *Membros da Rede*: 16 (dezesesseis) instituições entre arquivos municipais, instituições públicas e associações da região de Algarve (Portugal).

b) *Página principal da Rede* (Figura 17): *site* dinâmico, logomarca visível, notícias atualizadas e *hiperlinks* para informações sobre a Rede, membros (grupo coordenador, arquivos da Rede e arquivistas), atividades (conferências/seminários, encontros de arquivos, grupos de trabalhos), Boletim da Rede (do período de 2013 à 2015), *links* para diversos

arquivos, instituições públicas, fundações, associações, universidades nacionais e internacionais, contato e o banco de dados (*Atom*).

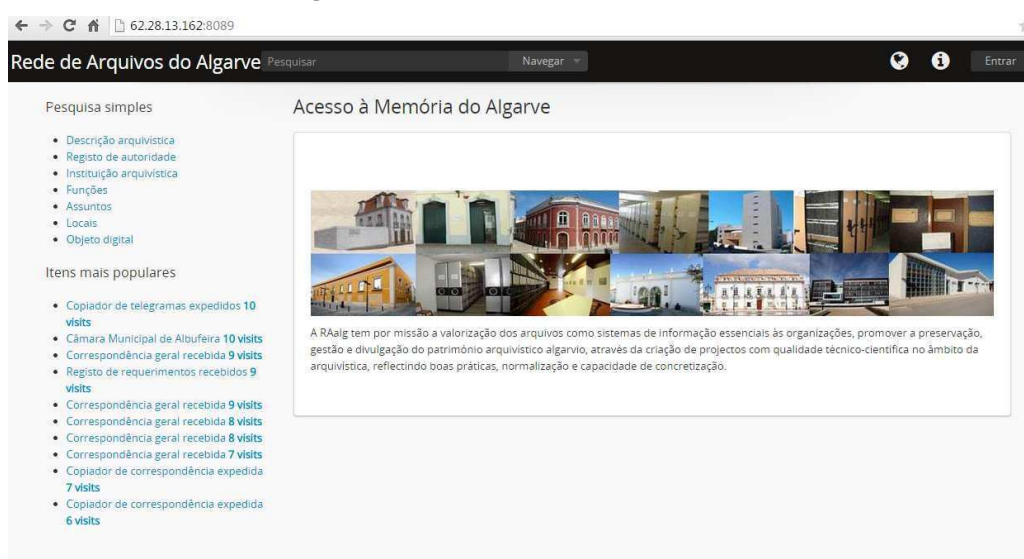
Figura 17 - RAALG: página principal



Fonte: RAALG (<https://rededearquivosdoalgarve.wordpress.com/>), 2015.

O banco de dados (Figura 18), em software livre *ICA-AtoM*, é aberto à comunidade científica e pesquisador comum. Tem-se a apresentação da Rede, 5 (cinco) opções de idiomas (inglês, francês, espanhol, português e holandês), acesso ao cadastro por *login*, pesquisa simples e os itens mais populares entre os usuários.

Figura 18 - RAALG: banco de dados



Fonte: Raalg (<https://rededearquivosdoalgarve.wordpress.com/>), 2015.

c) *Elementos sobre busca e recuperação da informação*: a pesquisa pode ser simples ou por descrição arquivística, registro de autoridade, instituição arquivística, funções, assuntos, locais, objeto digital.

d) *Fundos e coleções*: ao consultar um registro tem-se a descrição arquivística e alguns documentos digitalizados. As descrições destacam as zonas de identificação, área de contextualização da instituição produtora e da entidade de custódia, conteúdo e estrutura (organização da descrição), relacionamento, pontos de acesso e controle.

e) *Comunicação com o usuário*: por *e-mail*, formulário de contato (enviar sugestões e críticas) e cadastramento. A RAALG não está inserida no *Facebook*, embora algumas notícias sobre a Rede foram encontradas no *Facebook* do Arquivo Histórico de Algarve, das universidades portuguesas e Associações de Arquivistas de Portugal.

f) *Outras informações*: a Rede dispõe da Carta de Princípio e Atas das Reuniões.

6.3.2.9 Rede Portuguesa de Arquivos – RPA

O Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo – IAN/TT, em 2004, discutiu sobre o desenvolvimento da Rede Nacional de Arquivos – RPA, com as entidades custodiadoras, o Estado, Universidades e empresas privadas. O objetivo visava propor a articulação e o inter-relacionamento entre entidades detentoras de arquivo, através de trabalho coletivo para difundir o acervo arquivístico de Portugal.

O histórico sinaliza que a Direcção Geral de Arquivos – DGARQ ficou responsável pela coordenação da Rede em 2008, devendo elaborar os documentos formativos, como o Estatuto e Regulamento do funcionamento da RPA e relatórios, e realizar reuniões bianuais com a Comissão de entidades aderentes.

O primeiro trabalho produzido foi “Rede Portuguesa de Arquivos (RPA): fundamentos para o seu desenvolvimento e gestão”, constituído de Modelo Conceptual e Modelo lógico. O primeiro refere-se à visão conceitual da Rede, com definição dos objetivos, missão, metas, ações, cronograma; e o segundo indica as normas e orientações necessárias para uma entidade produtora aderir à RPA, informando questões de interoperabilidade e normalização de conteúdos.

A entidade parceira solicita adesão por meio de formulário dirigido ao órgão coordenador, que depois de um parecer por assembleia geral, formaliza o contrato e protocolo de adesão.

A Rede determina a normalização da descrição, de acordo com as normas internacionais ISAD(G), ISDF, ISDIAH, Encoded Archival Description – EAD, para permitir a interoperabilidade das descrições pelos membros. Essas ações possibilitam a articulação com a APENET e EUROPEANA e outras redes de informação.

Itens observados:

a) *Membros da Rede*: 27 (vinte e sete) instituições portuguesas: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, arquivos distritais, câmaras municipais, universidades, fundações e associações.

b) *Página principal da Rede*: o Portal Português de Arquivos corresponde à interface da RPA (Figura 19), com logomarca na parte superior, opções de idioma em inglês e português, e poucas informações, mostrando-se objetivo na proposta de acesso à informação, com o buscador interno e exibição dos *tags* com as pesquisas mais frequentes.

Figura 19 - RPA: página principal



Fonte: RPA (<http://portal.arquivos.pt/>), 2015.

O item “Directório” exhibe informações gerais das instituições arquivísticas e *hiperlink* para o *site* institucional, números de registos disponíveis e imagens digitalizadas. O ícone “Ajuda” orienta o usuário a navegar no Portal, explicando o passo-a-passo para a busca informacional e oferecendo detalhes sobre a Rede, como Objectivos da RPA, Âmbito da RPA, Conteúdos da RPA, Regulamento da RPA, Aderir à RPA e FAQ’s.

c) *Elementos sobre busca e recuperação da informação*: através da busca simples, (por palavras-chaves e comandos gerais) e avançada, por título, área de concentração, datas,

códigos de referência, níveis de descrição, entidades detentoras, idiomas dos documentos e recuperar registros com ou sem imagens.

d) *Fundos e coleções*: estão disponíveis 1.742.703 conteúdos arquivísticos. Ao pesquisar sobre o Brasil (Figura 20), por exemplo, foram encontrados 135.050 registros, ordenados por relevância ou por código de referência, que informa o órgão produtor do documento e fundo a que pertence, ou por título. A relação dispõe da imagem digitalizada, título principal, entidade detentora, nível de descrição, e ver mais detalhes.

Figura 20 - RPA: resultado da busca simples, termo Brasil

The screenshot shows the search results page on portal.arquivos.pt. The search term is 'Brasil'. The results are sorted by 'Relevância' (Relevance) and show 135,050 records. Three results are visible:

- Result 1:** Convite do Cônsul Geral de Portugal no Brasil dirigido a Branquinho da Fonseca, para receção em 1966-08-15, em honra de José Azeredo Perdigão, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian. Entidade detentora: Câmara Municipal de Cascais. Código de referência: PT/CNCS-ARHMSC/APSS/ARF/B/001/177 CX 006. Data: 1966-08/1966-08.
- Result 2:** "Brasil" / "Brasil". Contém termo de abertura da responsabilidade de José Castano de Freitas. Entidade detentora: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Código de referência: PT/TT/P3R7/T-G/003/0108. Data: 1807-00-00/1807-12-24.
- Result 3:** "Brasil" / "Brasil". Este livro não tem termo de abertura contudo é numerado e rubricado por José Castano de Freitas, juiz da alfândega. Entidade detentora: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Código de referência: PT/TT/P3R7/T-G/003/0109. Data: 1808-01-00/1808-12-30.

Fonte: RPA (<http://portal.arquivos.pt/>), 2015.

e) *Comunicação com o usuário*: a RPA não apresenta ferramentas da web 2.0 e nem opções de contato.

f) *Outras informações*: até a presente data, os documentos para adesão de membros, fundamentos, objetivos e conteúdos da Rede estão indisponíveis, bem como o *site* da DGARQ. No entanto, em 2014, essas ferramentas estavam ativas e permitiram a coleta de algumas informações aqui apresentadas.

6.3.2.10 Archives Portal Europe Network – APEx

Esta Rede é resultado do projeto *Archives Portal Europe network of excellence* – APEx, elaborado pela Comissão Europeia. A Regulamentação foi aprovada em 14 de novembro de 2005, apresentando os esforços coletivos para a normalização dos acervos em nível internacional.

Inicialmente, o portal teria (17) dezessete arquivos nacionais europeus, em cooperação com a *Europeana Foundation* e seria um ponto de acesso comum a coleções digitais e descrições arquivísticas. A primeira versão, em 2012, obteve êxito, dispondo o acesso a mais de 14 milhões de unidades descritivas.

O objetivo é satisfazer às expectativas dos utilizadores, facilitando o acesso aos vários recursos arquivísticos europeus. Por isso, a organização da informação foi desenvolvida através de indicadores dos perfis europeus, de acordo com as normas arquivísticas internacionais para a descrição do acervo: ISAD(G), ISAAR (CPF) e ISDIAH.

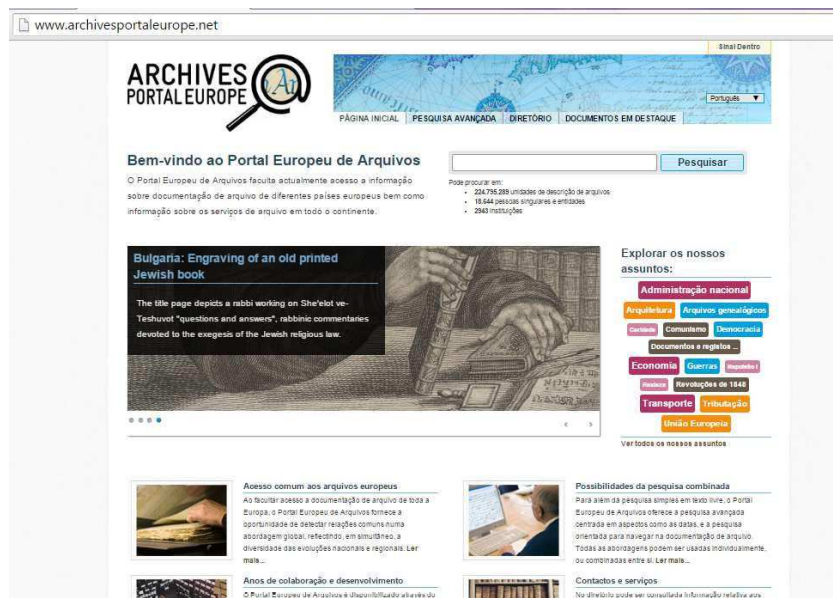
As políticas identificadas fazem referência à adesão de membros, que através do Contrato de Provedor de Conteúdo detalha os direitos e obrigações dos participantes e do provedor da Rede. Assim, os membros são responsáveis por materiais de arquivo que podem carregar, converter, validar, publicar, atualizar ou excluir conteúdo manualmente ou automaticamente. A administração da Rede garante um nível suficiente de desempenho para o usuário final e avaliando a autenticidade da publicação.

A política de acesso e uso da informação arquivística esclarece que os membros não são obrigados a apresentar documentos digitalizados, podendo incluir um *link* para redirecionar ao *website* institucional. Assim, o Portal não assume a responsabilidade pelos conteúdos disponibilizados e o usuário pode reutilizar a informação desde que a fonte seja citada, proibindo a utilização dos conteúdos para fins comerciais sem a autorização expressa dos proprietários.

Itens observados:

- a) *Membros da Rede*: 3538 instituições arquivistas de 32 países da União Europeia.
- b) *Página principal da Rede* (Figura 21): tem um visual harmônico, com cores claras, opções de 25 (vinte e cinco) idiomas, logomarca no canto direito, apresentação da Rede, buscador interno, notícias e *tags* (assuntos de interesse).

Figura 21 - Archives Portal Europe: página principal



Fonte: Archives Portal Europe (<http://www.archivesportaleurope.net/>), 2015.

Na aba superior, *hiperlinks* para a pesquisa avançada, diretório (localização dos membros da Rede) e documentos em destaques, com uma relação com título e ano de publicação. Na seção inferior, informação do gestor e do desenvolvimento do Portal, ajuda, contato, termo de utilização e assuntos relacionados nos acervos.

c) *Elementos sobre busca e recuperação da informação* (Figura 22): busca simples (palavras-chaves) e avançada.

Figura 22 - Archives Portal Europe: processo de busca da informação



Fonte: Archives Portal Europe (<http://www.archivesportaleurope.net/>), 2015.

A imagem mostra que se o usuário tiver interesse em refinar a pesquisa, ele poderá escolher por arquivos, nomes ou instituições, combinando as datas e os tipos de documentos (instrumentos de descrição, guias de fundo e fontes), tipos de entidades (pessoa física, família, pessoa coletiva), tipos de arquivos (de empresa pública ou privada, religioso, não governamental, arquivos nacionais e regionais, associações, partidos políticos movimentos populares, escolares, entre outros). As orientações aparecem em todo o processo de busca.

d) *Fundos e coleções*: acesso ao documento digitalizado e a descrição completa da instituição custodiadora, por fundo, grupo, série, item. A opção ‘documentos em destaques’ relaciona 18 (dezoito) registros (manuscritos, cartográficos, códices, fotográficos) com a sua análise elaborada por arquivistas.

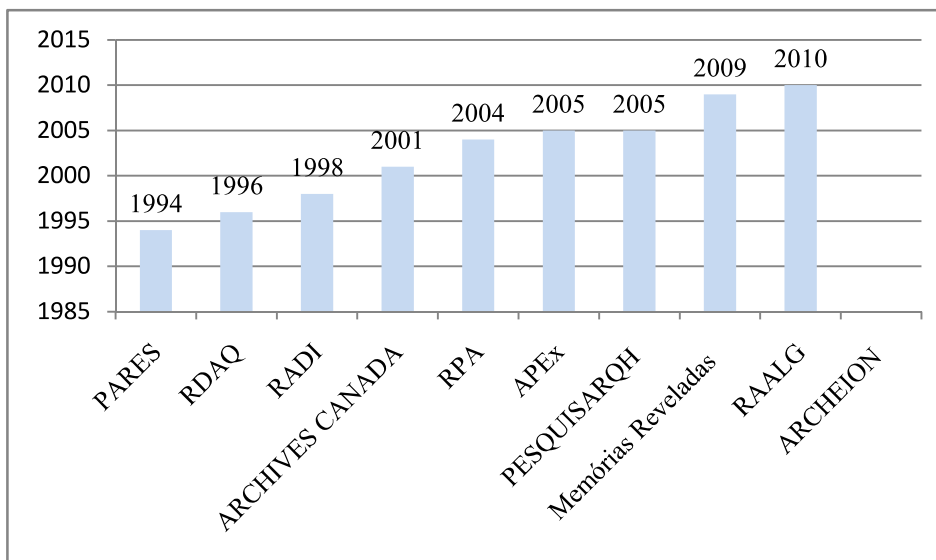
e) *Comunicação com o usuário*: através do formulário de contato (para enviar críticas e sugestões) e ferramentas da *web 2.0*. O *Facebook* tem 1.120 seguidores e exibe um calendário com as atividades e eventos da Rede, as fotos dos eventos (encontros, reuniões, simpósios), as notícias atualizadas, publicações de outras instituições, homenagens em datas comemorativas. Os *feeds* do *Twitter* são atualizados diariamente e no *YouTube* apresenta um vídeo de como realizar a busca no Portal. Os utilizadores mais experientes e assíduos podem criar uma conta gratuita (cadastramento, com o *login* e senha) e iniciar a sessão para personalizar as visitas e dispor de um espaço pessoal, onde as pesquisas são guardadas e organizadas com marcadores.

f) *Outras informações*: disponíveis o Projeto e Contrato de Provedor de Conteúdo.

6.3.3 Redes: avaliação comparativa

Diante da identificação e descrição das 10 (dez) Redes de Arquivos Históricos, foi possível observar que a idealização e implantação da infraestrutura das redes envolvem um trabalho colaborativo e coletivo, com reuniões periódicas para a elaboração e execução de projetos e definições de metas.

Assim, a criação das redes de informação demanda tempo de estudo e acompanha as inovações tecnológicas. Isso pode ser constatado no Gráfico 3 que demonstra a distribuição das redes por ano de início das atividades, começando em 1994 até 2010.

Gráfico 3 – Início de atividades das Redes de Arquivos Históricas (por ano)

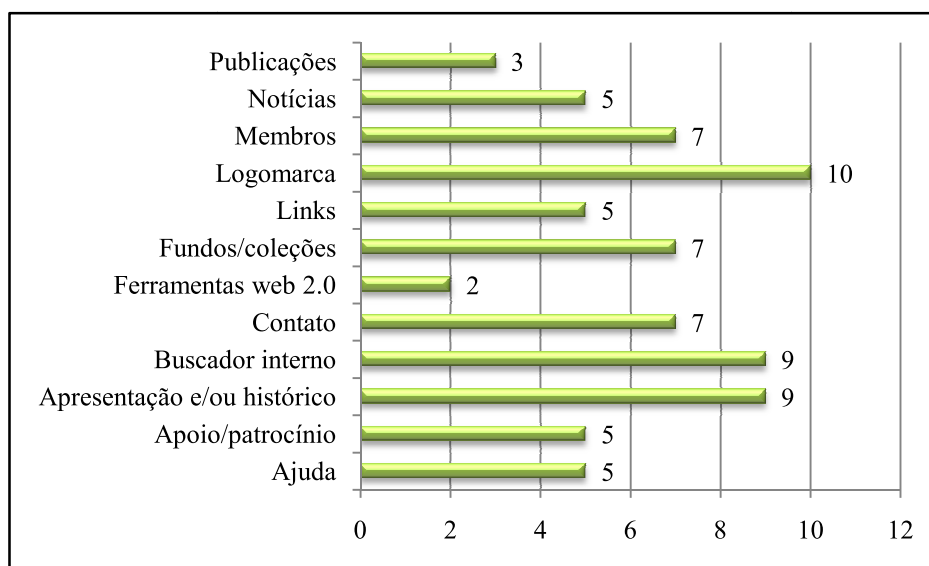
Fonte: Pesquisa da autora, 2015.

As primeiras Redes foram criadas nos anos de 1994 a 1998, período no qual os usuários domésticos intensificaram o uso da *internet*, inclusive em seus lares através do acesso por linha telefônica e *modem*. Com o avanço das novas formas e qualidade de transmissão de dados, por meio das ondas de rádio, a cabo e sem fio (*wi-fi*), a partir de 2001, quase todas as empresas e administrações públicas estavam conectadas a rede mundial de computadores e adaptando seus serviços para o ambiente virtual.

As Redes de Arquivos Históricas são caracterizadas como sistemas de informação, que adotam padrões internacionais para integrar os acervos das diversas instituições. Utilizam *software open source* (código aberto ou *software* livre), que não tem custo de licença no desenvolvimento de ferramentas, permitindo a interoperabilidade e a migração futura para novas tecnologias.

Com referência ao *site* das Redes de Arquivos, a maioria apresenta cores claras e harmonia visual. Memórias Reveladas é a única com fundo na cor vermelha escura, não demonstrando conforto para o usuário, embora esteja associada a um simbolismo, marcado pelo período considerado sangrento, a Ditadura Militar.

Segundo o Gráfico 4, as páginas principais das redes exibem logomarca própria, buscador interno (no próprio domínio) e apresentação e/ou histórico da rede. Destacam-se também os membros participantes, fundos/coleções e contato. Porém, apenas 3 (três) redes direcionam para as publicações (revistas, boletins e livros) e 2 (duas) indicam as ferramentas da *web 2.0*.

Gráfico 4 – Elementos da página inicial das Redes de Arquivos Históricos

Fonte: Pesquisa da autora, 2015.

A apresentação visual do *site* atrai o usuário, bem como as informações sobre a rede, como tipos de membros e objetivos. Os itens destacados (logomarca, apresentação / histórico da rede e buscador interno) mostram-se elementos essenciais, referindo-se ao ‘que’, ‘para que’ e ‘como’ da proposta de implantação das redes. Na primeira página, também devem ser mencionados os fundos/coleções e os contatos. Percebe-se que as publicações e ferramentas web 2.0 não enquadram como informações básicas.

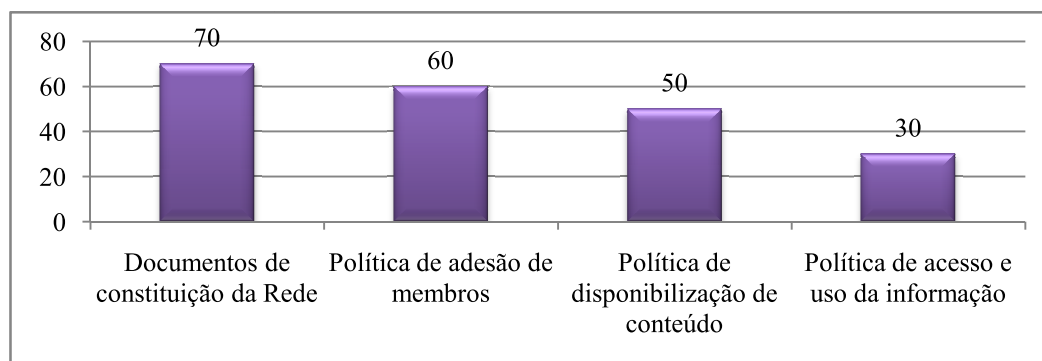
É interessante comentar que as redes selecionadas, apesar de serem descentralizadas na sua atuação, em que cada membro tem autonomia para gerir conteúdo, possuem uma administração central, que visa controlar a participação dos atores (membros), gerenciando os recursos financeiros, humanos e materiais. Orientam sobre as normas e políticas da rede, padronização dos produtos e os aspectos de estruturação, como protocolos de compatibilidade, formatos de interoperabilidade e tipos de *softwares*.

Isso confirma que a centralidade é medida pela indicação dos laços e tipos de relacionamentos do ator central com o grupo. Por isso, as informações sobre histórico são divulgadas nos próprios sítios e podem ser localizadas instituições administradoras, que permitem o acesso aos Estatutos, Regimentos, decretos, portarias, Atas, relatórios de atividades, planejamentos, balancetes, entre outros.

Assim, o Gráfico 5 revela que 70% do universo apresentam documentos de caráter comprobatório (constituição da rede), 60% as políticas de adesão dos membros, informando os direitos e deveres de cada participante, 50% as políticas de disponibilização de conteúdo,

com regras e normas para as descrições arquivísticas e formatos dos documentos *on-line*, e 30% as políticas de acesso e uso da informação.

Gráfico 5 – Documentos de constituição das Redes de Arquivos Históricos (em %)



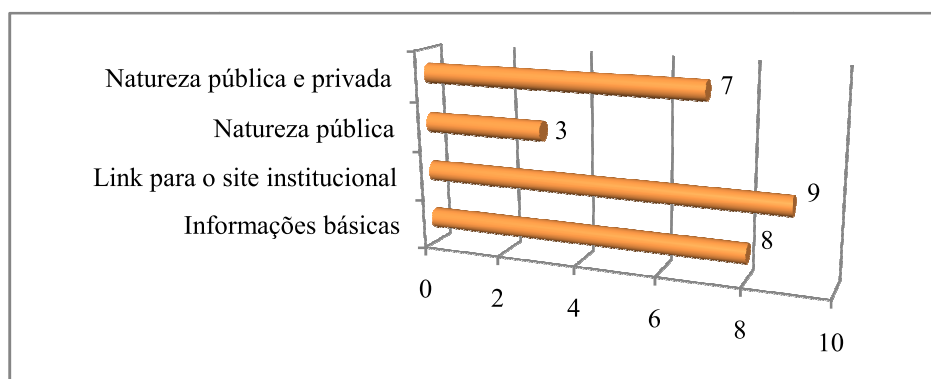
Fonte: Pesquisa da autora, 2015.

Os dados acima indicam que os documentos referentes à infraestrutura da rede são fundamentais para a sua contextualização histórica e memória institucional, por dispor de informações como ano de criação, valores, missão, tipos de relações com os membros e formatos dos sistemas. Esses documentos podem servir de modelos para outras redes, servindo como parâmetros para adaptações e melhorias.

Por envolver parcerias de instituições arquivísticas, as políticas de adesão de membros precisam ser bem definidas para garantir a manutenção das Redes e a inclusão de novos participantes. Nota-se que as políticas de disponibilização de conteúdo contribuem com a padronização das descrições do acervo e a política de acesso e uso da informação refere-se a quem pode pesquisar e o que pode ser consultado. Portanto, esses registros servem de comprovação das atividades das Redes, que são institucionalizadas.

Assim, as redes apresentam estrutura formal, com vários atores e nós interligados (arquivos históricos), incorporando adaptações e dinamismo dos recursos para concretizar seus objetivos.

As parcerias materializam as idéias e contribuem para o sucesso na prestação de serviço. De acordo com o Gráfico 6, 9 (nove) redes apresentam *hiperlink* de direcionamento para o *site* institucional dos membros, sendo que 8 (oito) exibem informações básicas, como histórico, telefone, *e-mail*, endereço. Com referência a natureza dos participantes, 7 (sete) tem caráter público e privada e 3 (três) público.

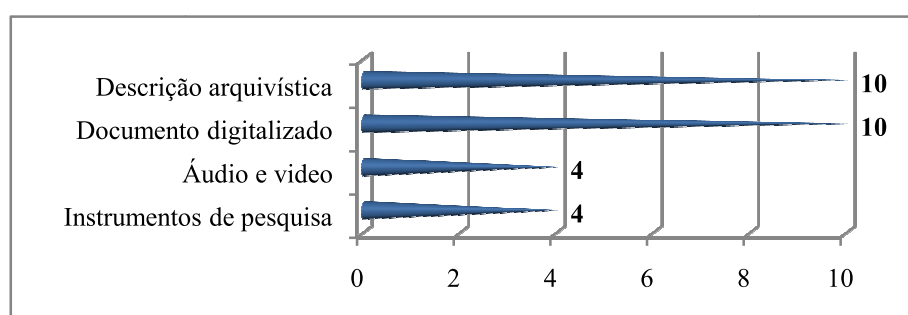
Gráfico 6 – Instituições Arquivísticas membros das Redes de Arquivos Históricos

Fonte: Pesquisa da autora, 2015.

A maioria das Redes de Arquivos Históricos fornece o *link* para o *site* institucional, representando a inserção dos arquivos no ambiente virtual. Isso contribui para a visibilidade da própria instituição, divulgando informações sobre as instalações físicas, condições do acervo, equipe de trabalho, histórico, finalidade. No entanto, a PARES não utiliza-se desse recurso e o usuário não tem informações básicas sobre as instituições custodiadoras.

Identificou-se a natureza das instituições para perceber a inserção dos arquivos privados nas redes que são considerados de interesse público. Infere-se a relevância das instituições públicas, identificadas em âmbito nacional, regional e local, principalmente para a democratização da informação. Assim, PARES, PESQUISARQH e RADi contam com a participação exclusiva de arquivos públicos.

No que diz respeito aos tipos de acesso à informação nas Redes de Arquivos Históricos, o Gráfico 7 revela que todas as redes têm acesso a descrição arquivística do acervo e documentos digitalizados (em JPG e PDF), embora 4 (quatro) dispõem de áudio e vídeo e oferecem instrumentos de pesquisas.

Gráfico 7 – Tipos de acesso à informação nas Redes de Arquivos Históricos

Fonte: Pesquisa da autora, 2015.

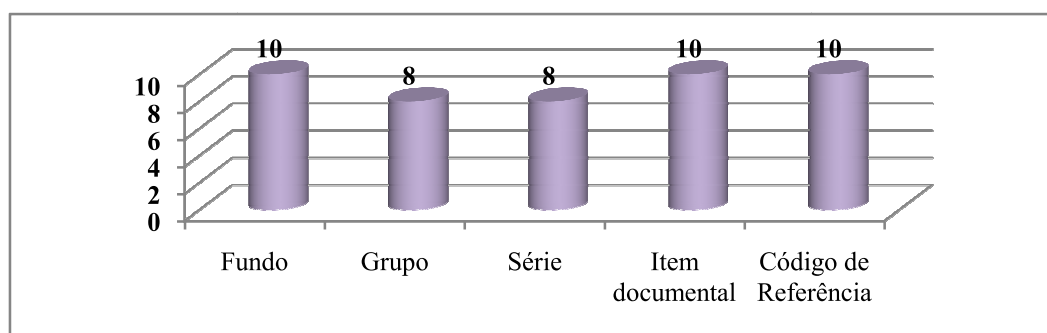
Com base no gráfico, pode-se deduzir que a digitalização já faz parte das atividades rotineiras arquivísticas, especialmente como método de preservação do acervo que reduz a manipulação do documento original. Desta maneira, as redes de informação permitem a transferência da informação, interferem na construção do conhecimento humano e consolidam os arquivos históricos como lugares de informação.

Convém salientar que antes da tecnologia, os instrumentos de pesquisa eram os únicos meios de acesso ao acervo. Atualmente, essa maneira, embora necessária no arquivo tradicional, é pouco explorada no arquivo virtual.

A descrição arquivística fornece ao usuário informações detalhadas sobre o assunto, instituição produtora do documento, como foi realizado o recolhimento, os tipos de documentos no acervo, datas-limites, as relações orgânicas entre os documentos.

O nível de descrição dos acervos (Gráfico 8) é desenvolvido em todas as redes para fundo e item documental e em 8 (oito) delas para grupo e série, destacando a organização do acervo com base na Teoria Arquivística.

Gráfico 8 – Níveis de descrição dos acervos nas Redes de Arquivos Históricos



Fonte: Pesquisa da autora, 2015.

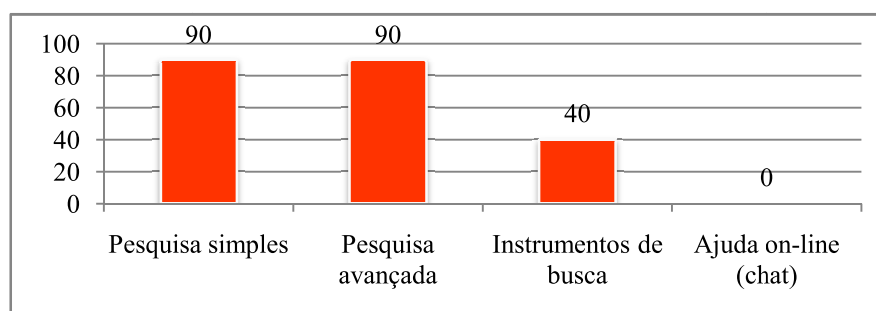
Por mostrar a relação orgânica dos documentos, o arranjo estabelece primeiramente o fundo com a identificação do órgão produtor e depois o grupo e a série, que não foram observadas na Archives Portal Europe e Archives Canada.

Nota-se que nas descrições, o código de referência é identificado e serve para informar o país de origem, a entidade custodiadora e produtora e o nível da descrição. Para um usuário leigo, esse tipo de informação pode auxiliar a localização geográfica do acervo. Vale ressaltar, que o código é definido pelo *Encoded Archival Description* – EAD e as descrições seguem normas internacionais.

Com relação aos tipos de busca e recuperação da informação (Gráfico 9), 90% das redes possibilitam a pesquisa simples (palavras chaves, *tags*) e avançada (por nível de

descrição, assunto, datas-limites, tipos documentais, entre outros) e, em 40% das redes, a consulta pode ser realizada nos instrumentos de busca (guias, catálogos e inventários), como é o caso da Archives Portal Europe, PARES, PESQUISARQH e RADL.

Gráfico 9 – Tipos de busca e recuperação da informação nas Redes de Arquivos Históricos (em %)

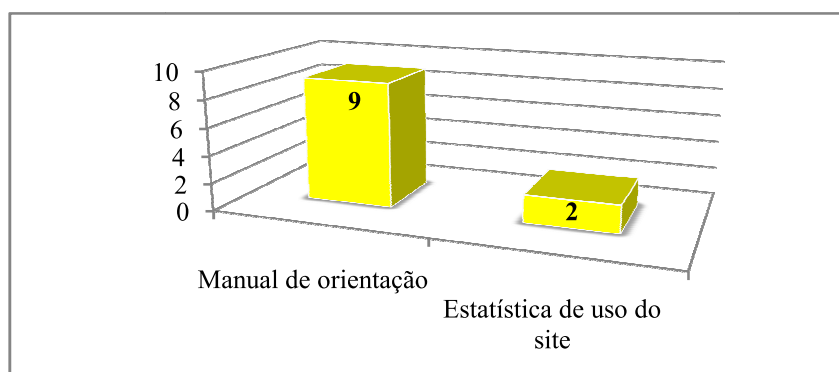


Fonte: Pesquisa da autora, 2015.

Ainda de acordo com o gráfico, nota-se que a ajuda *on-line (chat)* ainda não está disponível nas redes. Isso aponta sobre a ausência de interação direta do sistema de informação com o usuário, influenciando o processo de intervenção do arquivista na busca pela informação.

O usuário precisa de auxílio para atender a sua necessidade informacional e, por isso, o Gráfico 10 mostra que a maioria das Redes tem manual de orientação para quem “se sente perdido”, com uma linguagem que atenda a qualquer perfil de pesquisador. No entanto, esse tipo de recurso não é utilizado pela RADL, dificultando o processo de busca e recuperação da informação.

Gráfico 10 – Usuários: orientação e estatística de uso das Redes de Arquivos Históricos

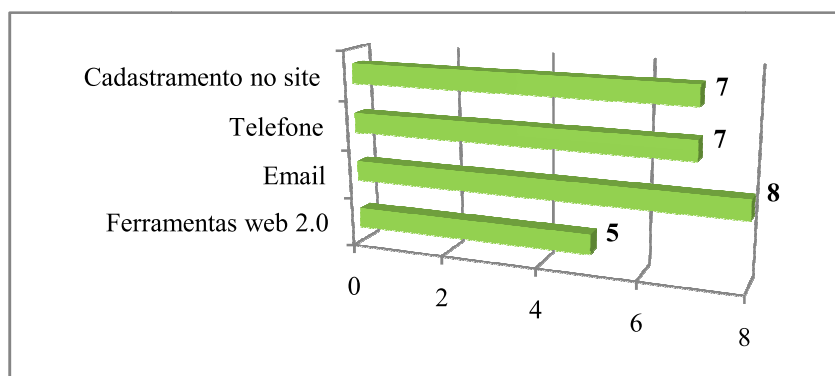


Fonte: Pesquisa da autora, 2015.

Percebe-se também que apenas 2 (duas) redes (ARCHEION e RAALG) informam as estatísticas de uso do *site* pelos usuários, apontando o número de visitas por fundos documentais. Essa estratégia serve para orientar os gestores das Redes sobre os documentos mais consultados, avaliando a qualidade dos serviços prestados.

A comunicação com o usuário (Gráfico 11) pode ser por correio eletrônico (*e-mail*), seguidos do telefone e cadastramento do usuário, sendo que 5 (cinco) utilizam as ferramentas da *web 2.0*, a exemplo da Archives Portal Europe, Memórias Reveladas, PARES, RAALG e RADI.

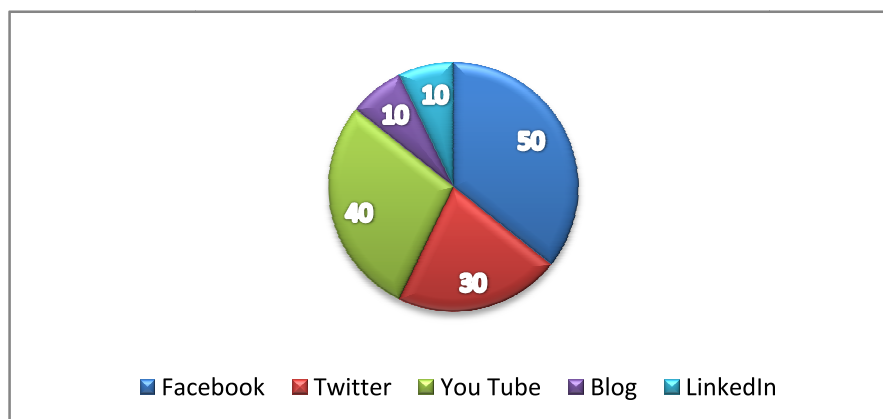
Gráfico 11 – Comunicação com o usuário nas Redes de Arquivos Históricos



Fonte: Pesquisa da autora, 2015.

A interatividade nas redes é favorecida pela *web* social, porque o compartilhamento de informações e as relações entre o usuário e as instituições arquivísticas possibilitam aproximar as fontes primárias das necessidades informacionais.

Assim, as Redes de Arquivos Históricos utilizam-se das ferramentas da *web 2.0* (Gráfico 12) para potencializando a participação dos utilizadores. Do objeto de estudo, 50% tem páginas no *Facebook* (Archives Portal Europe, Memórias Reveladas, PARES, RAALG e RADI), 40% disponibilizam vídeos no *YouTube* (Archives Portal Europe, Memórias Reveladas, PARES e RADI), 30% enviam e recebem atualizações no *Twitter* (Archives Portal Europe, PARES e RAALG), 10% criaram um *blog* (RADI) e 10% usam o *LinkedIn* (RAALG).

Gráfico 12 – Ferramentas *web 2.0* das Redes de Arquivos Históricos (em %)

Fonte: Pesquisa da autora, 2015.

Esses dispositivos de comunicação servem para postar fotografias, vídeos, informações sobre o acervo e eventos promovidos, reunido usuários por interesses específicos que se sentem livres para enviar mensagens, com elogios, críticas e sugestões, e ainda dúvidas.

No que diz respeito ao conteúdo do acervo das Redes, todas tratam de documentos permanentes / históricos, que testemunham ou provam as atividades e funções administrativas públicas e privadas, pessoas e famílias, organizações não-governamentais e entidades.

As redes internacionais selecionadas têm documentos com referência ao Brasil. Foram localizados 105.734 registros na rede da União Europeia (Archives Portal Europe); nas três redes canadenses, 22 documentos no ARCHEION, 87 no Archives Canada e 10 no RDAQ; na Espanha, 100 itens documentais; e, em Portugal, 135.050 na RPA e 270 no RAALG.

É interessante comentar os mais variados gêneros e assuntos documentais, sendo possível ter acesso aos registros do Brasil Colônia, das imigrações ocorridas com a criação das estradas de ferro, das navegações para as Índias. Existem correspondências dos embaixadores e consulados brasileiros, listas de escravos de origem africana transportados para o país, representando uma multiplicidade de informações que servem para diferentes estudos.

6.3.4 A aplicação da Teoria Arquivística na organização do acervo nas Redes de Arquivo

Ressalta-se a importância da teoria arquivística na organização do acervo disponível nas redes de arquivos. Os documentos de arquivo são os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua

existência, contribuindo para a (re)construção da memória institucional e das relações econômicas e sociais de uma nação, em determinado tempo/espço.

Portanto, a informação arquivística, disponível em diferentes formatos e suportes – informáticos, escritos ou textuais, cartográficos, iconográficos, filmográfico, sonoros, micrográficos – e natureza ostensiva e sigilosa, constitui elemento de prova ou informação, para uso científico, social e cultural.

A organização do arquivo permanente, última fase da Teoria das Três Idades, segue uma ordem, que envolve o trabalho intelectual dos arquivistas, com o levantamento e análise de dados, realizado nos estatutos, regimentos, atas, para situar o contexto da entidade custodiadora e elaborar um planejamento de atividades.

Convém salientar que é nessa etapa que o profissional da informação deve ser imparcial e neutro, porque essas informações serão utilizadas nas descrições das instituições e dos acervos, e podem interferir no processo de apropriação do usuário. Para isto, na avaliação realizada pondera as *funções arquivísticas* que representam as bases técnicas das redes de arquivos históricos, mostrando as características essenciais para a organização do arquivo permanente.

A *atividade de destinação* é representada pela preocupação com a análise e avaliação dos documentos, considerados de valores secundários que servem como testemunho da estrutura funcional e organizacional da instituição e como informação sobre pessoas e fenômenos. É nessa etapa que seleciona os documentos a serem digitalizados, justificando o uso da digitalização para facilitar a recuperação da informação e preservar os originais, que não poderão ser eliminados. Comparando com o processo de microfilmagem, é um processo considerado de baixo custo, embora alguns tipos documentais, como mapas, utilizam aparelhos específicos (alta definição e de grandes formatos) de alto valor comercial.

A *atividade de preservação e arranjo* segue os princípios de *provenance* (proveniência), o *respect pour les fonds* (respeito ao fundo) e os princípios da territorialidade e da pertinência. Estes últimos são observados nas redes de arquivos internacionais estudadas que contém documentos sobre o Brasil.

Observa-se que esses princípios norteiam a organização do acervo, estabelecendo fundos, grupos, séries. Alguns acervos adotam as concepções maximalistas e outros minimalistas, e constituem de fundos fechados (os órgãos foram extintos, falecimento da pessoa) e abertos.

A *atividade de descrição e publicação* permite que os acervos sejam acessados por instrumentos de pesquisas e pela descrição dos documentos, incentivando a publicação de

caráter cultural e técnico. A descrição exhibe às referências mínimas do arranjo, essenciais para a compreensão do conteúdo e para o uso de vocabulário controlado, de modo a permitir o acesso global às informações de domínio público.

Segundo os dados da pesquisa, as Redes de Arquivos Históricos disponibilizam as descrições arquivísticas em uma estruturação multinível, regidas por políticas e normas internacionais, principalmente ISAD(G), ISAAR (CPF), ISDF e ISDIAH. Percebe-se que algumas redes fazem uso de normas específicas do país de origem, porém a Nobrade não é mencionada.

O emprego das normas favorece o intercâmbio das descrições entre instituições, sistemas de informação e redes; auxilia o usuário na interpretação dos sentidos e significados dos documentos e na identificação dos produtores de documentos; e assegura a elaboração dos instrumentos de pesquisas.

Com referência a publicação, a Memórias Reveladas (Brasil) dissemina revistas e livros elaborados a partir da análise dos registros disponíveis na Rede. A RAALG (Portugal) publica periodicamente boletins com informações sobre os acervos da Rede e sobre os trabalhos cooperativos desenvolvidos que melhoram a prática profissional.

A *atividade de referência* diz respeito a tornar os documentos acessíveis à consulta. Assim, as redes estudadas dispõem de normas e políticas (de constituição de documento, adesão de membros, acesso e uso de documentos) e determinam que as instituições membros indiquem as regras de acesso e uso. Em algumas descrições informam se o documento está acessível ou com restrição, seja por conta do tratamento técnico ou pelo sigilo da informação.

Observa-se que das redes analisadas, Memórias Reveladas é a única que dispõe das leis nacionais sobre arquivo e acesso à informação, inclusive indicando o *link* para acessá-las.

Algumas redes promovem exposições virtuais, tais como Archives Portal Europe, Archives Canada, PARES, RDAQ e Memórias Reveladas, que é uma estratégia para divulgar a instituição e os fundos custodiados, e a oportunidade de exhibir os documentos e a sua contextualização. Essas ações podem ser úteis para incentivar os aspectos educativos e culturais, conscientizando crianças (ensino básico) e adultos sobre direito civil e memória.

No processo de implantação das redes fica evidente que elas são criadas para satisfazer as necessidades informacionais do cidadão e pesquisador. Logo, os serviços arquivísticos são direcionados para o usuário, propondo atendimento personalizado, como é o caso das redes que possibilitam o cadastramento do utilizador (PESQUISARQH, ARCHEION, RDAQ, PARES, RAALG, RADI, Archives Portal Europe) contribuindo com a aprendizagem e com a disseminação de serviços diversificados para os potenciais pesquisadores.

A análise prévia do perfil dos utilizadores visa à elaboração dos instrumentos de pesquisas para garantir acesso à informação de alto nível e auxiliar o processo de apropriação do indivíduo. A maioria das Redes de Arquivos Históricos tem buscadores internos, oferecendo a busca simples e avançada. A intenção é reduzir o tempo de procura pela informação, porque as consultas podem ser direcionadas por assuntos, palavras-chaves, área do conhecimento, ou por combinação de vários campos para refinar a pesquisa, ou ainda, através dos instrumentos de referência, como os guias e inventários.

A RADI (Iberoamericana) não dispõe de buscadores e a consulta é diretamente por país de interesse, dificultando a busca pela informação. Caso o assunto de interesse seja genérico, o usuário terá que olhar os documentos e instrumentos disponíveis em todos os países membros, sendo um trabalho cansativo e lento.

A qualidade no serviço de informação deve ser assegurada pelas redes, que está associada a democratização da informação, sendo fundamental a realização de pesquisas periódicas com o público. Archives Canada oferta no próprio *site* um formulário para identificar o perfil dos seus utilizadores. As redes brasileiras realizam pesquisas no próprio servidor, exibindo as estatísticas de uso dos documentos.

Os mecanismos utilizados servem para apontar as dificuldades e obstáculos enfrentados pelo usuário na busca por informação. Indicar a temática mais consultada, que apontam os contornos sobre os interesses individuais e coletivos.

Nota-se que as ferramentas da *web 2.0* são utilizadas por 5 (cinco) redes (Archives Portal Europe, Memórias Reveladas, PARES, RAAL e RADI) como forma de intensificar a relação com os usuários e outras instituições, dinamizando o intercâmbio cultural. As análises confirmam que o estudo de usuário mostra-se distante das questões arquivísticas. Nas consultas ao acervo das redes, há uma predominância de termos técnicos da área sem a devida significação. É preciso que as redes de arquivos introduzam os conceitos básicos da área e façam correspondência com a linguagem do utilizador final.

Por fim, a teoria arquivística e as técnicas são responsáveis pela padronização e boas práticas para a organização e acesso ao acervo, representando um trabalho intelectual que deve ser realizado nas instituições tradicionais, para depois serem incorporados aos arquivos virtuais.

A hibridação das instituições promove diálogos do real com o digital, adaptando-se as recentes demandas de produção e armazenamento documental. Mesmo que a tecnologia remodele as maneiras de lidar com o documento, essa tendência não anula o tratamento dos documentos físicos e a atuação do profissional.

6.4 Considerações Finais

A pesquisa de campo assegura o objetivo esperado nas redes de arquivos históricos identificadas apontando para a mediação através da máquina e da mediação humana, tendo o arquivista, como responsável pelo fazer profissional. Essas ações reforçam o arquivo histórico dotado de significação coletiva e individual.

O levantamento na *internet* identificou 29 (vinte e nove) redes de arquivos, nacionais e internacionais, sendo que 22 (vinte e dois) estão em funcionamento e disponibilizando seus acervos para acesso. No entanto, o universo estudado é representado por 10 (dez) redes que permitem a cooperação e/ou colaboração entre as instituições arquivísticas (nós, membros, atores) em um espaço desterritorializado, dispondo de documentos sobre o Brasil e/ou participação de arquivos históricos brasileiros, descrição do acervo arquivístico e acesso *on-line* as fontes primárias.

As redes estudadas são estruturadas formalmente, consolidadas por documentos legais, administração centralizada e compartilhamento de informação e experiências entre instituições arquivísticas. Por garantir um nível suficiente de *qualidade para o usuário final*, possuem políticas de adesão de membros, de disponibilização de conteúdo e de acesso e uso da informação.

A troca de informações permite intensificar as relações pessoais, especialmente nos canais informacionais mediados por computadores, onde a comunicação e a produção de sentido contribuem para a construção das redes sociais e informacionais. Assim, as redes de arquivos representam ações de mediação e permitem o *acesso remoto* aos documentos arquivísticos, envolvendo *interação nas necessidades informacionais do indivíduo*.

Os elementos sobre o *layout* (desenho *web*) das Redes são essenciais para conquistar o utilizador. Os dados da pesquisa indicam fácil navegação, arquitetura fixa, em que os elementos não mudam com frequência, seções visíveis, todos os *links* funcionando, URL identificado, títulos descritivos na barra do navegador, sendo o carregamento da página geralmente rápido.

Convém salientar que as mudanças tecnológicas transformaram o usuário em um sujeito proativo do sistema de acesso e uso da informação. A autonomia e a liberdade de acesso favorecem os *feedbacks* e formas de interação presentes da *web* social. Por isso, é necessária a conjunção do arquivo tradicional e virtual para a conscientização da preservação do patrimônio documental e para a formação especializada do profissional.

A *mediação humana* compreende o conhecimento técnico, por meio das teorias e princípios arquivísticos, e intelectual para a organização da informação, auxiliando direta e indiretamente, consciente e inconsciente, implicitamente e explicitamente, o processo de busca da informação. Assim, o ensino e os cursos de capacitação formam e qualificam os arquivistas, que adquirem conhecimentos específicos e gerais, para atuarem em diversos ambientes de trabalho que lidam com serviços de informação.

O princípio da proveniência e o respeito ao fundo determinam o tratamento do acervo: identifica-se o fundo, o grupo, as séries e o item documental, que são elementos chaves para a descrição dos documentos, permitindo a *recuperação da informação* e a *elaboração de instrumentos de pesquisas*.

Observa-se, nas redes de arquivos históricos estudadas, a utilização de *softwares* livres baseados em padrões para a descrição num contexto multilíngüe e ambiente multiarquivos. Mesmo assim, nesse ambiente prevalecem características da *arquivística francesa*: centralização da documentação, ou seja, administração central, embora os membros participantes sejam autônomos para gerir conteúdo; preservação dos documentos de valor secundário (probatório e informativo); e garantia de acesso ao público.

As Redes seguem um conjunto de *normas arquivísticas* e técnicas internacionais, estabelecendo uma rede de boas práticas profissionais, representando a cooperação interinstitucional e entre arquivistas, com o intuito de valorizar os arquivos como sistemas eficazes às organizações.

Deste modo, as redes de arquivos históricos analisadas promovem a interação com os membros participantes por meio do *trabalho coletivo*, sendo um nível de mediação arquivo-arquivo, que resultam em reuniões e eventos, relatórios sobre as atividades das redes, grupos de trabalho, publicações de periódicos e livros, realização de programas educativos e de assistência aos arquivistas (cursos e treinamentos para capacitação), inclusive na modalidade EaD.

Para uma efetiva implantação da rede de informação, que deve ter inicialmente o tratamento documental nos arquivos tradicionais, algumas Redes alegaram como dificuldades o *número reduzido de recursos humanos* e a *falta de sensibilização de autoridades*. No Brasil, a idéia de “depósito de papéis velhos” prevalece e poucos arquivos públicos estão inseridos no ciberespaço, embora já discutam a concepção de redes de informação.

Com referência a interação com os usuários, as Redes promovem eventos (encontros, seminários e premiação de monografias) e campanhas de divulgação como atividades voltadas à mediação. Como meios de comunicação mais utilizados nas Redes estudadas destacam-se o

correio eletrônico, telefone / endereço e ferramentas da *web 2.0* (*Facebook, Twitter, LinkedIn, blog e YouTube*).

Todavia, é necessário *intensificar a relação com o público*, através da ajuda *on-line* e promover pesquisas de usuários frequentemente. As redes poderiam usar a estratégia da Archives Portal Europe (União Europeia) para os utilizadores mais experientes e assíduos, que oferece uma conta gratuita para personalizar as visitas e guardar as pesquisas.

Destacam-se contratemplos em alguns *sites* das redes relativos a problemas técnicos (fora do ar) em determinados momentos. O fato da ARCHEION (Canadá) referi-se ao termo de origem grega para instituição e Archives Portal Europe e Archives Canadá, ao termo usado para lugar onde guarda documentos.

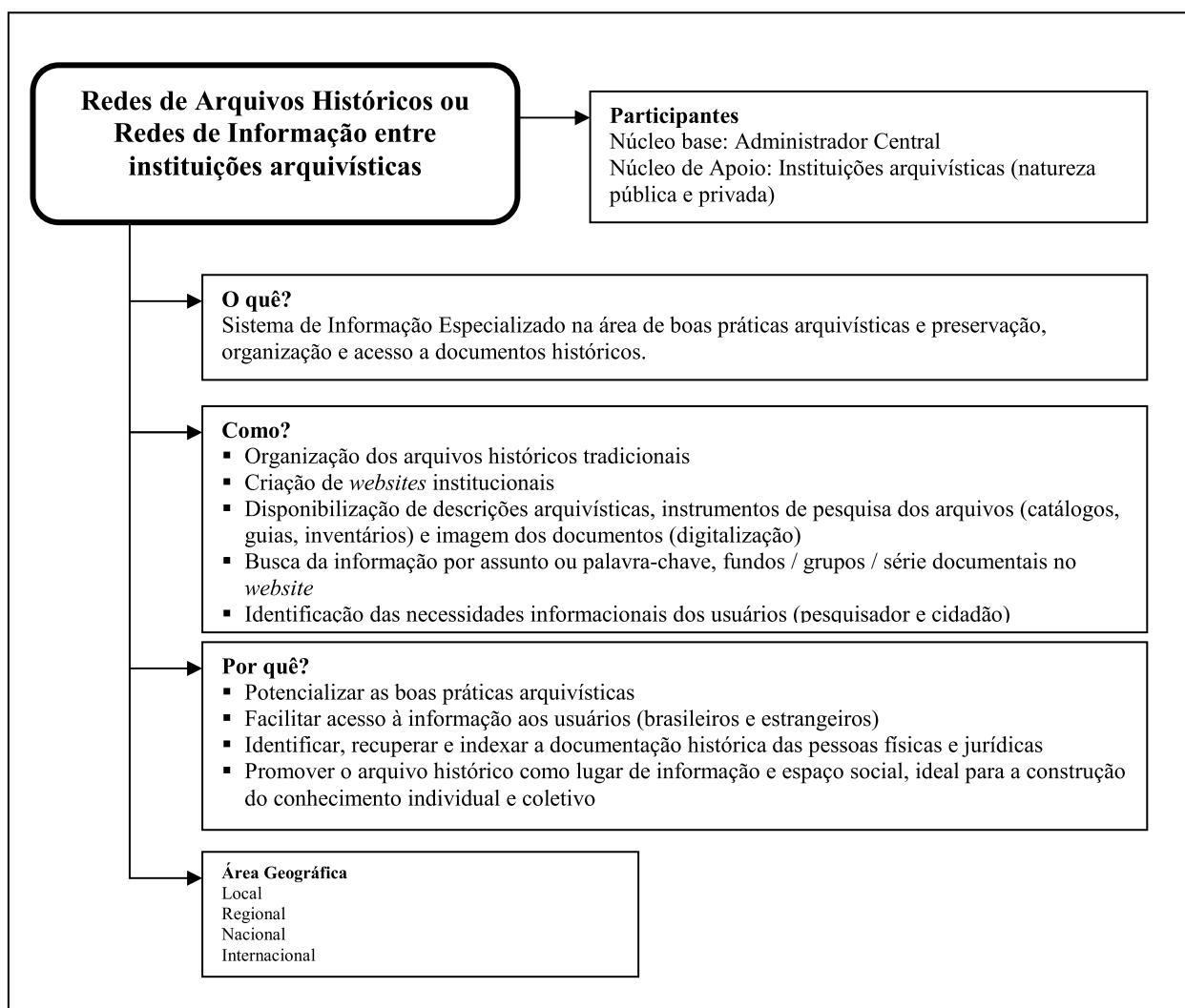
Finalizando, as redes de informação entre instituições arquivísticas analisadas promovem a hibridação entre o *real e o virtual*, acompanhando as inovações tecnológicas, embora o tratamento dos documentos tradicionais e a atuação do profissional sejam relevantes para uma eficiente mediação da informação.

7 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E HISTÓRIA: ELEMENTOS DA PESQUISA QUE EXPLICAM A RELAÇÃO DO SER HUMANO E MÁQUINA

As Redes de Informação existentes em instituições arquivísticas facilitam o acesso ao conhecimento e permitem a ocorrência da mediação da informação, destacando as necessidades informacionais dos usuários para a construção do conhecimento.

Os arquivos permanentes são inseridos no ciberespaço através dos *sites* institucionais e das redes de colaboração, visando compartilhar e dinamizar recursos físicos, humanos e materiais. Diante disso, a Figura 23 descreve o modelo conceitual das redes de informação entre as instituições arquivísticas.

Figura 23 – Modelo Conceitual das Redes de Arquivos Históricos



Fonte: Elaboração da autora, 2015.

Destacam-se como principais categorias: a identificação dos participantes, que determina o nível de abrangência das redes e o tipo de hierarquia relacional (centralizada ou descentralizada), o que caracteriza o sistema de informação especializado, como funciona, o por quê da implantação e a área de abrangência.

Em seguida, ao aplicar esse modelo ao universo da pesquisa, percebe-se que os itens são preenchidos igualmente, confirmando que compartilham os mesmos códigos de comunicação, como valores e objetivos de desempenho, promovendo a recuperação da informação arquivística e privilegiando o fluxo da informação. A valorização dos arquivos históricos estimula a conscientização da informação arquivística para a memória individual e social.

Portanto, as redes de arquivos históricos selecionadas apresentam aspectos sócio-comunicacional, a partir de elos e motivações, como as boas práticas arquivísticas; de espaço, que são as ações locais e sua interligação com o regional e internacional, a exemplo da RADI e Archives Portal Europe que envolvem diferentes países; e de produção de sentidos, que visam à articulação de diferentes formas de conhecimentos.

De acordo com os aspectos gerais das Redes de Arquivos Históricos selecionadas, as instituições membros dispõem de *site*, que são utilizados para dinamizar as relações sociais. A plataforma *web 2.0* proporciona a comunicação espontânea de forma participativa e dinâmica, em que as ferramentas de interação e cooperação caracterizam a arquitetura de participação e o acesso livre.

Os dados obtidos revelam que as relações existentes para a transmissão de informação são classificadas como dialógicas e não-direcionais, em que os atores funcionam como transmissores e receptores, ampliando a circulação da informação.

Amplia a difusão dos documentos arquivísticos que antes eram acessados localmente, com restrição de horário e regras para manipulação. O serviço de informação adquire a qualidade no atendimento, que pode ser melhorado a partir da compreensão das necessidades informacionais dos usuários por parte dos arquivistas.

O *site* das redes é o “cartão de visitas”, podendo motivar ou não o usuário na sua busca informacional. Por isso, deve ser objetivo, com interfaces agradáveis e informações essenciais sobre a rede e seus membros. Esses aspectos foram identificados na maioria das Redes de Arquivos Históricos estudadas, porém, a RPA não fornece informações básicas e o carregamento da página mostrou-se lento e a PESQUISARQH apontou problemas técnicos nos *hiperlinks* de áudio e vídeo.

Nota-se que a interação ser humano / máquina transforma o usuário em um sujeito ativo do sistema de acesso e uso da informação. A facilidade de navegação, buscadores internos, opções de idiomas, manuais de orientação e ferramentas *web 2.0* são elementos que aproximam o usuário dos serviços de informação e auxiliam o processo de apropriação.

Acredita-se que o uso eficiente das redes sociais, *blog*, listas de discussão poderão intensificar as articulações interpessoais e reconhecer o arquivo histórico como um espaço de sociabilidade. A RADI e a PARES, por exemplo, além das atualizações diárias no *Facebook*, disponibilizam vídeos no *You tube* e notícias exibindo assuntos que consideram interessantes aos utilizadores, como os eventos da área, cursos, novas imagens digitalizadas e temas de grande impacto social.

A construção do conhecimento a partir das fontes primárias possibilita o exercício da cidadania e reconstrução da memória coletiva. Assim, o arquivo oferece um viés histórico e um viés de interesse pessoal, destacando a dimensão popular e cultural, em que o processo de mediação da informação faz-se presente e necessária.

As necessidades podem ser analisadas em termos do princípio da incerteza, envolvendo a finalidade de pesquisa, utilização de informações, tipos de perguntas e grau de experiência. Com base nos resultados obtidos, Archives Canada evidencia os diferentes utilizadores e o porquê de usar os documentos arquivísticos na página principal e realiza pesquisa com o usuário.

Se considerar a diversidade do público e as múltiplas necessidades, os arquivos históricos precisam explorar a assistência educativa, que pode ser desenvolvida na própria instituição de ensino ou por meio das redes de informação, através das exposições virtuais. Esse assunto foi encontrado na Archives Canada e Memórias Reveladas, mas nessa última o *hiperlink* está em construção.

Com referência a definição de mediação da informação, as redes de arquivos históricos dependem da ação de interferência/intervenção humana para auxiliar a busca de informação e propiciar a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. Assim, o arquivista interfere direta e indiretamente na aprendizagem do usuário, sobretudo na orientação do indivíduo para o processo de análise dos documentos, assumindo uma *dimensão dialógica*.

Por conseguinte, a mediação está associada ao fazer profissional, sendo implícita e explícita. Deste modo, a concepção de redes de arquivos conta com a *mediação implícita e indireta* através da ação do arquivista na seleção, armazenamento e processamento da informação, tendo como base os princípios e teorias arquivísticas.

Assim, as Redes apresentam a *dimensão estética*, observada pela identidade visual da página principal das redes e a facilidade dos buscadores internos e ainda pela aparência dos produtos e serviços acessados que oferecem conforto e praticidade.

Por possibilitar a confiança e cooperação, a ação de mediação nas redes assume a *dimensão ética*, tanto do agente mediador com a política de acesso e uso dos documentos, como do utilizador que tem garantido o sigilo dos seus dados ao cadastrar-se nas redes de arquivos. No entanto, o *caráter formativo*, não tem como ser percebido, já que está associado às particularidades da apropriação da informação, não avaliadas nesse estudo.

Portanto, a mediação é diretamente relacionada com o funcionamento simbólico da sociedade que utiliza-se das tecnologias da informação e comunicação (as redes de informação) para a *mediação técnica* e a interação social produz uma reflexão sobre a representação da informação para a identidade, que é a *mediação simbólica*.

O nível da mediação e as zonas de intervenção consideram a complexidade do problema do usuário e o estágio de aprendizagem, e asseguram ao profissional da área a ação necessária para elaboração de serviços de informação remotos.

Com base nos resultados, percebe-se somente o *nível do organizador* nas 10 (dez) redes de arquivos, em que o arquivista fornece elementos para a organização do sistema em virtude do acesso autônomo do usuário.

Entretanto, os demais níveis de mediação poderiam evoluir do identificador para o orientador se as redes adotassem a ajuda *on-line*, com a intervenção construtiva no processo de busca e diálogo com o usuário. Acredita-se que o contato por *e-mail* pode auxiliar o usuário, bem como comentários nas redes sociais, mas, de acordo com os dados levantados, o público elogia os tipos de serviços oferecidos, sem demonstrar se realmente houve a intervenção.

No que diz respeito às zonas de intervenção, o indivíduo identifica o problema e a necessidade, conduzindo o processo de busca. No entanto, o processo de aprendizagem poderia ser explorado com a utilização as exposições virtuais em salas de aula, referindo-se à mediação e educação, ressaltando as relações com o usuário para exploração, formulação, construção e apropriação.

Considerando o ponto de vista sobre a busca informacional, o universo analisado visa a proatividade sob a ótica do usuário, que é responsável pela busca utilizando-se da mediação máquina. A proatividade sob a instituição poderá ser uma tendência futura, com a identificação prévia dos perfis dos usuários para informá-los sobre assuntos relevantes para suprir uma necessidade existente.

Para garantir o sucesso da mediação da informação arquivística é preciso pensar na relação do pesquisador-usuário e nos procedimentos adotados para que os documentos possam ser encontrados, recuperados, consultados.

As Redes de Arquivos Históricos já estão inseridas na mediação, na medida em que possibilita a recuperação da informação pelas descrições arquivísticas nos diferentes níveis (fundo, grupo, série e item), instrumentos de pesquisas (índices, catálogos e guias) e documentos digitalizados.

O arquivista tem papel fundamental nesse processo de mediação, apresentando competências e habilidades comunicacional e informacional para facilitar a pesquisa, assumir compromisso com o pesquisador e educar os usuários. Os códigos de *ética e legislações* e formação acadêmica na área de Arquivologia preparam o futuro profissional para se assumir como mediador. As leis protegem o acervo, estabelecem padrões de conduta e responsabilizam judicialmente quem lida com o acervo caso aconteça a divulgação imprópria e eliminação sem aparato legal.

Com base na pesquisa, as redes de arquivos históricos adotam normas do Código de Ética do Arquivista, elaboradas pelo Conselho Internacional de Arquivo, inclusive para a elaboração das descrições, considerando autenticidade dos documentos, princípios da proveniência e do respeito ao fundo, garantia de acesso a maioria dos usuários, equilíbrio entre o direito ao conhecimento e o respeito à vida privada. Assim, o arquivista não pode revelar detalhes de pesquisas realizadas pelos usuários nos arquivos.

No entanto, Memória Reveladas dispõem das legislações que asseguram o acesso à informação e políticas arquivísticas e as redes canadenses (Archives Canada e RDAQ) indicam o Código de Ética e de Conduta.

É interessante comentar, que as redes enfatizam sempre as boas práticas arquivísticas, inclusive disponibilizando informações sobre a formação profissional, o curso técnico, educação continuada, com as pós-graduações em nível de especialização e mestrado e doutorado, cursos de capacitação. Faz referência também as associações e conselhos na área de Arquivologia que contribuem para a qualificação do arquivista e o reposicionamento do arquivo na sociedade.

Dentre as redes estudadas, a RAALG e a RADl promovem regularmente eventos (congressos, seminários, encontros) como forma de diálogo entre os profissionais da área, visando discutir as novas demandas e a inserção dos arquivos no ciberespaço. A RADl promove cursos para qualificar os arquivistas e técnicos de arquivos, na modalidade Ead, através do próprio *site* da Rede, e nas sedes dos Ministérios das Relações Exteriores de cada

país, enfatizando a importância do conhecimento especializado para lidar com os arquivos diplomáticos. A RAQ, que administra a RDAQ, também investe na qualificação profissional, principalmente através de convênios e parcerias com organismos de ensino.

Diante disso, o arquivista apresenta as seguintes dimensões: *profissional*, com aspectos relativos aos princípios e metodologias da área; *cidadã*, proatividade na comunidade, direitos no acesso e uso da informação, identificação do contexto social de produção do documento; *investigativa*, promoção de pesquisas científicas que envolvem os arquivos e os usuários; e *comunicativa*, que é o papel do mediador, associada a educação e o acesso à informação, incentivando a atividade de pesquisa e a produção do saber.

As dimensões sociais e comunicativas estão associadas à intervenção do profissional desde o tratamento documental, qualquer que seja o suporte, até o processo de busca da informação, que envolve a aprendizagem. Essas características representam o paradigma informacional que surge com a expansão do ciberespaço, valorização da informação enquanto fenômeno humano e social, constatação do dinamismo da informação e prioridade ao acesso universal.

A eficácia da recuperação da informação depende da precisão da classificação, avaliação e descrição, sendo um trabalho técnico e intelectual que interfere na apropriação do conhecimento das pessoas, pois a organização da memória documentária contribui para o levantamento histórico.

Com o objetivo de melhorar a atuação das Redes de Arquivos Históricos, deve-se ampliar as parcerias com o governo, associações de classes (como as associações nacionais e internacionais de arquivistas), instituições privadas e demais serviços de informação, como bibliotecas e museus. É fundamental que os países, por meio do apoio governamental, impulsionem a adoção de políticas e programas para o desenvolvimento de um sistema nacional de arquivo, que se processa mediante a relação homem / documento.

Relação do Ser Humano com o Documento pela Mediação

O acervo arquivístico disponível nas redes de arquivos históricos é essencial para a memória coletiva e individual, atendendo ao imperativo do indagar, compreender e explicar a informação social, em que as fontes primárias oferecem elementos para a análise e reflexão.

A ação do mediador está dedicado à seleção da informação, visando ponderar os fatos que parecem relevantes. O profissional colabora com o máximo de fontes sobre determinado assunto e através da imparcialidade, não demonstra a sua interpretação e ideologias.

As exposições virtuais das redes de informação, por exemplo, atuam diretamente na esfera cultural, reconhecendo o valor de testemunho, que refere à história e o funcionamento do órgão, e de informação sobre pessoas, coisas e fenômenos. Nesse tipo de ação, os arquivistas selecionam os documentos a partir do contexto de produção e significação social, representando estratégias eficientes para a visibilidade do acervo e da entidade de custódia e ainda conscientizam os indivíduos sobre a importância de se preservar os registros.

As publicações oriundas das pesquisas nos arquivos históricos demonstram os tipos de relações que os usuários podem ter com os documentos: interesse sobre movimentos sociais, títulos de terra, demarcações geográficas, pessoas influentes, acontecimentos naturais, entre outros. Os documentos, independente do suporte, representam as relações entre o governo e o cidadão, entre as instituições e os clientes; entre as pessoas e famílias.

Considerando o olhar sobre a afinidade do ser humano com o documento, verificou-se os aspectos das exposições virtuais em 5 (cinco) redes de arquivos históricos, que representam o clímax nesta relação de mediação sendo a forma mais atual de aproximação homem e máquina.

Dentre essas ações destacam-se:

a) Memórias Reveladas (Brasil)

A Rede elaborou duas exposições virtuais, “A ditadura por sua agência” e “Na teia do regime militar: o SNI e os órgãos de informação e repressão no Brasil 1964-1985”, como estratégia de disseminação das manifestações políticas e culturais ocorridas no Brasil, no período da Ditadura Militar, constituindo estudos a partir dos gêneros textuais, fotográficos, audiovisuais e cartográficos.

A exibição “A ditadura por sua agência” (Figura 24) aborda o processo de consolidação da Agência Nacional, conhecida também como Empresa Brasileira de Notícias, durante os anos de 1945 a 1979, que era responsável pela publicidade dos órgãos governamentais e por noticiar os atos da administração federal e assuntos de interesse público.

Figura 24 – Memórias Reveladas: exposição virtual “A ditadura por sua agência”



Fonte: Memórias Reveladas (<http://www.memoriasreveladas.gov.br/>), 2015.

O Fundo Agência Nacional foi doado ao Arquivo Nacional, em 1980, e inclui filmes e registros fotográficos de eventos relacionados à Presidência da República, registros sonoros de discursos e noticiários produzidos pela Agência, textos do programa A Voz do Brasil, entre outros. Os documentos enfatizam a queda do regime democrático e a radicalização do regime militar, como é visível na contextualização das 15 (quinze) fotografias sobre o comício do presidente João Goulart, no Rio de Janeiro, em março de 1964.

Os materiais são analisados através da representação da informação, que destacam as movimentações populares apoiando o governo de João Goulart e reuniões que dariam origem ao Golpe de Estado, pelo Marechal Castelo Branco.

Observa-se que para a sociedade brasileira esse assunto é motivo de interesse científico e cultural, possibilitando delinear a estrutura social e política de um período marcado pela censura e repressão.

b) Archives Canada

A exposição tornar público mais de 500 registros, dos mais variados contextos, tais como: 400 anos de presença francesa no Canadá, propagandas sobre o Canadá, movimento da estrada de ferro, jogos olímpicos de inverno em Calgary, fotografias de povos indígenas, documentos e imagens da *University of British Columbia* (1912-1973), 301 fotografias da história de Montreal (1920-1960) através dos edifícios, lugares, personalidades e serviços municipais.

Em presença da multiplicidade de informações, selecionou o arquivo pessoal de Roberta Lynn Bondar (Figura 25), que foi primeira mulher astronauta a ir ao espaço, no ônibus espacial Discovery, em 1992.

Figura 25 – Archives Canada: documento sobre *Dr. Roberta Lynn Bondar*



Fonte: Archives Canada (<http://www.archivescanada.ca/>), 2015.

O acervo está custodiado no Arquivo da Biblioteca Pública de Sault Ste. Marie (Ontário). É um exemplo de documento de caráter privado, mas de interesse público, porque trata-se da carreira de Roberta na *Canadian Space Agency* (Agência Espacial do Canadá). Incluem correspondências, fotografias, manuais de treinamento, artigos de revistas e jornais, cartas de felicitação e informações sobre suas palestras. Esses documentos podem ser úteis para pesquisa escolar e científica, que retrate a participação de gênero em atividades exclusivas masculinas ou a trajetória das conquistas humanas para conhecer o espaço sideral.

c) RDAQ (Canadá)

As “Exposições Virtuais” reúnem textos de uma equipe de antropólogos orientada por Martine Roberge, que associaram as épocas do ano com imagens dos arquivos de folclore e etnologia da Universidade Laval, enfatizando os aspectos culturais (costumes e crenças) enraizados na comunidade franco-americana. A Figura 26 é uma fotografia de uma criança abraçada a sua mãe, retratando o Dia das Mães, no mês de maio.

Figura 26 – RDAQ: exposição virtual *La fête des Mères*



Fonte: RDAQ (http://rdaq.banq.qc.ca/expositions_virtuelles), 2015.

No contexto histórico, Anna Jarvis (1864-1948), a garota, com a morte da mãe em 9 de maio de 1905, se esforçou para estabelecer oficialmente o dia das mães no Canadá. Ela escreveu milhares de cartas ao Governo para que o mês de maio fosse dedicado às mães, e virou costume a partir de 1911. Em 1914, no segundo domingo de maio, o presidente Woodrow Wilson fez uma festa oficial para honrar as mães. Outras tentativas foram realizadas, a exemplo de Julia Ward Howe, que espalhou para outros estados a celebração ao amor e gratidão pelas mães.

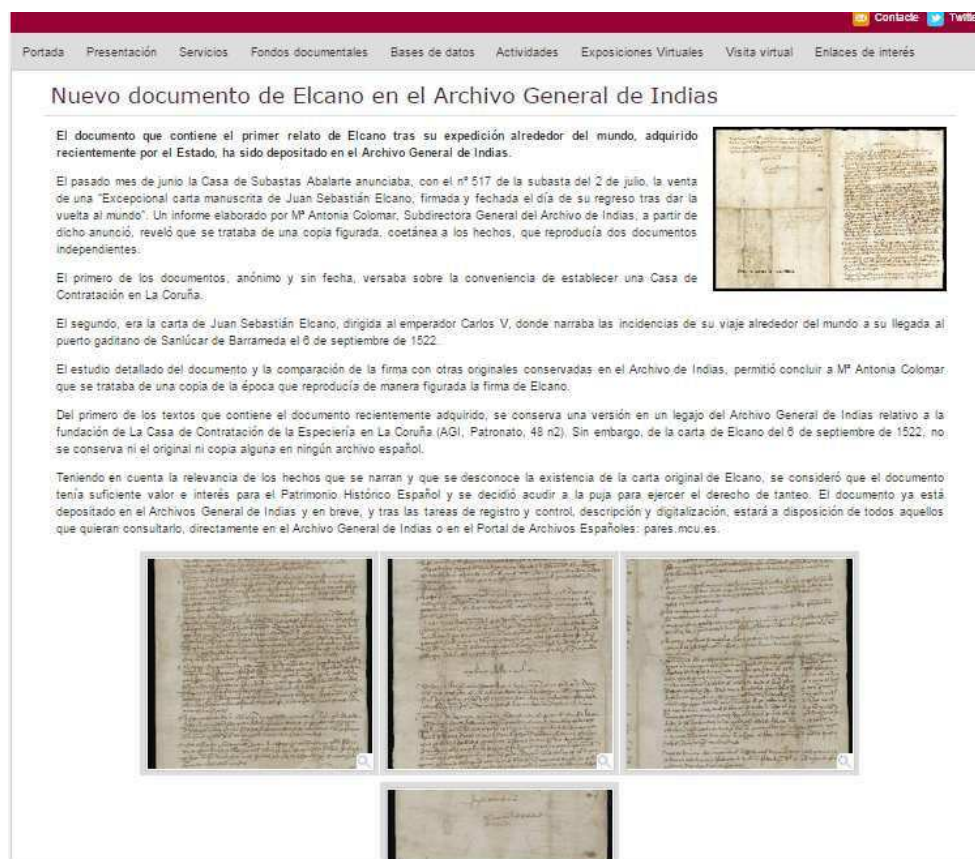
Ainda hoje, as crianças realizam performances teatrais ou musicais, compram presentes ou fazem artesanalmente um pequeno objeto. No Canadá existe o costume de usar uma rosa vermelha ou branca feita de papel ou tecido em homenagem e memória à mãe falecida.

Essas informações servem para justificar as datas comemorativas canadenses, podendo ser exploradas no ensino básico como primeiro passo para apresentar as fontes primárias as crianças e adolescentes. Pode-se também, estabelecer comparações com outros países para entender as relações existentes entre as tradições.

d) PARES (Espanha)

A Rede conta com uma infinidade de documentos digitalizados que abordam o desenvolvimento social, político e econômico da Espanha e da Europa. A Figura 27 exhibe o manuscrito de grande valor para o patrimônio histórico e cultural da Espanha, porque é o primeiro relato de Juan Sebastian Elcano dirigido ao imperador Carlos V após a sua expedição ao redor do mundo, datado de 1522, que diz respeito às campanhas de colonização espanhola pelo mundo.

Figura 27 – PARES: documentos sobre as expedições espanholas pelo mundo



Fonte: PARES (<http://pares.mcu.es/>), 2015.

Convém lembrar que esse documento é um manuscrito, que pode ser “baixado” em JPG, preservando o original da manipulação humana. Esse registro faz parte do Fundo

Arquivo Geral das Índias (Sevilha), do período de 1492-1860, essencial para o estudo da Independência Americana e contém outros tipos documentais (cartográficos e iconográficos), com representações geográficas, de monumentos, objetos e personagens.

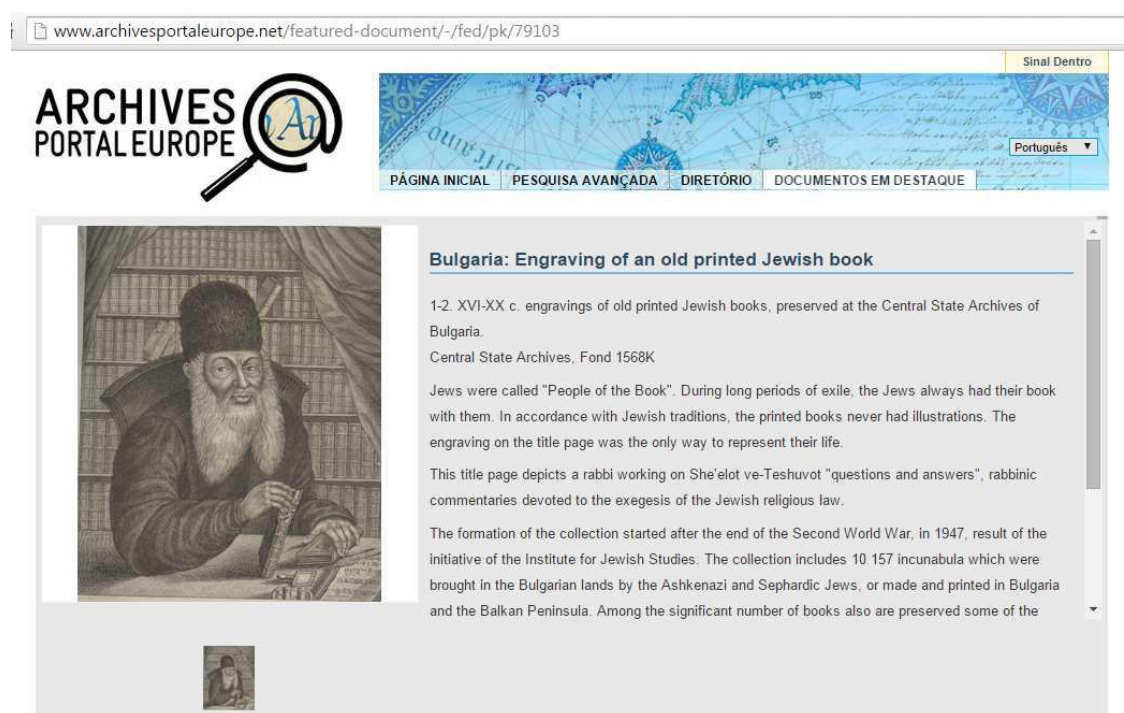
A contextualização histórica relata a mudança da monarquia espanhola para as novas abordagens ideológicas, que conduziram a uma reforma profunda da estrutura estatal, compreendendo questões relativas ao tratamento e negociação com a América, como a navegação e comércio no tráfico de escravos. As informações disponíveis também servem para outros países que foram colonizados, inclusive podendo analisar as relações de troca e dominação que ocorriam no período.

e) Archives Portal Europe (União Europeia)

Dentre os documentos expostos, destacam-se a queda do Muro de Berlim, em 1989, através de 3 (três) fotografias e correspondências; mapas de medição das fazendas na Islândia, de 1915 a 1917; registros da Acrópole de Atenas, de 1836, que mostra os primeiros esforços do governo grego para restauração da Acrópole; documentos que comprovam o alistamento do irlandês John Brady no exército britânico, antes da independência irlandesa em 1922; fotografia de 23 de agosto de 1989 sobre a manifestação pacífica conhecida como o Caminho Báltico, em que quase um milhão de pessoas juntaram as mãos para formar uma corrente humana ao longo de 600 quilômetros de extensão entre os três países bálticos da Estônia, Letônia e Lituânia; entre outros.

A Figura 28 refere-se a uma gravura de um judeu com livros impressos, custodiada no *Central State Archives of Bulgaria*. A contextualização do documento demonstra que os judeus eram chamados de "Povo do Livro", porque no período de exílio, eles não desgrudavam dos livros, que pelas tradições judaicas, não podiam ter ilustrações.

Figura 28 – Archives Portal Europe: documento em destaque *Bulgaria: Engraving of an old printed Jewish book*



Fonte: Archives Portal Europe (<http://www.archivesportaleurope.net>), 2015.

A formação da coleção começou após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1947, fruto da iniciativa do Instituto de Estudos Judaicos. A coleção inclui 10.157 livros impressos na Bulgária e na Península Balcânica e 555 documentos sobre a história dos judeus búlgaros desde 1878 até 1959.

O acervo é relevante para as pesquisas sobre os judeus, importância do livro na sociedade, a informação como forma de dominação e poder e a formação das bibliotecas particulares para a instrução do ser humano. Atendem a curiosidades e pesquisas científicas.

Diante dos exemplos citados, é possível perceber as Redes de Arquivos Históricos como instrumentos de mediação da informação na esfera social e cultural. Reforça-se as questões de identidade e o preenchimento de lacunas, em que o homem modifica-se com os novos conhecimentos adquiridos. Assim, o Quadro 6 demonstra que as redes são criadas em virtude de sua contribuição social, que diz respeito a preservação dos documentos e acesso universal. As informações foram levantadas nas próprias redes e documentos comprobatórios.

Quadro 6 - Contribuição social das Redes de Arquivos Históricos

Redes de Informação	Contribuição Social
Memórias Reveladas	Permite o acesso às informações relativas às lutas políticas e sociais durante a Ditadura Militar no Brasil.
PESQUISARQH	A Rede visa à aquisição e organização de acervos documentais sobre experiências e modos de atuação dos trabalhadores – movimento sindical e social – ao longo da história do Brasil.
ARCHEION	Disponibiliza registros arquivísticos das entidades de Ontário (Canadá) para assegurar a preservação dos documentos.
ARCHIVES CANADA	Acesso ao acervo de mais de 800 instituições arquivísticas em todo o Canadá, tornando o conteúdo de arquivos cada vez mais acessível a todos, além de permitir explorar a riqueza do passado canadense.
RDAQ	Descrevem fundos e coleções dos serviços de arquivo de Quebec para revelar a riqueza do patrimônio preservado. Visa promover o desenvolvimento e aprimoramento dos arquivos históricos; o intercâmbio e a partilha de informações, experiências e recursos.
PARES	Difusão do patrimônio histórico documental da Espanha, oferecendo um acesso livre e gratuito, para pesquisadores e qualquer cidadão interessando em documentos digitalizados dos Arquivos Espanhóis.
RADI	Criada para promover a cooperação na organização, gestão, conservação e utilização de sistemas de arquivo dos ministros das Relações Exteriores da América Latina, tem o objetivo de melhorar as práticas profissionais para o benefício dos países, dos próprios ministérios e usuários.
RAALG	Valorização dos arquivos permanentes como sistemas de informação essenciais às organizações, promover a preservação, gestão e divulgação do patrimônio arquivístico de Algarve.
RPA	Promove a qualidade dos arquivos enquanto recurso fundamental para o exercício da atividade administrativa, de prova ou de informação; promove a eficiência e eficácia no que se refere às suas relações com os cidadãos.
Archives Portal Europe	É um ponto de acesso comum às descrições dos arquivos europeus e coleções digitais.

Fonte: Elaboração da autora, 2015.

Salienta-se que as redes de arquivos históricos apresentadas contribuem com a construção do conhecimento, envolvendo as funções e usos dos acervos arquivísticos, tais como social e científico, que criam relações e produzem novas reinterpretações.

O acesso à informação, sobretudo através dos documentos públicos, pode ter significação coletiva, se a informação for útil para estudos sociais, econômicos e políticos. No

entanto, o cidadão se depara com uma explosão de informações que muitas vezes não tem tempo nem vontade de refletir, sendo necessária a interferência (competências especializadas) para ajudá-lo na busca informacional. É nesse contexto, que as redes de informação promovem articulações, interações entre sistemas, instituições e usuários, criando formas de sociabilidade.

Finalizando, as redes de arquivos históricos surgem como novas formas de aquisição do conhecimento, reorientando os serviços de informação para as necessidades dos usuários e justificando o investimento ao promover o acesso livre e a democratização da informação. Embora a atuação do arquivista não seja explicitada, é o sujeito chave na intervenção e/ou interferência no processo de apropriação de saberes, porque o trabalho intelectual, inclusive na avaliação documental, permite ao público recuperar os documentos com precisão.

As instituições arquivísticas permanecem como pilares no desenvolvimento da civilização e apresentam como desafio o reconhecimento como espaço social. O poder público precisa reduzir as massas documentais acumuladas aleatoriamente, preservando o essencial, e promover a transparência, estabelecendo uma política nacional de arquivos que privilegie a gestão de documentos nas administrações governamentais e instituições privadas, desde a criação do documento até o seu recolhimento ao arquivo histórico.

8 CONCLUSÃO

A revolução tecnológica exige dos atores (instituições e indivíduos) aptidões e habilidades para acompanhar as constantes transformações nas formas de produção, armazenamento e difusão da informação. Este fato influencia a construção do conhecimento individual e coletivo que estão interligados com os acontecimentos passados.

O registro da informação preserva as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais e esta função realizada pelos livros, documentos arquivísticos, objetos tridimensionais, permitindo ao leitor/usuário, dotado de consciência e necessidades, aprimorar a análise crítica e o poder de reflexão.

Percebe-se que a sociedade em rede e a plataforma *web* 2.0 favorecem a consolidação de redes sociais. As interações e intercâmbio de informações estimulam a produção de saberes e a construção de sentido. Vale ressaltar, que as necessidades informacionais dos indivíduos permitem a formação de comunidades virtuais, a cibercultura, satisfazendo as lacunas existentes no âmbito do conhecimento. Embora a função do arquivo permanente seja direcionada ao público (pesquisador e cidadão), nota-se uma carência de estudos de usuário, que venham contribuir na elaboração de sistemas de informação.

As ferramentas e dispositivos da tecnologia da informação e comunicação são relevantes e ampliam a complexidade dos problemas inerentes a Arquivologia exigindo novas abordagens teóricas e metodológicas. Assim, utiliza-se da aproximação com a Ciência da Informação para compreender a mediação da informação nas redes de arquivos históricos relacionadas a implantação dos arquivos permanentes, a noção de documento arquivístico, patrimônio público e democratização da informação.

As redes de informação entre instituições arquivísticas estão associadas aos princípios que orientaram os colégios invisíveis, configurando-se como o ideal da inteligência coletiva. Tendo em vista o acesso à informação universal reafirma a ideia da circulação da informação desterritorializada, no tempo e no espaço. Assim sendo, a recuperação da informação e sua difusão permitem a materialização da memória na construção da identidade social e política de um país.

Os arquivos são lugares de memória, onde os historiadores e cientistas recorrem para a construção e refutação das teorias. Para isto deve estabelecer novas evidências sociais e determinar o desenvolvimento científico. Isso porque, os livros e periódicos científicos para serem elaborados precisam ser documentos probatórios, que pelo caráter único, revelam o contexto sócio-cultural de uma época, de um grupo, de uma região.

É evidente que a prática arquivística pouco explora as temáticas relativas à transmissão da informação. Nesse processo estão a busca e apropriação da informação. A especialização precisa integrar a comunidade científica com a leiga, utilizando linguagens que sejam facilmente assimiladas pelo usuário.

A preocupação do arquivista situa-se em criar estratégias para aproximar arquivos e sociedade e estimular pesquisas nas diversas áreas do conhecimento, incorporando a tendência do acesso global. É possível que em um futuro próximo exista apenas um único sistema de informação capaz de importar, gerir e exportar dados para outras redes. Todos os arquivos nacionais, municipais, pessoais, privados devem estar interconectados entre si e com bibliotecas e museus, unidades de informação.

No espaço virtual, serviços de arquivo vão privilegiar *chats* e ajudas *on-lines*, bem como páginas em áudio, contemplando a inclusão de pessoa com deficiência visual. Essas medidas incentivam a atuação profissional no processo de mediação.

Apresenta-se, portanto, uma temática no campo da CI e da Arquivologia, em que a interdisciplinaridade mostra-se essencial para compreender os aspectos da ciência social, partindo do entendimento de que a informação se constitui no contexto das relações interpessoais, associada à função de mediação por interferência, preferencialmente de um profissional. A presença humana conectada com a consciência tecnológica precisa de orientação no processo de informação, leitura e apropriação.

Vale ressaltar, que mesmo abordando o viés social e cultural, em que o ser humano conduz a implantação das redes, não é abordagem central neste trabalho no âmbito das ciências antropológicas, a exemplo da Teoria da Complexidade de Edgar Morin, a idéia de ator-rede de Latour, e o ser cogniscente proposto por Suzanne Briet, que representam elementos fundamentais para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.1, n.1, 2008, p.1-24. Disponível em: << <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/6>>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, Jussara Pereira (Org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p. 33-45.

_____. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008. p.1-14. Disponível em: << <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3037/2163>>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: << http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_9aa58ba510_0007871.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____; FERREIRA, Letícia Elaine. A mediação da informação no âmbito da arquivística. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.1, p.158-167, jan./mar. 2013. Disponível em: << <http://www.scielo.br/pdf/pci/v18n1/11.pdf>>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.38, n.3, p.192-204, set./dez. 2009. Disponível em: << <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a13>>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

ARAÚJO, Ideliza Amélia de. **Competências essenciais e emergentes dos gestores de redes de informação bibliográfica**: os casos da EMPRAPA e do CRUESP. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: << <http://repositorio.unb.br/handle/10482/10728?mode=full>>>. Acesso em: 09 fev. 2015.

ARCHEION. **Archives Association of Ontario**. Canadá: 2015. Disponível em: << <http://www.archeion.ca/>>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

ARCHIRED. **Regulamento Red de Archivos de Puerto Rico** [online]. Porto Rico: 2011. p.1-16 Disponível em: << <https://archiredpr.wordpress.com/>>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

ARCHIVES CANADA. **Réseau Canadien d'Information Archivistique**. Canadá: 2015. Disponível em: << <http://www.archivescanada.ca/>>> Acesso em: 09 fev. 2015.

ARCHIVES Portal Europe. **Portal Europeu de Arquivos** (União Europeia). 2015. Disponível em: << <http://www.archivesportaleurope.net/>>> Acesso em: 06 fev. 2015.

ARQUIVO. In: DICIONÁRIO DO AURÉLION [online]. 2015. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/arquivo>>. Acesso em: 08 fev. 2015.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: << <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>> Acesso em: 06 dez. 2014.

_____. **Histórico**. Brasília: 2015. Disponível em: << <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3> >>. Acesso em: 09 fev. 2015.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma história da ciência da informação. In: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (Org.). **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 13-34. (Sala de aula 6)

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991. 198p.

_____. _____. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320p.

BIREME. Sobre a Bireme [online]. 2015. Disponível em: << http://www.paho.org/bireme/index.php?option=com_content&view=article&id=33&Itemid=43&lang=pt >>. Acesso em: 11 jan. 2015.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p. 3-5, 1968. Disponível em: < <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/k---artigo-01.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

BRASIL. Decreto n.º 82.590, de 06 de novembro de 1978. Regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de Arquivo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 07 nov. 1978a.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. **Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: < http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/diretrizes_para_a_construo_de_websites.pdf >. Acesso em: 02 mar. 2015.

_____. _____. **NOBRADE**: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

_____. _____. **Associações de Profissionais de Arquivologia** [online]. 2015a. Disponível em: << <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=185&sid=65> >>. Acesso em: 26 abri. 2015.

_____. Lei n.º 6.546, de 04 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 05 jul. 1978b.

_____. Lei n. 8.159, de 9 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 jan. 1991. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/lei19918159.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

_____. Lei n.º12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: << http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm >>. Acesso em: 05 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES n.º492, de 2001. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 jul. 2001. p. 35-36. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf> >. Acesso em: 15 maio 2015.

_____. Resolução CNE/CES n.º20, de 2002. Estabelece diretrizes Curriculares para os cursos de Arquivologia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 abr. 2002. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES202002.pdf> >. Acesso em: 15 maio 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Nacional de Entidades Sindicais**, 2015b. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoEmpregadorArea.asp>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO**. 2015c. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>> Acesso em: 02 abr. 2015.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Partidos registrados no TSE**. [2015?] Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

BUFREM, Leilah Santiago; BRENDA, Sônia Maria. Expressões concretas das reflexões sobre o tema redes sociais em artigos de revistas brasileiras no domínio da Ciência da Informação. In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar; MUGNAINÍ, Rogério; RAMOS, Lúcia Maria S.V. Costa (Org.). **Redes Sociais e Colaborativas**: em informação científica. Resenhas de Isaac Epstein. São Paulo: Angellara Editora, 2009. p.313-335.

CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES. **Archives Canada – CAIN**. Canadá: 2015. Disponível em:<< <http://www.cdncouncilarchives.ca/cain.html> >>. Acesso em: 12 fev. 2015.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2013. 385 p.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Serviços Banco de Teses**. 2015. Disponível em: << <http://bancodeteses.capes.gov.br/>>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

CARVALHO, Katia. **Travessia das Letras**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999. 148p.

_____. O Profissional da Informação: o humano multifacetado. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p.1-13, 2002. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br/out02/Art_03.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

_____. Redes Sociais: Presença Humana e a Comunicação Informal. In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar; MUGNAINÍ, Rogério; RAMOS, Lúcia Maria S.V. Costa (Org.). **Redes Sociais e Colaborativas**: em informação científica. São Paulo: Angellara, 2009. p. 141-167.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 617 p.

_____. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org.). **A Sociedade em Rede**: do conhecimento à ação política. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006. p.17-30.

CENTRO de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas. **Apresentação** [online]. Brasília: 2009. Disponível em: <<<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVO. **Código de Ética**. 1996. Disponível em: <<<http://www.ica.org/5555/reference-documents/ica-code-of-ethics.html>>> Acesso em: 09 abr. 2015.

_____. **ISAAR(CPF)**: Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Tradução Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99p. Disponível em: <<<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/ISAAR%20Brasil%20final.pdf>>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. 119p. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

_____. **ISDIAH**: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. 88p. Disponível em: <<<http://www.academia.org.br/abl/media/Norma%20Internacional%20para%20Descri%C3%A7%C3%A3o%20de%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20com%20Acervo%20Arquiv%C3%ADstico.pdf>>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

COOK, Terry. Electronic Records, Paper Minds: The Revolution in Information Management and Archives in the Post-Custodial and Post-Modernist Era. **Archives & Social Studies: A Journal of Interdisciplinary Research**, vol. 1, n. 0, p.399- 443. mar. 2007. Disponível em: <<http://archivo.cartagena.es/files/36-164-DOC_FICHERO1/06-cook_electronic.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

CÔRTEZ, Maria Regina Persechini Armond. **Arquivo público e informação**: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996. 130p. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-96UPHB/dissertacao_mariaregina.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

DAVALLON, Jean. La médiation : la communication en procès? **MEI - Médiations et information**, n.19. p.38-59, 2003. Disponível em: << http://www.mei-info.com/wp-content/uploads/revue19/ilovepdf.com_split_3.pdf>> Acesso em: 03 dez. 2014.

DODEBEI, Vera. Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço. In: SAYÃO, Luis et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p.83-106.

DOLLAR, Charles M. O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v.7, n.1-2, p.5-38. Jan./dez. 1994. Disponível em: << http://www.arquivonacional.gov.br/media/v7_n1_2_jan_dez_1994.pdf>> Acesso em: 09 jan. 2015.

DUCHEIN, Michel. O Respeito aos Fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.10-14, n.2, p.1-16, 1986.

ESPOSEL, José Pedro Pinto. Os Arquivos no Brasil: atualidade e perspectivas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 6., 1971, Goiânia. **Anais...** Trabalho livre e trabalho escravo. São Paulo: FFLCH-USP, 1973, v. 3, p. 18-20.

_____. **Arquivos**: uma questão de ordem. Niterói: Muiraquitã, 1994. 230 p.

FONSECA, Maria Odila Kahl. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v.28, n.2, p. 01-09, ago. 1999a. Disponível em: << <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000932&dd1=cd91a>>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

_____. **Formação e capacitação profissional e a produção do conhecimento arquivístico**. IN: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999, Rio de Janeiro. Mesa Redonda Nacional de Arquivos: Caderno de Textos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999b. p.1-14. Disponível em: << http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ mesa/formao_e_capacitao_profissional_e_a_produo.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

FREITAS, Maria José Rabello & NAGEL, Rolf. **Dicionário de Termos Arquivísticos**: Subsídios para uma terminologia arquivística brasileira. 2. ed. Salvador: Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional, 1991. 110 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999, 207 p.

GAGNON-ARGUIN, Louise. Os arquivos, os arquivistas e a Arquivística: considerações históricas. In: ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Tradução Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. p. 29 -60.

GOMES, Henriette Ferreira. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. **DataGramZero: Revista de Ciência da**

Informação, [Rio de Janeiro], v.2, n.4, ago. 2001. Disponível em: << http://www.dgz.org.br/ago01/Art_04.htm>>. Acesso em: 09 jul. 2014.

_____. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: << www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/.../19994/pdf_30>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

GUIMARÃES, José Augusto. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, Marta (Org.). **O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. p.53-70.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General: teoría y práctica**. 5.ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991. 512p.

IBICT. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**. 2015a. Disponível em: << <http://bdtd.ibict.br/>>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. **Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT)**. 2015b. Disponível em: << [http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20programa-de-comutacao-bibliografica-\(comut\)](http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20programa-de-comutacao-bibliografica-(comut))>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

IBGE. **Atlas do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: << http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_capa_sum.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

JARDIM, José Maria. A produção do conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.3, p. 243-252, set./dez. 1998. Disponível em: << http://www.tce.sc.gov.br/files/file/biblioteca/a_producao_de_conhecimnto_arquivistico.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

_____; FONSECA, Maria Odila Kahl. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, [Rio de Janeiro], v.5, n.5, p. 1-12, out./2004. Disponível em: << <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002049&dd1=7b90c>>>. Acesso em: 20 set. 2014.

KUHLTHAU, Carol Collier. **Seeking meaning: a process approach to library and information services**. Norwood, NJ: Ablex, 1993. p.107-144. Disponível em: << http://faculty.arts.ubc.ca/emeyers/LIBR535/readings/Kuhlthau_2004.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. Learning in Digital Libraries: An Information Search Process Approach. **Library Trends**, v.45, n.4, p.708-724, 1997. Disponível em: << https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/8113/librarytrendsv45i4k_opt.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. Accommodating the User's Information Search Process: Challenges for Information Retrieval System Designers. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, v.25, n.3, p.12-16, feb./mar. 1999. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/bult.115/full>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. 2 ed. rev. atual. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2004. 452 p.

LARA, Marilda Lopes Ginez; LIMA, Vânia Mara Alves. Termos e Conceitos sobre redes sociais colaborativas. In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar; MUGNAINÍ, Rogério; RAMOS, Lúcia Maria S.V. Costa (Org.). **Redes Sociais e Colaborativas**: em informação científica. Resenhas de Isaac Epstein. São Paulo: Angellara Editora, 2009. p.605-637.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 340 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: UNICAMP, 1990. 553p.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed.34, 1999. 264 p.

MALHEIRO, Armando; RIBEIRO, Fernanda. **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2011. 216 p.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A informação na internet**: arquivos públicos brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, 2012. 168 p.

MARTELETO, Regina Maria. Informação, Redes Sociais e Ações coletivas. **Promenino Fundação Telefônica**, 2004. Disponível em: < <http://www.promenino.org.br/servicos/biblioteca/informacao-redes-sociais-e-acoes-coletivas>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

_____; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, v.33, n.3, p.41-49, set./out. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. Panorama histórico da formação arquivística nas Américas. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 15, 2008, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Associação de Arquivologia do Estado de Goiás, 2008. Disponível em: <www.aag.org.br/anai_sxvcba.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2015.

MATTELART, Armand. **Diversidade cultural e mundialização**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2005. 168 p.

_____; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 220 p.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Araripe de Sampaio Doria. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 345 p.

NAVARRO BONILLA, Diego. El servicio de referencia archivístico: retos y oportunidades. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 24, n. 2. p.178-197, 2001. Disponível em: < <http://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/viewFile/49/109>>. Acesso em: 03 set. 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v.10, p. 1-28, dez. 1993. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

OLIVEIRA, Louise Anunciação Fonseca de. **O uso das ferramentas Web 2.0 na gestão de instituições arquivísticas nacionais de tradição ibérica: uma reflexão sobre a cultura participativa**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

O'REILLY, Tim. **Web 2.0 Compact Definition?** 2005. Disponível em: <<http://radar.oreilly.com/2005/10/web-20-compact-definition.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

OTLET, Paul. **Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique**. Bruxelles: Mundaneum, 1934. 452 p.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991. 162 p.

_____. _____. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 228 p.

PARES. **Portal de Archivos Españoles**. Madri: 2015. Disponível em:<< <http://pares.mcu.es/index.html> >>. Acesso em: 20 mar. 2015.

PESQUISARQH. **Sistemas de Arquivos Históricos**. São Paulo: 2015. Disponível em: << <http://www.unicamp.br/sahu/index.html>>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília; Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1999. Disponível em: < <http://discoverynbo.com.br/wp-content/uploads/2012/08/RIBEIRO-PINHEIRO.pdf> >. Acesso em: 10 dez. 2014.

POSNER, Ernst. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da revolução francesa. Tradução Lêda Boechat Rodrigues. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, nº 2, p. 273-284, jul./dez. 2013. Disponível em: < <http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/607/507>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

PUGH, Mary Jo. **Providing Reference Services for Archives and Manuscripts**. Chicago: Society of American Archivists, 1992. 123p.

RAALG. **Carta de Princípios da Rede de Arquivo do Algarve** [online]. Portugal: 2015. Disponível em: << <https://rededearquivosdoalgarve.wordpress.com/rede/carta-de-principios/>>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

RADI. **Informe Anual de 2013** [online]. 2014. Disponível em: << http://segib.org/sites/default/files/INFORME_RADI_2013.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2015.

RDAQ. **Réseau de diffusion des archives du Québec**. Québec: 2015. Disponível em: << <http://rdaq.banq.qc.ca/>>>. Acesso em: 07 abr. 2015

RIBEIRO, Fernanda. O papel mediador da Ciência da Informação na construção da sociedade em rede. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10, 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009. p. 21-38. Disponível em: << www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=11415>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da ciência da informação na sociedade em rede. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.20, n.1, p. 63-70, jan./abr. 2010. Disponível em: << <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4440>>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011. Disponível em: << <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/9887/5619>>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Tradução Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. 356 p.

RPA. **Portal Português de Arquivo**. Lisboa: 2015. Disponível em: <<<http://portal.arquivos.pt/>>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 624 p.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: << <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>>>. Acesso em: 15 set. 2014.

SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Trad. Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FVG, 1973. 345 p.

_____. _____. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 386 p.

SILVA, Armando Malheiro et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 2. ed. Porto Alegre: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Irisneide de Oliveira Souza; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; DAL' EVEDOVE, Paula Regina. A relação entre Arquivística e Ciência da Informação na sociedade pós-moderna. **Ibersid: revista de sistemas de información y documentación**, Zaragoza, Espanha, v.3, p.281-289, 2009. Disponível em: << ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/download/3751/3512>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

SMIT, Johanna W. Arquivologia / Biblioteconomia: interfaces das Ciências da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 8, n. 1, p.1-13, jun./dez. 2003. Disponível em: << http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/06/pdf_afaabe71e3_0010785.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

_____. **Desafios da Ciência da informação na contemporaneidade**: aula inaugural do PPGCI/UFBA, 2004.

SOUTO, Leonardo Fernandes. **Informação seletiva, mediação e tecnologia**: a evolução dos serviços de disseminação seletiva de informações. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. 130 p.

TOMAÉL, Maria Inês. Redes de informação: o ponto de contato dos serviços e unidades de informação no Brasil. **Informação & Informação**, Londrina, v.10, n.1/2, p.1-26, jan. / dez., 2005. Disponível em: << <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1611> >>. Acesso em: 13 dez. 2014.

_____. Redes de Conhecimento. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v.9, n.2, p. 01-14, abr., 2008. Disponível em: << http://dgz.org.br/abr08/Art_04.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

UNESCO. **Programa memória do mundo**. [2015]. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/documentary-heritage/>> Acesso em: 18 fev. 2015.

VALENTIM, Marta. Atuação e perspectivas profissionais para o profissional da informação. IN: _____. (Org.) **Profissionais da Informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. p. 135-152.

_____. **Gestão, mediação e uso da informação** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: < <http://www.culturaacademica.com.br>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

VARELA, Aínda Varela; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu; GUIMARÃES, Igor Baraúna. Dos processos analógicos às tecnologias digitais contemporâneas de recuperação da informação: caminhos cognitivos na mediação para o acesso ao conhecimento. In: SAYÃO, Luis et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p.123-161.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da Competência Informacional (2). **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.40, n.1, p.99 – 110, jan./abr., 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 206 p.

APÊNDICE – Roteiro de Observação Sistemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
 MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA

Por: Maíra Salles de Souza¹

Objetivo: Identificar as Redes de Arquivos Históricos ou Redes de Informação entre instituições arquivísticas para analisar o processo de mediação da informação

Período:

Rede de Informação entre instituições arquivísticas	SIM	NÃO
1 Informações da página principal da Rede de Arquivo		
1.1 Apresentação/Histórico da Rede		
1.2 Membros da Rede		
1.3 Fundos e coleções		
1.4 Publicações		
1.5 Notícias e novidades		
1.6 Opções de idiomas		
1.7 <i>Layout</i> (desenho <i>web</i>)		
- logomarca		
- harmonia visual (cores claras e escuras)		
- espaços simples ou complexos		
- espaços com muitas informações ou poucas informações		
1.8 <i>Links</i> para outras unidades de informação		
1.9 Ferramentas <i>web 2.0</i>		
- <i>Facebook</i>		
- <i>Twitter</i>		
- <i>Youtube</i>		
- outro		
1.10 Informações para contato / Fale conosco		
1.11 Dúvidas frequentes		
1.12 Outros recursos. Quais?		
1.13 Apoio/patrocínio		
2 Administração da Rede de Arquivo		
2.1 Administração central (quando houver)		
2.2 Histórico da Rede:		
- Ano de fundação e/ou implantação		
- Ano de idealização		
- Função e/ou finalidade		
- Objetivo da Rede		
- Missão		

¹ Discente do Mestrado em Ciência da Informação do PPGCI/UFBA, ano de ingresso 2013, bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

<ul style="list-style-type: none"> - Visão - Dimensão: <ul style="list-style-type: none"> Local Regional Nacional Internacional - Público-alvo <p>2.3 Formalização da Rede (Estatuto, regimento, projeto, relatórios)</p> <p>2.4 Políticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adesão dos membros - Disponibilização do conteúdo <ul style="list-style-type: none"> Normas de descrição - Acesso e uso da informação 		
3 Instituições arquivísticas participantes		
<p>3.1 Natureza da instituição</p> <ul style="list-style-type: none"> - pública - privada <p>3.2 Informações básicas sobre a instituição</p> <ul style="list-style-type: none"> - Localização - Breve histórico - Ano de Fundação - Diretor responsável - Estrutura orgânica da Instituição - Normas de funcionamento do arquivo tradicional - Informações para contato / Fale conosco <p>3.3 <i>Link</i> de direcionamento para o <i>site</i> da instituição</p> <p>3.4 Informações adicionais _____</p>		
4 Fundos e Coleções		
<p>4.1 Apresentação sobre o acervo</p> <p>4.2 Acesso <i>online</i></p> <p>Descrição do acervo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Níveis de descrição: <ul style="list-style-type: none"> Fundo Grupo Série documental Item documental - Datas-limites (ano inicial e final de produção do documento, que é quando o mesmo foi criado) - Quantidade de documentos - Código de referência <p>Instrumentos de pesquisa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Catálogo - Guia - Inventário - Índice <p>Áudio e/ou vídeos</p> <p>Documento digitalizado (imagem)</p>		
5 Publicações		
<ul style="list-style-type: none"> - Revistas <i>on-lines</i> - Artigos - Outras publicações 		

<p>6 Elementos sobre busca e recuperação da informação</p> <p>6.1 Mapa site</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fácil direcionamento para a busca - Ir para o banco de dados <p>6.2 Buscador interno (buscar no próprio domínio)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa simples - Pesquisa avançada <p>6.3 Instrumentos de consulta <i>on-line</i></p> <p>6.4 Estatísticas de uso do serviço</p> <p>6.5 Manual de orientação para navegação na Rede</p> <p>6.6 Ajuda <i>on-line</i></p>		
<p>7 Elementos sobre o <i>layout</i> (desenho <i>web</i>) da Rede</p> <p>7.1 Navegação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fácil navegação - Arquitetura fixa (os elementos não mudam com frequência) - Seções primárias visíveis - Orientação - Funcionamento dos <i>links</i> <p>7.2 Acessibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vários navegadores - URL identificado - Título descritivo da sede <i>web</i> que aparece na barra do navegador - Carregamento da página rápido 		
<p>8 Comunicação com o usuário</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ferramentas <i>web 2.0</i> <li style="padding-left: 20px;"><i>Facebook</i> <li style="padding-left: 20px;"><i>Twitter</i> <li style="padding-left: 20px;"><i>Youtube</i> <li style="padding-left: 20px;">outro - <i>Email</i> - Endereço do administrador central (quando houver) - Telefone do administrador central (quando houver) - Identificação do usuário (cadastramento) - Pesquisa com o usuário 		
<p>9 Conteúdo do acervo das Redes (para atender a necessidade informacional do usuário)</p> <p>9.1 Conteúdo disponibilizado <i>on-line</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - tipo de documento: <li style="padding-left: 20px;">Prova e testemunho <li style="padding-left: 40px;">Que representam relação do Governo com o cidadão <li style="padding-left: 40px;">Que representam direitos e privilégios civis <p>9.2 Conteúdo acessado pelo usuário</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fundos mais acessados - Comentários sobre o acervo - Comentários sobre a rede 		
<p>10 Mediação humana nas Redes</p> <p>10.1 Prática profissional (conhecimentos técnicos e teóricos sobre a Arquivologia)</p> <p>10.2 Tipos de interação no sistema de informação</p> <p>10.3 Níveis de mediação com o usuário</p>		